O PROCESSO MIGRATÓRIO NO BRASIL E OS DESAFIOS DA MOBILIDADE HUMANA NA GLOBALIZAÇÃO

Jurandir Zamberlam

Z23 Zamberlam, Jurandir

O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização. Porto Alegre : Pallotti, 2004. 179 p.

1.Migração. 2.Emigração. 3.Imigração. 4.Demografia. I.Zamberlam, Jurandir. II.Titulo.

CDU 314.7

CIP Janira Lopes CRB10/420

Diagramação: Margarete Ribeiro

Capa: Luiz Carlos "Shaka" Guerreiro

Contato com o autor: <u>izamberlam@yahoo.com.br</u>

Contato com o Cibai-Migrações: pompeiacibai@yahoo.com.br

Fone (051) 3226 8800

AGRADECIMENTOS

Ao IBGE, a FEE e ao SINCRE do Ministério da Justiça pela disponibilização de seus Bancos de Dados.

À Universidade de Cruz Alta pelo suporte na pesquisa e nas artes finais da capa..

Aos Centros de Pesquisa e Atendimento das Congregações Carlistas: CIBAI, CAM, COMIG, CEMCREI e IMDH, pelas orientações.

À equipe de Serviço Migratório da CNBB REGIONAL SUL 3 do Rio Grande do Sul, pela parceria.

Ao SPM - Serviço Pastoral dos Migrantes Nacional, pelos desafios propostos.

Ao Analista de Sistema MS Alexandre de Oliveira Zamberlam pelo suporte na informática e na estatística. À Ir. Mafalda Seganfredo pela contribuição quanto a questão: Organização Pastoral na Igreja. À Regina, minha esposa, pela paciência na revisão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO/04

1. A MOBILIDADE HUMANA/11

O fenômeno da mobilidade humana na era moderna/11

Noções básicas do mundo migratório/19

Algumas tendências da mobilidade humana no final do século XX e início do século XXI/ 22

2. O ESTADO E A MOBILIDADE HUMANA/27

Concepções de Estado e princípios jurídicos seguidos/27 As leis e o imigrante na América Latina e no Brasil/29 A caminho de uma nova lei de estrangeiros no Brasil/39

3. OS FLUXOS MIGRATÓRIOS PARA A AMÉRICA LATINA E A EVOLUÇÃO DAS MIGRAÇÕES NO BRASIL/43

Os principais fluxos migratórios para as Américas / 43
Características da População Imigrante vinda de meados do século XIX a meados do século XX / 54
Consequências positivas e negativas desse fluxo migratório / 56
As migrações recentes na luta pela sobrevivência / 57
As migrações internas no Brasil/ 57

4. DADOS ESTATÍSTICOS DO PERÍODO 1872 a 2000 / 61

Imigrações: o estrangeiro no Brasil / **61**Migrações Internas no Brasil / **72**Migrações limítrofes e intra-regionais: América Latina e Brasil/**72**Emigrantes brasileiros no mundo/ **75**Situação do movimento migratório mundial/ **78**

5. NACIONALIDADE DOS IMIGRANTES DO BRASIL E DAS UNIDADES FEDERATIVAS/ 81

Contextualização/82

População estrangeira por continente no Brasil/82

População estrangeira por unidade federativa/82

Informes Metodológicos/ 149

6. A IGREJA E A MOBILIDADE HUMANA/ 151

Retrospecto histórico/ 151

A Organização de uma estrutura de serviço na Igreja Católica: o Pontifício Conselho para a Pastoral dos Migrantes/ **159**

Ordens e Congregações Religiosas/ 164

Conferências episcopais e migração/ 165

Centros de Atendimento ao Migrante/ 166

Desafios para a Pastoral Migratória / 167

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA /171

O AUTOR / 177

INTRODUÇÃO

Dois fenômenos têm marcado a Nova Ordem Mundial, na transição para o terceiro milênio: a **globalização**, vista quase sempre como algo extremamente positivo e irreversível, e a **imigração**, geralmente encarada como um fato negativo e desagradável que pode e deve ser combatido.

Na realidade, segundo Marcelo Zero, essa globalização nada mais é do prolongamento do antigo processo da internacionalização da economia e ampliação dos mercados, fenômenos derivados das necessidades da acumulação do capital. A globalização é mais uma ideologia do que um processo real e inevitável e que, em última análise, apenas tenta justificar a abertura da economia, da implementação do Estado mínimo e da adoção do modelo neoliberal em escala internacional. Isto tende a produzir condições sócio-econômicas propícias ao estímulo de movimentos migratórios em escala internacional, do hemisfério sul para o do norte, mormente quando associada à adoção de políticas de cunho neoliberal naqueles países.

Na origem desse processo histórico, vamos encontrar a migração brasileira, onde o imigrante que veio dos países do norte foi visto dentro de diferentes óticas¹ pelo Estado e pela sociedade brasileira. No período colonial, só era aceita a "imigração forçada" de escravos africanos. Após a Independência prevaleceu a ótica da "imigração estimulada", ou seja, de imigrantes destinados à colonização. Nas primeiras décadas do século XX e após 1945, ocorreu um desdobramento da imigração estimulada com a busca de imigrantes qualificados para atender demandas de serviços urbanos, especialmente quando da modernização da economia brasileira. Após o Golpe de 1964, o imigrante passou a ser categorizado como "potencial subversivo", como "trabalhador"

¹ Rosita Milesi identifica posturas legais e concepções de aplicadores da lei brasileira, reforçadas, hoje, pela grande mídia, criando figuras esterotipadas do imigrante, "servo de gleba" (década de 1840); "anarquista" (primeiras décadas do século XX); "comunista"/ "fascista" (durante o Estado Novo e no pós II Guerra Mundial); "subversivo" (na ditadura militar de 1964-1985); "terrorista" (após o atentado às torres de Nova York, em 11 de novembro de 2002)

indesejável". Nas duas últimas décadas do século XX, sem haver mudança legal e ideológica frente ao imigrante, teve início a emigração brasileira, desafiando o Estado a desempenhar a proteção dos cidadãos residentes no exterior.

É nesse cenário que o presente trabalho aborda seis pontos. O primeiro, analisa questões em torno da **Mobilidade Humana** dentro do conceito tradicional que enfoca a migração como **o movimento de pessoas** ou grupos de um lugar para outro; e como **migração social** considerada a partir da desigualdade social de classe. Ainda, destaca posições da ciência, noções básicas do mundo migratório e tendências internacionais do fenômeno.

O segundo ponto, enfoca o **Estado e a Mobilidade Humana**, aprofundando concepções intrínsecas de Estado e deste em relação à migração, especialmente tendo como foco central a legislação produzida pelo Estado Brasileiro, a partir da presença de D. João VI (1808), passando pelo I e II Império, República Velha, Nova, períodos ditatoriais, aos dias atuais.

O terceiro ponto, busca identificar os **principais fluxos migratórios** para a América e, especificamente para o Brasil, fruto das migrações continentais "**estimuladas**" pela Revolução Industrial européia. Destaca as características dessas populações de imigrantes e as consequências desse fluxo. Ainda aqui, são abordados, suscintamente, aspectos das migrações internas.

No quarto ponto são apresentados os **dados estatísticos dos fluxos migratórios** (1872-2004), analisados no ponto anterior, incluindo-se as migrações limítrofes e intra-regionais América Latina/Caribe e Brasil, bem como a localização dos emigrantes brasileiros em nações do mundo.

No quinto ponto detalha-se, estatisticamente, a partir do Censo de 1940 ao de 2000, a **nacionalidade** dos principais grupos de imigrantes localizando-os nas Unidades Federativas (Estados) do Brasil.

No sexto ponto aborda-se o **papel da Igreja** frente à Mobilidade Humana. Inicialmente, identifica-se a postura da Igreja Católica no período de ocupação colonial do Brasil e, na fase das grandes migrações de meados do século XIX à meados do XX, a inserção das Confissões (Protestante, Anglicana) e Congregações Religiosas européias na saga dos migrantes. Posteriormente, analisa-se o despertar da organização do Serviço da Igreja Católica, a partir do momento em que ela se dá conta de que o fenômeno migratório é fruto da questão social capitalista. Finalmente, coloca-se alguns questionamentos para um Serviço Migratório num contexto de globalização e de intensa migração.

o Autor

1 A MOBILIDADE HUMANA

"O mundo dos migrantes encontra-se em condições de um válido contributo ao consolidamento da paz. As migrações podem facilitar o encontro e a compreensão entre as pessoas, as comunidades e os países. Este diálogo intercultural constitui um caminho necessário para a edificação de um mundo reconciliado. Isto acontece quando os imigrantes são tratado com o respeito devido à cada pessoa, quando se favorece com todos os meios a cultura do acolhimento e a cultura da paz, que harmoniza as diferenças e procura o diálogo" (João Paulo II, 90º Dia Mundial d Migrante e do Refugiado, 2004).

O FENÔMENO DA MOBILIDADE NA ERA MODERNA

Introdução

Quando a sociedade moderna introduziu a máquina como instrumento de trabalho, no final do século XVIII, e absolutizou a propriedade privada, estava reforçando a raiz geradora da atual **mobilidade humana**², o que aparece especificadamente nas **migrações**³: êxodo rural, exploração do trabalho de homens, mulheres e crianças, crescimento e inchaço das cidades com periferias que confinam os excluídos sem a mínima infra-

² Leo Hubermann, História da Riqueza do Homem, afirma que a eliminação do direito coletivo da terra e o conseqüente direito do cercamento iniciado no século XVI, gerou distorções profundas: um único proprietário inglês expulsou mais de 15 mil famílias. István Mészáros, autor de *Para Além do Capital*, destaca que Henrique VIII (1491-1547), ao se defrontar com milhares de pessoas desempregadas pelo cercamento, determinou enforcamentos de mais de 75 mil trabalhadores durante o seu governo.

³ A Lei dos Pobres (1601) e a Lei do Domicílio (1662) confinavam, na jurisdição da Paróquia, os excluídos gerados pelo cercamento das terras. Os proprietários contribuíam com o dízimo para que as Igrejas sustentassem os confinados. Quando estes saíam dos limites de "sua Paróquia" o castigo era duro: na 1ª vez era com trabalho forçado; na 2ª os infratores eram marcados, atrás do pescoço, com um ferro em brasa, com a letra S (slave) o que sinalizava ser um "trabalhador gratuito" pelo resto da vida. Na 3ª vez, enforcamento sumário. Pesquisas revelam que entre 1750 e 1850, mais de 100 mil pessoas foram executadas por essa razão. Com o avanço dos direitos dos cidadãos, as autoridades passaram a estimular a emigração desses "indesejáveis". Assim, de 1830 a 1930, as nações periféricas receberam 59 milhões de imigrantes.

estrutura de esgotos, transporte, habitação, trabalho, escolas e de serviços comunitários básicos.

De outra parte, o século XIX possibilitou um aumento demográfico, seja pela ausência de guerras, seja pelo progresso econômico, seja pelo transporte fruto da revolução industrial, que alteraram profundamente o processo produtivo de então, fortalecendo as cidades surgidas ao redor de fábricas e portos; introduzindo a agricultura empresarial (deixando a de subsistência e artesanal em segundo plano) e iniciando o processo de globalização econômica.

Esses dois cenários fizeram surgir novas instituições como Sindicatos, Partidos, Escolas/Universidades, Previdência Social, meios de comunicação de massa. Isto facilitou o aprofundamento de discussões centradas nas correntes doutrinárias do liberalismo e do socialismo (utópico, científico e anárquico), sendo o debate central a QUESTÃO SOCIAL, onde se situa o fenômeno da mobilidade humana. A questão social posta pela lógica capitalista nada mais é do que o confinamento da pessoa trabalhadora na busca da sua sobrevivência, tendo que vender sua força de trabalho dentro de critérios do mercado, isto é, sua remuneração é pelo que ela produz, não considerando suas necessidades básicas como ser humano. Inúmeras reações surgiram contra essa lógica:

- Levantes de grupos de políticos, intelectuais e operários que buscaram, via revolução, implantar novas regras na relação social do processo produtivo.
- Movimento cartista, que buscou mudanças, via petições cartas reivindicatórias dirigidas às autoridades. Esse movimento desembocou no sindicalismo organizado para a defesa dos interesses dos operários, culminando na introdução da ordem jurídica de leis sociais trabalhistas.
- Posicionamento da Igreja, iniciado com Bispos alemães (1843) que propunham critérios para a relação capital versus trabalho, depois sistematizados por Pio XI na Encíclica Rerum Novarum (1891). A Igreja entendia como correta a postura dos que defendiam os trabalhadores frente à exploração do capital, porém não concordava que fosse pela via revolucionária. O Ensino Social da Igreja propôs alternativas para disciplinar o capital e beneficiar os trabalhadores, sem, contudo, negar a lógica do sistema produtivo capitalista.

Conceitos de mobilidade humana

O conceito da mobilidade humana é visto sob diversos aspectos. Há um **conceito tradicional** que enfoca a migração (SEPMOV, 2003) como o movimento das pessoas ou grupos, de um lugar para outro, por diferentes motivos, seja de forma estável ou temporária. Nesse processo circulatório encontram-se diversas categorias de pessoas: turistas, representantes de governos, pesquisadores, estudantes, militares, homens de negócios e migrantes propriamente ditos⁴, estes últimos buscando espaço para nova inserção social. É um conceito centrado no deslocamento demográfico e territorial.

Recentemente, muitos outros aspectos começaram a ser percebidos, como a migração considerada a partir da desigualdade social de classe: A MIGRAÇÃO SOCIAL. A migração social é a exclusão das pessoas dentro de sua classe, categoria, ou estamento social, com perdas de direitos básicos⁵, com a impossibilidade ou dificuldade de ascensão social espacial e na sua reinserção ao processo produtivo e aos valores culturais, políticos, religiosos e sociais. Nesse tipo de migração nem sempre há deslocamentos demográficos e territoriais. Muitas vezes ela é imperceptível, especialmente quando acontece no próprio estamento social.

Nesse contexto contemporâneo, os migrantes não são mais vistos como impulsionadores do crescimento, do progresso e do desenvolvimento do país, região, município. Suas presenças, em geral, incomodam a sociedade porque eles são os "diferentes", os "estrangeiros" que "ameaçam" a estabilidade e passam a ocupar postos de trabalho. Com freqüência, o Estado e a sociedade lhes negam os direitos humanos básicos, independente de estarem em situação "regular" ou "irregular" quanto à documentação.

O fenômeno da mobilidade humana é visto como um acontecimento do conjunto das realidades visíveis produzidas pela mobilidade humana ou mobilidade do estamento social e captado em diversas manifestações como migrações internas, imigrações, emigrações, fluxos migratórios,

Documentos da Igreja Católica classifica como migrantes: Refugiados, estudantes internacionais, trabalhadores marítimos, trabalhadores de aeronavegantes, nômades e turistas.

⁵ Perda do emprego, perda da capacidade do exercício de consciência crítica de sua cidadania, perda da possibilidade de vivência da cultura de origem (familiar ou comunitária), perda da qualidade de vida...

refugiados, exilados, desigualdade social, indicativo de um processo de degradação propriamente dito.

A ciência e as causas da mobilidade humana

No campo científico a questão social da mobilidade humana é analisada sob vários enfoques segundo os ramos da ciência⁶. Parece que o que há em comum, entre os pensadores, é que os deslocamentos humanos são determinados por diversos fatores: conflitos armados, precárias condições econômicas, lutas políticas, étnicas, sociais e religiosas, catástrofes naturais, desigualdade de classe e sonhos de realização pessoal.

Assim, pode-se dizer que a mobilidade humana, nos últimos 300 anos, está dentro de um cenário cujas explicações podem ser vistas sob duas grandes teorias:

• A teoria funcionalista-organicista

Foi no aurorecer da revolução industrial, a partir de 1740, com a implantação do sistema de produção capitalista, que surgiram as primeiras explicações funcionalistas:

No século XVIII, os economistas fisiocratas⁷, ao se defrontarem com o fenômeno da **mobilidade humana**, passaram a vê-lo como um simples êxodo rural e **fator dinamizador** do processo de urbanização para servir a indústria.

Já os economistas clássicos liberais, como Adam Smith e David Ricardo, explicavam a mobilidade dentro da teoria dos fatores de produção em que o novo sistema econômico seguia leis naturais. Assim, a força de trabalho passou a ser vista como uma simples mercadoria regulada pela lei de "oferta e procura" e que o mercado era quem gerava a "mobilidade perfeita do trabalho".

O sociólogo Émile Durkheim (1858-1917) interpretou a mobilidade humana pela "lei da mecânica do equilíbrio social", segundo a qual "os povos mais fortes tendem a incorporar os mais fracos e a com mais densidade se dirigem para a com menor densidade, de maneira que

⁶ Economia, História, Geografia, Sociologia, Política, Direito, Demografia, Antropologia, entre

Os economistas fisiocratas entendiam que a riqueza somente é produzida pela natureza, a mãeterra.

existirão sempre movimentos populacionais de um país para outro, e conclui que a migração determina o enfraquecimento das tradições e que a mistura dos povos provoca a perda das diferenças de origem" (Bonassi, 2000: 19).

João Batista Scalabrini (1839-1905), religioso e sociólogo, via a migração como um fenômeno natural e providencial. Reconheceu, segundo Bonassi, as exigências de justiça, os postulados críticos, justos e racionais defendidos por Marx, mas opunha-se ao conceito de reduzir o fenômeno migratório ao aspecto econômico. A migração é fruto "da lei da natureza, pois o mundo físico, como o mundo humano, está submetido a esta força que move e mistura, sem destruir, os elementos da vida, que transporta organismos nascidos em um determinado lugar e os semeia no espaço, transformando-os de modo a renovar em cada instante o milagre da criação" (ibid., p.19). Scalabrini reconhece que a migração espontânea é uma válvula de segurança social; civiliza as mentes do povo pelo contato com outras leis e costumes; alarga o conceito de pátria, fazendo pátria do homem, o mundo; e a migração forçada é danosa quando usada pela fúria dos lucros e interesses puramente econômicos, criando inadaptados e desiludidos. Para ele, a migração sem a proteção da lei é um fenômeno perverso.

Grupos de **antropólogos** passaram a explicar a mobilidade humana partindo do princípio de que o ser humano é uma criatura que precisa buscar espaço necessário para viver, dominar instrumentos de produção para gerar bens e satisfazer suas necessidades pessoais e da família. Nesse sentido, "passaram a defender o direito de ir e vir dentro e fora do país, região ou cidade, na lógica dos pensadores das grandes religiões monoteístas, considerando que a terra é dom que a humanidade recebeu de seu Criador. Nesse cenário, o ser humano luta pela sobrevivência, busca criar e conservar seus valores e costumes, produzindo sua cultura, sua identidade, seu modo de conceber e viver a vida na dimensão espacial" (Braido 2004:3).

Economistas contemporâneos reforçam a ótica da teoria neoclássica, afirma Salles (1999), em que as migrações são interpretadas como um jogo de mercado, em que a mão-de-obra se mobiliza ao efeito dos estímulos salariais ou de rendimento. Decorre disso os fluxos migratórios internacionais, frutos das variações do mercado de trabalho, da capacidade autônoma das empresas para contratarem trabalhadores

16

estrangeiros sem a intermediação do Estado (Gomes: 2003)⁸ e da **disparidade de renda** entre os países menos desenvolvidos do Sul e os mais desenvolvidos do Norte. O economista George Borjas, citado por Gomes, considera que as vantagens oferecidas de maneira universal pelo Estado de Bem Estar Social a todos os indivíduos nos países mais desenvolvidos, são um dos fatores dos fluxos migratórios internacionais. Esses economistas entendem que na lógica do cálculo utilitário, os benefícios da imigração pesam menos que os custos de transporte, de habitação e de adaptação que ela implica.

Cientistas políticos começaram a estudar a postura do Estado na regulação e controle do fluxo migratório internacional a partir da década de 1980, surgindo duas abordagens, a soberanista, que entende serem as políticas do governo as determinantes da entrada e saída de estrangeiros no território nacional. Esses pensadores se interessam exclusivamente pelo "processo de controle", ou seja, quem faz (Estado e suas Agências), o que faz (princípios normativos), quem ganha o quê e como (grupos econômicos); a liberal, que entende que a definição dos fluxos migratórios internacionais depende da "capacidade administrativa" do Estado em definir objetivos e obter resultados das políticas públicas. James Hollifield, segundo Gomes, toma como referencial de análise três variáveis: econômica (variações do mercado de trabalho); social (capacidade autônoma das empresas de contratarem trabalhadores estrangeiros sem o intermédio do Estado) e política (política de controle governamental).

• A teoria histórico-estrutural

Pensadores de diversas ciências - economistas, sociólogos, cientistas sociais, historiadores, entre outros - explicam as eventuais causas das migrações.

Os primeiros teóricos foram Karl Marx, Frederich Engels e seus seguidores, que reforçaram a abordagem socioeconômica sob outro ângulo, o de que a mobilidade da força de trabalho (trabalhador) era um fenômeno específico **da lógica do sistema capitalista** (Rocha:2004), pois esse sistema implantou três fundamentos básicos:

⁸ Concepção de James Hollifield, Saskis Sassen, citada por Charles P. Gomes.

- A mercantilização do processo de produção e de consumo, ou seja, para produzir é preciso buscar os insumos no mercado e produzir não para o auto-consumo mas para um mercado anônimo. O consumidor deve abastecer-se e consumir o que o mercado lhe determinar.
- A privatização: da terra, eliminando a sua função social; dos conhecimentos, promovendo leis que protegem o uso destes pelas corporações e pelas categorias profissionalizadas; e dos demais instrumentos de produção.
- A transformação do trabalhador e do pequeno produtor numa simples mercadoria a serviço do capital.

Marx analisou a dura exploração da migração forçada, especialmente a interna. Para ele a organização social capitalista tende a produzir, progressivamente, empobrecimento e desemprego, deslocamentos forçados dos trabalhadores dentro de um "exército industrial de reserva disponível" que favorece a acumulação dos capitalistas.

Sociólogos contemporâneos reconhecem, além dos fatores de ordem econômica, o papel que as Redes Sociais exercem para o desenvolvimento do fenômeno migratório, contribuindo não apenas para fornecer os referenciais do local de destino, como a acomodação inicial do imigrante e sua inserção no mercado de trabalho. Segundo Saskis Sassen (Salles: 1999), a mobilidade do capital é que tem criado novas condições para a mobilidade do trabalho. No final do século XIX foi o livre comércio de mercadorias entre os países que provocou a emigração de capitais e de trabalhadores da Europa para o Novo Mundo. Hoje, essas migrações internacionais são fruto da globalização da produção por meio de investimentos no estrangeiro.

Para o sociólogo José Martins de Souza, teórico da concepção de migração social gerada pela desigualdade de classe, o ato de migrar gera a perda de qualidade de vida, a exclusão do seu habitat e o distanciamento da reinserção social, submetendo os migrantes, desde o início, à formas conflitivas e antagônicas de integração na sociedade de adoção. Para ele, o grande processo migratório está acontecendo no próprio estamento social. A sociedade contemporânea afirma Martins (2002:132) retira a possibilidade de a pessoa ter qualidade de vida, exercer a sua consciência crítica, manter a identidade política em que ela é o sujeito da construção

de sua história e, com isso, perder sua identidade de poder reivindicar os direitos básicos de cidadão⁹.

Nesse sentido, o problema não está na exclusão, mas no grave problema social e político da inclusão, pois, cada vez mais, para as pessoas que "migram", a sua reinclusão passou de curto espaço de tempo, para médio e longo espaço de tempo. Assim as pessoas desenraizadas, são compelidas a aceitar formas precárias e até aviltantes de sobrevivência: a inclusão excludente. Significa dizer que na inclusão excludente o migrante passa a conseguir a sobrevivência envolvendo-se em atividades que a sociedade exclui por considerá-las "ilícitas" e "degradantes". Exemplos disso é o avanço de práticas da prostituição, do tráfico, do trabalho escravo, da mendicância, da receptação, do contrabando, de vendedores ambulantes, "serviços" ligados ao narcotráfico e do jogo do azar. Por isso sociólogos como Boaventura Santos, Michael Hardt e Antonio Negri, entendem que a mobilidade humana crescente é sintoma de profundas transições, sinalizadora de uma crise sem retorno do paradigma da modernidade.

Etapas do Regime de Direitos Humanos

Na contemporaneidade, é preciso considerar a doutrina de Direitos Humanos que busca construir um novo paradigma. Paulo de Leivas Leite¹⁰ aponta diversas etapas do Regime de Direitos Humanos que beneficia o fenômeno migratório:

A etapa de proteção dos direitos humanos (1789-1948) no âmbito exclusivo dos estados nacionais. Nessa etapa predominou a idéia de soberania absoluta, ou seja, a responsabilidade de proteção dos direitos humanos foi tarefa exclusiva do estado nacional.

A etapa de proteção internacionalista dos direitos humanos (1948-1990/00). É o período vigente, em que o estado continua tendo um papel importante, porém, tendo em vista a existência de Órgãos Internacionais e Regionais (ONU, OEA, Blocos Econômicos) geradores de Convenções, Tratados e Acordos, as responsabilidades passaram a ser divididas entre

⁹ "Os problemas que aparecem não são relativos à migração de um lugar a outro, mas são relativos aos empecilhos à migração de uma posição social a outra no interior da sociedade. É o estreitamento das possibilidades de ascensão social(...) é preciso começarmos a repensar as migrações além de sua dimensão territorial e demográfica (...) É preciso pensar no deslocamento social que existe no interior do deslocamento espacial, isto é, pensar nos fatores propriamente sociais, culturais e políticos embutidos no processo de migração" (Martins:2002, p.132).

Palestra realizada no Seminário Direitos Humanos e Migração, na Universidade La Salle, Canoas, junho de 2004.

Estado Nacional e Organismos Internacionais. Os estados concordam voluntariamente em estender esta proteção a organismos internacionais.

A etapa de proteção dos direitos humanos nos espaços comunitários. Começou a se concretizar na Europa, quando em 2002 a União Européia divulgou a Carta de Direitos Fundamentais, inaugurando a extensão da proteção dos direitos humanos ao plano comunitário, superando a do plano regional ou internacional. A União Européia assumiu o compromisso de defesa dos direitos humanos de seus cidadãos. Criou, portanto, o conceito de cidadão europeu. Isto tem facilitado a mobilidade humana.

A etapa de proteção dos direitos humanos dentro de um conceito de cidadania cosmopolita. É a proposta do filósofo Habermas e de outros pensadores que defendem a criação do direito cosmopolita, de instituições cosmopolitas e de uma cidadania cosmopolita. Como se daria isto? Haveria uma relação direta do indivíduo com organismos internacionais de defesa dos direitos humanos. O indivíduo, como cidadão cosmopolita, teria uma relação jurídica direta. Isto implicará primeiro, logicamente, na democratização das Nações Unidas, dotando-a de tribunais com poderes coercitivos, ou seja, de forças policiais judiciárias para efetivamente fazer cumprir suas decisões.

NOÇÕES BÁSICAS DO MUNDO MIGRATÓRIO

Terminologia

A mobilidade humana vivida é caracterizada por termos¹¹, que entram em todos os idiomas, como etnia, costumes, língua, nação, direito à vida, direito à nacionalidade. Os dicionários e os glossários, os explicitam:

• <u>Direito à nacionalidade</u>. É um direito fundamental da pessoa humana, que se concretiza no direito de ter uma nacionalidade desde o nascimento, o direito à mudança da nacionalidade e à não privação arbitrária da nacionalidade da pessoa.

¹¹ Fontes: Dicionário Aurélio, Glossário do IMDH de Brasília e La Movilidad Humana em AL y el Caribe da SEPMOV

20

- Migração. Na concepção tradicional, é um movimento de pessoas, grupos ou povos de um lugar para outro com a finalidade de estabelecer-se ou de trabalhar naquele local. Por migrante entendese toda a pessoa que migra ou não, transferindo-se de sua residência comum para outro lugar, região ou país, ou perdendo posição social no seu espaço comum, sendo excluída e tendo restrita a sua perspectiva de reinserção no processo social produtivo. No fenômeno da migração há o emigrante¹² (pessoa que deixa a sua pátria ou a região para residir em outro país ou região); o imigrante¹³ (pessoa que ingressa em outra região, cidade ou país diferente, para aí viver).
- <u>Migração forçada</u>. Assim chamada quando alguém migra para um país que não o de sua nacionalidade ou residência por causas alheias à sua vontade. A origem destas causas pode ser econômica, política, social, desastres naturais, busca de sobrevivência.
- <u>Migração clandestina.</u> Expressa a situação daquelas pessoas que, independentemente da razão porque migraram, entraram ilegalmente, sem portar qualquer visto ou permissão, num país diverso do de sua nacionalidade ou residência legal.
- Migração social gerada pela desigualdade de classe. É a exclusão no estamento social, com perda da qualidade de vida, da consciência crítica, da identidade política em que a pessoa migrante não se percebe como sujeito da construção de sua história na reivindicação de seus direitos básicos de cidadão.
- Permanência. É quando o estrangeiro foi admitido com visto permanente, ou seja, o governo o autorizou a estabelecer-se e residir permanentemente no país de acolhida. A lei brasileira prevê a transformação de Visto Temporário, item V e VII, em permanência definitiva com base no casamento com cônjuge brasileiro ou com base em prole e adoção de filho brasileiro; a permanência por reunião familiar; e a transformação do status de refugiado em

O número de emigrantes brasileiros que residem em outros países tem crescido. Em 1996 o MRE (Ministério de Relações Exteriores) concluiu um censo com um total de 1.548.756. Em 01 de agosto de 2001 o relatório do Serviço Consular e Comunidades Brasileiras no Exterior e o MRE apontavam 1.887.893 brasileiros no exterior. Especialistas afirmam que hoje o nº supera a 2,4 milhões, representando 1,2% do total da população brasileira.

¹³ O número de **Imigrantes Estrangeiros residentes no** Brasil varia conforme o órgão de pesquisa: a amostragem do IBGE (2000) chegou a 683.830 mil; o Departamento de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras do Distrito Federal, em relatório de 4/04/2000 dava o número de 947.765. Em junho de 2004 o SINCRE/MJ computava 1.121.479 imigrante, em torno de 0,6% do universo da população.

permanência definitiva (após 6 anos de residência no Brasil na condição de refugiado)¹⁴.

• Refugiado . É a pessoa que devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, de credo, de postura política, se retira, foge para um lugar seguro, buscando abrigo no sentido de tomar asilo, asilar-se, expatriar-se. A Convenção de Genebra, em seu artigo 1° assim define o refugiado: "Toda a pessoa que, devido à fundados temores de ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertença a determinado grupo social ou opiniões políticas, se encontre fora do país de sua nacionalidade e não possa ou, por causa de ditos temores, não queira valer-se da proteção de tal país".

A lei brasileira 9474/97 considera refugiada "a pessoa que, devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigada a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país". O termo "refugiado" vem sendo também associado à pessoa ou grupos que deixam seus países forçados, embora não necessariamente "perseguidos", por fome, desemprego, questões raciais, étnicas, desordem política interna do país, motivos religiosos, e que buscam segurança ou perspectivas de vida e sobrevivência em outros países.

- **Exilado político.** Aquele que é expatriado, desterrado, banido, degredado.
- Anistia. É o perdão ou a definição por parte do Estado de uma ação jurídica que possibilita aos estrangeiros, que residem no país de forma irregular ou ilegal, regularizarem, sem penalidades, sua situação de permanência no país. Nas últimas décadas o Brasil concedeu três anistias aos estrangeiros em situação irregular: 1981 1988 e 1998.
- <u>Deslocados internos (desplaçados)</u>. São os forçados a migrarem dentro do próprio país por motivos de violência interna, luta armada, violação generalizada e sistemática dos direitos humanos, grave desordem pública, incapacidade dos governos de garantir segurança

¹⁴ Nota: O visto para entrar no Brasil com permanência definitiva está limitado a raras situações, entre elas, a de investidor e a de transferir residência no Brasil na condição de aposentado com ganhos mínimos ao mês de 2 mil dólares.

a seus cidadãos¹⁵. Vivem situações semelhantes à dos refugiados, mas permanecem no território do próprio país.

• <u>Indocumentados ou em situação irregular</u>. Abrange aquelas pessoas residentes no Brasil que, por razões várias, mesmo com direito a residir no país, não providenciaram sua documentação ou, após obtê-la, não tomaram as necessárias providências para assegurar sua validade¹⁶.

ALGUMAS TENDÊNCIAS DA MOBILIDADE HUMANA NO FINAL DO SÉCULO XX E INÍCIO XXI

Diferentemente da imigração que ocorreu do século XIX à meados do século XX, de países centrais para os de periferia, indicativo do primeiro sinal de um processo de globalização que se gestava, hoje os fluxos migratórios internacionais passam a apresentar novas tendências (Sosa: 1999). A vocação globalizante do capitalismo consegue as condições históricas de penetrar em todos os aspectos da vida das pessoas e de locais do planeta. Altera profundamente todas as sociedades, gerando crises, revoluções tecnológicas, desemprego e exclusão. Para Mármora (2003), nas últimas décadas, as **imigrações deixaram de ser sinônimo de aporte ao desenvolvimento passando à categoria de "problema social"**.

Uma série de acontecimentos desencadearam profundas mudanças:

O fim da Guerra Fria entre União Soviética e Estados Unidos (1945-89), possibilitou que este implantasse o seu "império consumista" de bens materiais e culturais. As migrações internacionais tornaram-se uma possibilidade concreta para sociedades antes sujeitas à diversas restrições. Fluxos migratórios, que eram vistos como resistência (chineses, europeus

¹⁵ Juridicamente os desplaçados diferem dos migrantes **internos**, embora, hoje, já se pode identificar desplaçados os perseguidos dos traficantes de drogas nos morros do Rio de Janeiro. No século XX, o grande fenômeno migratório chamou-se de **êxodo rural**, quando mais de 40 milhões de brasileiros saíram de seu habitat e foram para as cidades. Hoje, a maior mobilidade acontece com índios, ciganos, bóias-frias, moradores de rua, trabalhadores sazonais de obras de infra-estrutura, vendedores ambulantes nordestinos.

¹⁶ Segundo a Convenção Internacional da ONU (1990) "Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes" - são aqueles migrantes que não foram autorizados a ingressar, permanecer e a exercer uma atividade remunerada no Estado de emprego, de acordo com as leis desse Estado e os acordos internacionais em que esse Estado faça parte (art.5°, "a" e "b").

do leste comunista e cubanos), passaram a ser acolhidos e estimulados pela lógica do fundamentalismo consumista do capitalismo.

A alteração do paradigma de Estado-nação para o avanço do paradigma de Estado-comercial, com seus blocos econômicos, gerou uma reacomodação das esferas de poder em escala nacional e internacional e reduziu fronteira. Isto estimulou deslocamentos massivos gerados por novos conflitos (seja pela simples lógica do fundamentalismo consumista das grandes potências, por questões étnicas, religiosas, ou por tráfico de drogas), aumentou a demanda por asilo político e a migração clandestina. De outra parte, observou-se também mudanças paradigmáticas filosófico-culturais atingindo a razão, a ciência, o progresso, a tecnologia e a democracia, que passaram a seguir critérios do mercado.

O sistema econômico incorporou o uso da informática, das telecomunicações e da robótica no mercado financeiro, privilegiando as especulações financeiras. Isso acentuou o desnível econômico entre os países – exemplo: latino-americanos¹⁷ e africanos em relação aos USA, Japão e Europa. Aqueles passaram a gerar imigrantes enquanto estes, a absorvê-los, mas os confinando a um "espaço secundário do mercado de trabalho" em setores de serviços.

O avanço da visão de "ilegalidade" e de "subversividade" dos movimentos migratórios. Os constrangimentos à livre circulação das pessoas num contexto de discurso de mercado global e de fim das fronteiras, equiparou o migrante empobrecido (descapitalizado) ao status de "criminoso", de "terrorista" e de "ameaça potencial às pessoas de bem".

A feminilização das migrações é uma nova tendência, mais recente, das correntes migratórias. Enquanto no passado predominavam os homens, número crescente de mulheres migrantes passa a ser a fonte principal de renda da família.

O surgimento de um complexo de "redes" conecta migrantes e os demais processos mencionados, estimulando tanto formas de

¹⁷ Aí a **pobreza é crônica**, devido a concentração da terra, da riqueza e do poder nas mãos de uma elite. **Os modelos de desenvolvimento adotados -** no meio rural (o pacote químico-mecânico que agride o meio ambiente e os consumidores, prioriza a monocultura do agronegócio para a exportação) e no industrial urbano concentrado em algumas regiões e grupos, com a chamada "indústria de ponta e de consumos de bens supérfluos". Além disso o endividamento externo e interno, subordinando os países empobrecidos a um sistema de agiotagem financeira interna e internacional. Como conseqüência freqüente instabilidade político-social gerador de mais corrupção e burocracia dos serviços públicos, estes passaram a ser "privatizados" para servirem a mesma elite.

associativismo solidário, quanto o surgimento de máfias. O primeiro facilita a migração e defende os direitos de quem chega, combate abusos, como o tráfico de pessoas, a falta de assistência legal e humana e de trabalho. Já o segundo, incita ao tráfico de drogas, de trabalhadores e à exploração sexual.

Alfredo Gonçalves aponta algumas consequências dessas mudanças:

- Rompimento do contrato social gestado na modernidade. Instituições tradicionais como ONU, Estado, Família, são colocadas em segundo plano, quase ignoradas. As relações solidárias são engessadas e estimulam-se as relações individualizantes e competitivas.
- Forte tendência em substituir o bem comum pelos interesses individuais de acumulação desenfreada (espalhando violência, crime, destruição), pois o produtivismo e o consumismo exacerbados agridem a pessoa, a sociedade, a terra, e o meio ambiente em geral.
- Acentuada aceleração das migrações excludentes em que há "países com ilhas de riqueza num mar de miséria; e países com ilhas de miséria num mar de riqueza".
- As migrações passaram a ser mais complexas (ou seja os motivos que levam as pessoas a migrarem sobrepõem-se; os fatores de expulsão e atração misturam-se); mais intensas (em número, lugares e direções); e mais diversificadas (migram homens, mulheres, jovens, "cérebros", trabalhadores temporários, migrantes pendulares¹⁸, migrantes jovens meninos e meninas carregados pelos traficantes de pessoas e de drogas).
- Avanço do pluralismo planetário do ponto de vista étnico, religioso e cultural, mas com possibilidades e novas exigências.

O fenômeno migratório, embora num mundo em crise, trouxe alguns sinais positivos: o migrante passou a ser portador da bandeira da cidadania universal onde o direito não está no fato da pessoa ter uma carteira de identidade, fornecida por este ou aquele país, mas pelo

¹⁸ São trabalhadores com domicílio distante do local de trabalho (5 horas e mais). Deslocam-se na segunda-feira para o trabalho, permanecendo a semana no local, retornando ao domicílio ao final de semana.

direito de existir, de ter uma certidão de nascimento. Isto concretiza a frase que diz: "a Pátria do migrante é a terra que lhe dá o pão". Percebem-se novas **convenções e acordos** de trânsito de pessoas entre países e suas organizações internacionais; **o avanço do pluralismo planetário** do ponto de vista étnico, religioso e cultural; o **surgimento de Redes** de Cooperação, de Mútua Ajuda – reaglutinando pessoas, grupos de pessoas em núcleos orgânicos de vida.

2 O ESTADO E A MOBILIDADE HUMANA

"A civilização de um povo se mede pelo acolhimento dado aos estrangeiros" (Pontes de Miranda), pois "são homens e mulheres que devem ser respeitados em virtude de sua dignidade enquanto pessoas, muito além do regime vigente ou do lugar onde residem. Seus direitos não derivam do fato de pertencerem a um Estado ou Nação, mas de sua condição de pessoa cuja dignidade não pode sofrer variações ao mudar de um País para outro" (BICUDO, Hélio).

CONCEPÇÕES DE ESTADO E PRINCÍPIOS JURÍDICOS

Introdução

O Estado Moderno foi concebido (Geruppi: 1980) como aquele **poder político** exercido sobre um **território** e um conjunto **demográfico** (uma população ou um povo), uma dominação, quer em relação à coexistência das pessoas, à coesão das leis, e ao gerenciamento dos órgãos desse complexo. Quer em relação dos órgãos que dominam esse complexo. Assim, o Estado moderno criou autonomia dentro do princípio do **monismo jurídico**, ou seja, princípio que não permite que sua autoridade dependa de nenhuma outra autoridade. É a maior organização política que a humanidade conhece.

Do monismo jurídico ao pluralismo normativo a serviço do capital

Esse Estado surgido na modernidade, e sustentado pelo princípio do monismo jurídico, consolidou o seu poder, regulando o direito positivo: direitos individuais, políticos e direitos sociais. Contudo, hoje, numa economia globalizada, surgem fortes restrições ao monismo jurídico.

Faria (1999: 14-15) identifica a mudança de cenário social, político, econômico e cultural em que há pouco espaço para os Estados-nação com poder para realizar objetivos e implementar políticas públicas via decisões livres, autônomas e soberanas, sendo o contexto internacional um desdobramento natural dessas realidades primárias. Agora, o que se percebe é um cenário interdependente, com atores, lógicas, racionalidades, dinâmicas e procedimentos que se entrecruzam, não fazendo distinções entre países, fronteiras e culturas. Em muitos casos esses atores chegam a **ignorar as próprias identidades nacionais** para ficarem ao lado da transnacionalização dos mercados de insumos, de produção, de capitais, de finanças e de consumo. A idéia de um sistema econômico nacional aparece como ultrapassada.

Nessa nova ordem sócio-econômica multifacetada e policêntrica, conforme a terminologia de Faria, o **direito positivo** enfrenta crescentes dificuldades. Direitos individuais, direitos políticos e direitos sociais há tempo institucionalizados são crescentemente "desconstitucionalizados" ou "flexibilizados". Assim, o **monismo jurídico** – que é o princípio básico constituído e consolidado em torno do Estado-nação - cede espaço para o **pluralismo normativo**, ou seja, passa a prevalecer a existência de distintas ordens jurídicas autônomas num mesmo espaço geopolítico (país), entrecruzando e interpenetrando-se de modo constante.

As contradições da lei e da sociedade

Com esse novo cenário se defrontam os milhões de imigrantes ¹⁹ que enfrentam a sua necessidade de mobilidade, superando distâncias, buscando sua realização, a sua subsistência, sujeitando-se a todo tipo de privações e humilhações. As práticas dos poderes constituídos, influenciados pela lógica do mercado, os vêem como mão-de-obra barata, uma simples mercadoria. Os governos oscilam entre a **atitude de abertura** (embora tratem os migrantes como bem de oferta e procura quando os interesses nacionais o exigem) e **de restrição** (até de rechaço) quando a presença do estrangeiro é onerosa.

É dentro dessas posturas que vão surgindo às leis que regulam e disciplinam os fluxos migratórios, impondo-lhes condições e limites ou aprofundando o processo de exclusão do migrante. Porém, fica evidente que os governos tendem a aceitar o pluralismo normativo quando tratam

¹⁹ Dados da ONU e da OIM – Organização Internacional da Migração indicam a existência de mais de 175 milhões.

de questões comerciais (do mercado globalizado) e continuam com o monismo jurídico quando tratam da mobilidade de pessoas sem capital.

Para a pesquisadora Rosita Milesi: "Os fluxos migratórios criam, nos governantes, na mídia e na população em geral, inquietações. Os migrantes são vistos como ameaça no mercado de trabalho e como responsáveis pelo aumento da violência. Com esta visão distorcida, os governos e a própria sociedade se tornam cada vez mais restritivos à entrada de estrangeiros e adotam como solução o estabelecimento de mais restrições, mais leis, iludidos de que ali está a forma de resolver a questão migratória. Há uma resistência em valorizar a concepção positiva dos migrantes, a dimensão construtiva do seu trabalho, o seu contributo na evolução cultural dos povos, a riqueza da articulação de novas identidades e de relações 'inter-éticas', o que reforçaria o despertar de um processo de globalização da solidariedade" (Internet, 2004).

AS LEIS E O IMIGRANTE NA AMÉRICA LATINA

Postura dos Estados latino-americanos

A história jurídica dos países latino-americanos e caribenhos, segundo Marmora (2003), referente aos migrantes, teve etapas bem características.

No período colonial a lei portuguesa e espanhola **proibia a entrada de imigrantes**. Estimulava a imigração "forçada" de trabalhadores, escravos africanos.

Do início do século XIX (período das Independências) à meados de 1960 a legislação dos países da América Latina enfatizavam **as migrações estimuladas**, "livres", pois os imigrantes representavam fator importante na ocupação territorial – colonização (1824-1939) e no fomento ao crescimento dos países (1945-1960)-, como mão-de-obra qualificada.

Da década de 1960 ao final de 1980 em que a maioria desses países vivia numa débil democracia e com governos ditatoriais, começaram a criar leis de **controles restritivos às imigrações** dentro da visão da doutrina de segurança nacional. O migrante passou a ser visto como potencial "subversivo" e trabalhador "indesejável", embora **a emigração e o exílio** representassem um alívio das tensões sociais e políticas vividas. Foi a partir da década de 1990, segundo Marmora, que os países da América

Latina, percebendo o significado das remessas financeiras mensais dos emigrados para familiares de origem, bem como o intenso debate em foros internacionais dos direitos humanos do cidadão, mudaram de atitude frente aos emigrados, interessando-se por eles. Com relação à imigração documento da SEPMOV (2003, p 21-22) enfatiza que a legislação e as posturas dos encarregados do aparelho estatal ainda mantêm forte discriminação.

Embora a Organização das Nações Unidas tenha aprovado, em 1990, a Convenção Internacional para a "Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Seus Familiares", que estipula uma série de direitos básicos dos imigrantes, mesmo daqueles que não se encontram em situação regular nos países receptores, ainda assim, muitas nações continuam a desrespeitar e discriminar os trabalhadores migrantes e a implantar políticas imigratórias cada vez mais restritivas.

No Mercosul, parceiros do Brasil começaram a modificar a lei dos imigrantes elaborada durante os regimes militares. Recentemente, a Argentina aprovou uma legislação migratória bem menos restritiva, e o Uruguai caminha no mesmo sentido, embora haja tendência do reforço do monismo jurídico internacional, em se tratando de pessoas. Segundo Milesi, a legislação Argentina inovou, pois:

- > Define um novo conceito da imigração.
- Assegura, a qualquer estrangeiro que se encontre no território argentino, regular ou irregularmente, direito ao estudo, mesmo que não possa depois se regularizar e volte para seu país de origem com a cultura e a instrução oportunizada.
- ➤ Proíbe que se negue, a todos os estrangeiros, acesso aos direitos da saúde, aos sociais, à justiça, ao trabalho, aos bens públicos, ao emprego e à seguridade social.
- Trata a questão da integração do estrangeiro como um direito humano fundamental.
- ➤ \Contempla que os estrangeiros possam participar de decisões administrativas e políticas na região onde residem. É o princípio de direito de voto em eleições municipais.
- ➤ Prevê diminuição de exigências para os imigrantes oriundos dos países do Mercosul.

A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E OS IMIGRANTES

Introdução

No Brasil, considerado um país de imigrantes, após mais de 100 anos, ainda pairava dúvidas sobre o que realmente era o imigrante. Em 1935, um deputado de São Paulo propôs um projeto de lei em cujo artigo 1° "O Poder Executivo entrará em combinações com o Governo Federal no sentido de ser dada uma definição do que seja imigrante" (Bonassi, op.cit., p 49). A pesquisadora Sprandel (Internet: 2004) destaca que do Segundo Reinado do Império (1840-1889) até o início da Terceira República (1946-1964), os meios políticos discutiram exaustivamente os riscos e os benefícios da colonização, em detrimento do "elemento nacional". Ela conclui, citando Santos Junior, que as políticas de atração do imigrante se transformaram, aos poucos, em políticas de controle, que culminaram em leis profundamente autoritárias e restritivas, editadas pela ditadura militar.

Para Seyferth "a questão imigratória estava subordinada à questão da colonização, inclusive na Primeira República e no Estado Novo. O colono representava o imigrante ideal, embora não houvesse impedimento real para imigrantes de inserção urbana" (2004). O autor entende que esse espírito procede do Tratado assinado por Dom João VI, em 1808, em que se refere à imigração como fator civilizatório, estabelecendo preferência por agricultores e artífices, europeus e brancos.

Assim, ao longo dos grandes fluxos migratórios iniciados em 1819, o Brasil queria trabalhadores brancos e sadios, agricultores exemplares oriundos do meio rural europeu, com todas as "boas qualidades" do camponês e do artífice, obedientes à lei, dóceis e morigerados e de moral ilibada. "Por outro lado ser europeu não bastava: os 'piores elementos colonizadores', segundo diretores de Colônias, eram comunistas, condenados, ex-soldados e a 'escória das cidades', que os governos europeus 'expeliam', e que o Brasil deveria mandar de volta. Refugiados, deficientes físicos, ciganos, ativistas políticos, velhos... também estavam arrolados, inclusive na legislação, como indesejáveis" (idem).

Rosita Milesi identifica posturas legais e concepções de aplicadores da lei brasileira, reforçadas, hoje, pela grande mídia, que criaram figuras estereotipadas do imigrante: "servo de gleba" (década de 1840 do século XIX); "anarquista" (primeiras décadas do século XX); "comunista"/"fascista" (durante o Estado Novo e no pós II Guerra

Mundial); "**subversivo**" (na ditadura militar de 1964-1985); "**terrorista**" (após o atentado às torres de Nova York, em 11 de Novembro de 2002).

No retrospecto histórico brasileiro, pode-se destacar as principais leis e decretos sobre o tema.

No período colonial

A legislação portuguesa proibia a entrada de qualquer estrangeiro. Estimulava a migração forçada (escravos africanos), cujo regime e proteção jurídica era similar ao dos animais. Cabia ao escravo aprender a língua e exercer uma atividade produtiva. Ao dono cabia dar-lhe comida e moradia. A crueldade não era coibida.

Em janeiro de 1808 Dom João VI, já no Brasil, abriu os portos ao comércio estrangeiro, através de Carta Régia. Em 1812, decreto autorizou a entrada de 400 famílias chinesas. A partir de 06 de maio de 1818, um decreto específico permitiu a vinda de 100 famílias suíço-alemãs a cargo do Erário Régio, dando início à imigração estimulada e subsidiada.

No período Independente – Brasil Imperial

A Constituição de 1824 concedeu a primeira nacionalização aos nascidos em Portugal e que residiam no Brasil. D. Pedro I, com sua postura liberal, pretendia, com a vinda de colonos estrangeiros, implantar um novo modelo de produção, baseado na pequena propriedade, na policultura e no trabalho familiar. Esse modelo foi interrompido com a sua renúncia, em 1831. Voltou a preponderar o modelo anterior, favorecendo aos chamados "cidadãos de bem", ou seja, "os cidadãos de fortuna", aprofundando o modelo escravocrata e rejeitando o modelo de produção agrícola europeu. Para obstaculizar a imigração livre, o Ato Adicional da Regência, de 1834, determinava que os encargos com a vinda de estrangeiros fossem assumidos pelas províncias. Estas, porém, não possuíam recursos e nem glebas de terras para a colonização, pois as terras devolutas continuavam pertencendo ao Poder Imperial.

A postura inglesa, para eliminar a escravidão, foi impondo, desde a Independência do Brasil, Tratados Internacionais²⁰ que, inclusive, autorizavam a captura de navios negreiros. Contra isso, opunha-se a

Embora o Imperador e a Regência quisessem acabar com o "fim do tráfico de carnes humanas", a oligarquia agrária e os empresários exportadores sabiam corromper autoridades de outros escalões. Assim, na década de 1830, o tráfico de escravos acentuou-se.

oligarquia²¹ agrária exportadora do Brasil, que assumira papéis que antes foram da Coroa Portuguesa, cedendo migalhas para os trabalhadores. Pressionados pela conjuntura internacional, os grandes proprietários de terras e o Governo voltaram-se, novamente, em busca da migração estimulada, oriunda da Europa, a partir da década de 1840. Destaca-se a liderança do Marquês de Barbacena, que visitava Estados europeus para "fazer aliciamentos e engajamentos" à mão-de-obra européia. Historicamente a migração estrangeira foi organizada em três tipos de colônias²²:

- <u>Colônias de Parcerias</u>. Em 1847 o governo introduziu os contratos de parceria, criando uma linha de empréstimo de até 14 contos de réis para o fazendeiro "importar" imigrantes. Ele pagava as passagens e oferecia as instalações aos imigrantes. O governo fazia a naturalização compulsória na chegada. Os trabalhadores imigrantes obrigavam-se a pagar a dívida, a adquirir gêneros alimentícios e de primeira necessidade no armazém do fazendeiro. Na realidade, eram "servos de gleba", pois as dívidas se estendiam sempre mais. Essa prática, num espaço de 10 anos, mostrou ser desastrosa, gerando revoltas, desistências e repatriações. As Colônias de Parceria, na visão do que está descrito hoje no Código Penal, seriam de "pessoas submetidas à condição análoga a de escravo".
- <u>Colônias Mistas.</u> O Estado financiava o transporte e as instalações para trazer imigrante. Diferenciavam-se das colônias de parcerias pelo tratamento dado ao imigrante: o contrato feito entre fazendeiro e imigrante era de 6 a 7 anos; havia cláusulas de participação do imigrante nos resultados da atividade agrícola e garantia de uma remuneração mínima anual nos insucessos das safras. Isso possibilitou aos imigrantes relativa acumulação de capital, rompendo-se a servidão de gleba. O trabalho manual individual passou a ser a outorga de cidadania ao imigrante. Findo o contrato ele, em geral, tinha recursos financeiros para adquirir seu lote de terra e prosseguir sua "aventura de fazer a América".
- Colônias de Proprietários (privadas e as estimuladas pelo Estado)²³ A grande evolução no processo de imigração foi a colonização no sul do país, com as Colônias de Proprietários. Elas apareceram sob a

²¹ Esquema de Dr. Marcelo de Nardi in "Tratamento do Estrangeiro no Brasil – leitura histórica". Palestra, 2004.

²³ Lei de Terras – nº 601 de 18.9.1850 e a sua regulamentação em 1854 deu **acesso à propriedade de terras devolutas aos imigrantes e regulamentou a colonização por empresas particulares**

²² COSTA, Rovílio & DE BONI Alberto (1979) afirmam que eram contratos leoninos, pelos quais o colono vendia seu trabalho futuro para pagar os gastos que com ele tivera o proprietário de terra, desde o embarque no porto de origem.

forma de Colônias Privadas e Colônias Estimuladas pelo Estado. O governo constituáa a Comissão de Colônia, com funções eminentemente técnicas e com uma direção política. O sucesso da colônia refletia em benefícios políticos para o administrador, fator de motivação para criação de infra-estrutura de comunicação, transporte e negócios comerciais da produção e consumo aos imigrantes colonos.

Nessas colônias privadas houve o abandono do cultivo extensivo de monocultura de exportação, passando a exploração de culturas diversificadas de subsistência, cujo excedente era colocado no mercado. Além disso, as práticas de atividades artesanais avançaram. Deu-se início, assim, a um outro modelo produtivo, mais próximo do capitalismo e das idéias liberais. Esse modelo de imigração, marcada pela aventura individual e econômica e, muitas vezes, organizados por Companhias de Colonização, se estendeu por muito tempo no século XX.

No aspecto jurídico, é preciso retornar ao ano de 1848, quando o Poder Público voltou a legislar, visando reativar a corrente imigratória. A lei 514 de 1848 determinava a doação, a cada província, de 36 léguas em quadra de terras devolutas a fim de promoverem a imigração e a colonização. Dentro dessa perspectiva deve ser vista a Lei de Terras – nº 601 de 18.9.1850 - que regulava uma série de procedimentos sobre a imigração: criava a Repartição de Terras Públicas (centralizava a parte técnica da colonização), vedava a continuação de doação de terras públicas aos imigrantes, regulamentava a naturalização e o serviço militar. Seiferth (2004:3) afirma que a regulamentação da mesma, em 1854, possibilitou o **acesso à** propriedade de terras devolutas aos estrangeiros aqui radicados, **regulamentou** a colonização por empresas particulares e a ação individualizada dos governos provinciais nos assuntos de imigração. Isto, contudo, não chegou a estimular o processo migratório.

Por isso, em 1865, o governo passou a oferecer, aos imigrantes, **subsídios** nas passagens da Europa para o Brasil. Em 1867, frente ao fraco desempenho da imigração, o Governo Imperial elaborou novo regulamento, segundo De Boni & Costa (1979:3), que trouxe uma série de vantagens para o imigrante: lote rural pago em 10 anos, com dois anos de carência; viagem gratuita dentro do país; construção de habitação; ajuda em dinheiro, sementes e instrumentos nos primeiros tempos; assistência médica e religiosa. Isso motivou o aumento do número de imigrantes na procura de lotes rurais. Em 1879, o governo suspendeu parte das vantagens, permanecendo apenas a facilidade para comprar a terra no

prazo de 10 anos e a oferta de trabalho em obras públicas durante um certo período.

Em 1889, após o fim da escravidão, o governo retomou a política de imigração, reorganizando o serviço de cadastramento e venda de lotes, além de fazer campanha maciça na Europa.

Na Primeira República 24

A legislação, na 1ª República, começou com o Decreto nº 58 de 14.12.1889, que estabeleceu um dispositivo permanente pelo qual seriam considerados brasileiros todos os estrangeiros que residissem no país durante dois anos. No ano seguinte, o Decreto 212 de 22.02.1889 revogou as leis que exigissem passaportes em tempo de paz, sendo que o país "está reclamando o concurso emigratório de todos os países de origem para o seu povoamento, riqueza e progresso". No decreto 213 consta "... a fim de uma corrente imigratória espontânea, perene e abundante".

O Decreto 528, de 08.06.1890 estabeleceu **limitações para africanos e asiáticos:** "É totalmente livre a entrada (...) dos indivíduos aptos para o trabalho, que não estejam sujeitos à ação penal em seu país, excetuando os indígenas de Ásia e África".

A Constituição de 1891 introduziu a naturalização tácita se dentro de 6 meses o imigrante não manifestasse o desejo de conservar a nacionalidade de origem. A naturalização tácita privava a pessoa de sua nacionalidade originária. Isso violava o direito da liberdade individual e os princípios do direito internacional, por isso muitos governos europeus fizeram reclamações explícitas.

A lei nº 97 de outubro de 1892 começou a permitir a imigração asiática. Contudo, não há elementos que comprovem que essa lei tenha sido promulgada. Três anos após, em 5.11.1895, o Brasil celebrou o Tratado de Amizade Comércio e Navegação com o Japão, mas o fluxo migratório não aconteceu.

Em 1895, a República autorizou os governos provinciais a estabelecerem suas próprias leis e sistemas migratórios.

²⁴ Roteiro da síntese de BONASSI (op.cit., p. 50 ss) e de VAINER, Carlos B. Estado e Migração no Brasil: da imigração à emigração, (p 9 ss).

O Decreto nº 1.641, de 07.01.1907, em razão dos surtos grevistas de 1905 e 1906, instituiu a "expulsão de estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometer a segurança nacional ou a tranqüilidade pública", sendo a vadiagem e a mendicidade causas para a expulsão.

O Decreto nº 6.455, de 19.03.1907, suspendeu a proibição de entrada para asiáticos, silenciando, porém, quanto aos africanos (até hoje). Em 1908 chegaram as primeiras famílias nipônicas.

No período da República Nova (1930-45)

O Decreto 19.482, de 12.09.1930, em razão da crise econômica, determinava a reserva de dois terços de vagas para trabalhadores natos, no comércio e na indústria. Limitava a entrada de passageiros estrangeiros vindos pela terceira classe. Permitia, porém, a imigração ligada à colonização, necessária à agricultura.

A Constituição de 1934 vedou a concentração de imigrantes e estabeleceu o *sistema de cotas*, isto é, a corrente imigratória de cada país não poderia exceder, anualmente, o limite de 2% sobre o total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos 50 anos (art 151), reduzindo, assim, a chegada de novos imigrantes, especialmente da Ásia.

A Constituição de 1937, continuando a política de restrições, remarcou a soberania nacional sendo de competência privativa da União legislar sobre emigração e imigração, com o direito de "limitar ou suspender, por motivos econômicos ou sociais, a entrada de indivíduos de determinadas raças ou origens, ouvido o Conselho de Imigração e Colonização" (art. 2°).

O Decreto-Lei nº 383, de 18.04.1938, proibiu a estrangeiros exercerem atividades políticas no Brasil. Vedou especialmente "Organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político, entre os seus compatriotas, de idéias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem".

O Decreto-Lei nº 416, de 04.05.1938, foi a primeira lei que contempla a situação jurídica do estrangeiro no Brasil.

A legislação migratória após a Democratização do Brasil (1945-1968)

Finda a II Guerra Mundial, começou a flexibilização da política de imigração. Já o Decreto-Lei 7.967, de 18.09.1945, declarava ser "necessário imprimir à política imigratória uma orientação racional e definitiva, que atenda à dupla finalidade de proteger os interesses do trabalhador nacional e desenvolver a imigração que for fator de progresso para o país".

O artigo 1º desse decreto estabelecia que "Todo estrangeiro poderá entrar no Brasil desde que satisfaça às condições desta lei", mas se contradizia no art. 2º ao afirmar que "Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes de sua ascendência européia".

Bonassi afirma que essa redação discriminatória era para atender ao interesse das classes produtoras, pois eles haviam declarado, na sua 1ª Conferência, em 1945, que "deve ser mantida a tradicional política de miscigenação que vem sendo seguida multisecularmente pelo Brasil, preservando-se entretanto as características de ascendência européia da maioria de seu povo" (Boletim Geográfico, junho de 1945).

O tratamento legal ao imigrante na Ditadura Militar (1968-1985) e pós Ditadura

Pelo Decreto-Lei nº 941, de 13.10.1969, o Governo Militar criou o Estatuto do Estrangeiro, definindo a situação jurídica do estrangeiro no Brasil. A partir dessa Lei, a permanência do estrangeiro no Brasil passou a ser decidida segundo exigências extralegais, "de caráter especial, prevista nas normas disciplinadoras da seleção de imigrantes, estabelecidas pelos órgãos federais competentes, das quais poderão ficar dispensados os cidadãos de nacionalidade portuguesa". O Decreto lei 82, de 24.11.1971 criou a tipificação de crimes especiais, penas de privação de liberdade, além de pecuniárias, ao lado da retirada forçada do território nacional, em inúmeras hipóteses. Belisário dos Santos Júnior afirma que a estada do estrangeiro tornou-se, assim, uma exceção.

A Lei 6.815, de 21.08.1980, aprovada por decurso de prazo, reformulou o Estatuto do Estrangeiro de 1969. Introduziu uma visão draconiana mais forte, conforme expressa o art. 2°: "Na aplicação desta lei se

atenderá principalmente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil, bem como à defesa do trabalhador nacional". A lei, segundo José Beozzo, citado por Bonassi, passa a dar ao estrangeiro o tratamento de regime policial e penal. Legaliza as operações de seqüestro e entrega de cidadãos estrangeiros aos órgãos de repressão de seus países de origem.

A Lei 6.815 instituiu mecanismos de controle e fiscalização da estada de estrangeiros, utilizando Cartórios de Registro Civil, Juntas Comerciais, empresas imobiliárias, síndicos de edifícios, entidades públicas e privadas onde o estrangeiro trabalhasse e até estabelecimentos de ensino nos quais o estrangeiro estivesse matriculado. Institui a "delação oficial como um dever". O art. 26 estabeleceu: "O visto concedido pela autoridade consular configura mera expectativa de direito, podendo a entrada, a estada ou o registro do estrangeiro ser obstado ocorrendo qualquer dos casos do art. 7º ou a inconveniência de sua presença no território nacional, a critério do Ministério da Justiça". A arbitrariedade e a discriminação avançava mais no parágrafo 2º desse artigo: "O impedimento de qualquer dos integrantes da família poderá estender-se a todo o grupo familiar".

Segundo Ruben Dario Rodriguez, citando Foucault, essa lei expressa um poder que excede as Instituições, sem limitar-se em suas fronteiras.

As principais alterações feitas pela Lei 6.815/80 em relação ao Decreto-Lei 941, de 1969 foram sobre:

- ➤ **Vistos** além dos vistos de trânsito, turista, temporário, permanente, oficial e diplomático, já previstos na legislação, introduziu-se o visto de cortesia.
- ➤ **Registro** o estrangeiro ao entrar no país tem um prazo de 30 dias para **registrar-se** no Ministério da Justiça/Policia Federal.
- Fiscalização a fiscalização das atividades²⁵ do estrangeiro no país é feita também pelas Juntas Comerciais, Cartórios de Registro Civil, Hotéis, imobiliárias, síndicos de edifícios, estabelecimentos de ensino, que devem remeter, ao Ministério da Justiça, cópias dos registros de firmas, de casamento e de óbito de estrangeiros e de presença de estrangeiros.

_

²⁵ Cap. V da Lei do Estrangeiro

- Extradição e deportação todo estrangeiro que atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade ou moralidade pública e a economia popular, é passível de expulsão.
- ➤ Direitos e Deveres do Estrangeiro. Foram introduzidas alterações como: e vedado aos estudantes estrangeiros com visto temporário exercer atividade remunerada no país; os correspondentes de jornais estrangeiros não poderão exercer atividade remunerada por fonte brasileira; o estrangeiro titular de visto temporário e aquele de país limítrofe ao Brasil não poderão estabelecer-se com firma individual, exercer cargo de administrador, gerente ou diretor de sociedade comercial e nem poderão inscrever-se em entidade fiscalizadora de profissão regulamentada; o estrangeiro estabelecido na condição de temporário com regime de contrato de trabalho só poderá exercer atividade remunerada junto à entidade pela qual foi contratado; aquele admitido como permanente para imigração dirigida, não poderá mudar de domicílio, atividade profissional, ou exercê-la fora da região designada.
- ➤ **Penalidades -** a nova Lei estabeleceu a pena de deportação para quem exercer atividades remuneradas irregularmente, ficando a competência da aplicação para a Polícia Federal. Já a expulsão depende de Decreto Presidencial.

A CAMINHO DE UMA NOVA LEI DE ESTRANGEIROS NO BRASIL

Os novos sinais

A cidadania justa deve ser para todos, preconizam as Convenções Internacionais e a própria Constituição Brasileira de 1988. Contudo, os migrantes exibem²⁶ a contradição mais flagrante da sociedade de consumo. O mercado exige a compra de mão de obra disponível e barata, mas impede que trabalhadores migrantes e suas famílias tenham acesso aos direitos fundamentais de todo cidadão, como trabalho, habitação,

39

²⁶ Ver dossiê 2001-2993 – rota da Mobilidade Humana, op. cit., p.7 e Milesi & Contini (2002)

escolarização. Contudo, há sinais do surgimento de um novo cenário mundial²⁷:

- O avanço da internacionalização das migrações está a exigir uma legislação comum entre os diversos países.
- A emigração passa a ser uma questão ética, que exige e envolve melhor distribuição dos bens da terra, para frear os êxodos forçados e deixar caminho só para a emigração livre.
- O mundo, sempre mais pluralista, exige novas tarefas da educação e dos meios de comunicação social, para viver a "mundialidade", ou seja, uma comunidade de povos. O desafio é passar da tolerância à cooperação, mas passar de uma tolerância passiva para uma solidariedade ativa.
- ➤ Há o incentivo aos organismos intermediários.
- Avança o reconhecimento de direitos baseados na residência; de valores comuns mínimos numa sociedade pluricultural.

Os entraves

No Brasil, a par do novo espírito da Constituição de 1988, da ratificação de Convenções aprovadas nas Nações Unidas, dos Acordos bilaterais celebrados entre Brasil e países de emigração/imigração, ainda permanece em vigência o Estatuto do Estrangeiro imposto pelo governo ditatorial, com questões que afligem, os migrantes afirmam Milesi & Contini.

²⁷ Nova teoria geral de uma legislação migratória tem pautado as Nações Unidas ao adotar:

^{- &}lt;u>A Convenção do estatuto dos refugiados</u> (1951), ratificado por 141 países, estabelece garantias jurídicas.

^{- &}lt;u>A convenção internacional sobre a proteção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e dos membros de sua família</u> (1990), ratificado por 19 países, define as diferentes categorias de trabalhadores migrantes e a responsabilidade dos Estados em acolhê-los e dar-lhes proteção.

^{- &}lt;u>A Proteção adicional à Convenção das Nações Unidas contra a criminalidade transnacional organizada, visando prevenir, reprimir e punir o mau trato das pessoas, especialmente das mulheres e crianças (2000)</u>. Ratificado por 18 países.

^{- &}lt;u>O Protocolo contra o tráfico ilícito de migrantes por terra, ar e mar, adicional à Convenção das Nações Unidas contra a criminalidade transnacional (2000)</u>. Ratificado por 17 países.

A postura punitiva da Lei do Estrangeiro se reflete:

- ➤ Na lenta agilização dos processos de regularização de estada que tramitam nos Órgãos e Repartições Públicas.
- Na falta de uma formação adequada aos agentes administrativos, em âmbito de governo, sobre a realidade da migração, especialmente no que diz respeito ao diferente, à dignidade de cada pessoa, independentemente de sua origem e condição social.
- Nas pesadas multas aplicadas.
- ➤ No impedimento de permanência legal ao imigrante que se dedique a qualquer tipo de trabalho lícito (apenas categorias qualificadas e seletas são beneficiadas).
- ➤ No reconhecimento de estudos e diplomas emitidos nos países de origem dos imigrantes.
- ➤ Na ação (presença) pouco efetiva dos nossos Consulados junto à comunidade brasileira no exterior, com propostas concretas de ajuda.
- Nos métodos para recadastramento dos eleitores e nas práticas das eleições fora do Brasil, junto aos Consulados.

A esperança

O Ministério da Justiça constituiu, em 10 de agosto de 2004, uma Comissão encarregada de elaborar um anteprojeto de lei de estrangeiros. Segundo o Secretário-Executivo do Ministério da Justiça, Luiz Paulo Barreto, presidente da comissão interministerial "Desta vez, a migração será vista sob a ótica dos direitos humanos e do tratamento ainda mais digno aos estrangeiros e não mais do ponto de vista da segurança nacional". O novo Estatuto visa:

• "Resguardar os direitos civis e fundamentais do imigrante previstos na Constituição de 1988".

• "Assegurar tratamento diferenciado aos imigrantes sul-americanos, buscando a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, e facilitar a emissão de vistos e documentos".

"Somos uma nação formada por diversas nacionalidades, produto de várias correntes imigratórias e temos de reconhecer, na lei, essa característica. Por isso, é preciso, sempre, receber e tratar bem os estrangeiros que escolheram o Brasil para visitar, trabalhar ou morar", conclui a notícia no referido site.

3

OS FLUXOS MIGRATÓRIOS PARA A AMÉRICA LATINA E A EVOLUÇÃO DAS MIGRAÇÕES NO BRASIL

"Partiam atordoados. Libertavam-se da penúria, da opressão, da perseguição. Aliciados e iludidos, demandavam ao além-mar. Quem poderia resistir à tentação? Todos tinham casos com o senhorio, com o gendarme, com a caterva de vivaldinos (...) Os que possuíam coração, os que amavam a Mãe-Terra enxugavam algumas lágrimas e partiam em busca de areias cintilantes onde construiriam a nova sociedade..." (Romão Wachowicz in *Homens da Terra* .Curitiba, 1997).

OS PRINCIPAIS FLUXOS MIGRATÓRIOS PARA AS AMÉRICAS E DENTRO DA AMÉRICA LATINA

Na longa história das Américas, se pode identificar grandes processos migratórios que acorreram para ela, além dos deslocamentos internos.

A migração formadora dos povos pré-colombianos

Há 50 mil anos os primeiros povos teriam cruzado o Estreito de Bering e chegado à América, e outros teriam navegado através do Pacífico vindos da Malásia e Polinésia.

Migrações dos "conquistadores" europeus e as conseqüências

Após sua chegada, em 1492, os "conquistadores" europeus passaram a organizar o espaço territorial e intervieram nas sociedades indígenas escravizando, matando, forçando os povos a se deslocarem para o interior. Ainda no primeiro século de ocupação, começaram a importar mão de obra escrava africana para sustentar a produção da monocultura, da exploração de minérios e os serviços de transporte, além dos domésticos.

a) Migrações das Populações indígenas

Na época do descobrimento do Brasil existiam, aqui, 970 povos (nações) com aproximadamente 5 milhões de pessoas²⁸, com línguas, tradições culturais e religiões diferentes. Alguns deles, como o tupi-guarani, migravam constantemente em busca da "terra sem males". Com a chegada dos europeus as causas das migrações indígenas mudaram. Os deslocamentos transformaram-se em verdadeiras fugas da escravidão, do genocídio, das doenças transmitidas pelos brancos. Doenças como gripe, sarampo, coqueluche e varíola, assim como o sistema de escravidão implantado, dizimaram milhões de indígenas em poucos anos²⁹. Isso forçou os povos indígenas do Brasil a migrarem de sua nação (CEM: 1987:7), escapando da violência do colonizador que os arrastavam à laço, preados, para as plantações. Posteriormente, os indígenas foram submetidos ao processo de reagrupamento através de reduções.

No artigo "O Fenômeno Migratório para o Brasil" Marinucci & Milesi analisam como os europeus não conseguiram dobrar a resistência desses povos. Muitos foram extintos, outros transformaram a mobilidade em mobilização. Hoje os povos "ressurgidos" organizam-se para reivindicar os próprios direitos. A luta pela demarcação e garantia das terras, a autodeterminação, a plena cidadania, a educação bilíngüe, o respeito pela diversidade cultural e religiosa são formas para reapropriar-se de sua história e de sua identidade.

b) Imigrações "forçadas" dos africanos

Os africanos foram trazidos a ferro e fogo da África para o Brasil. Afonso Taunay estimou a entrada de 3.600.000 negros para o nosso território, assim distribuídos: século XVI, 100.000; século XVII, 600.000; século XVIII, 1.300.000; século XIX, 1.600.000. Os africanos eram negociados em troca de aguardente, rolos de fumo, tecidos, facões, guizos, pólvora e outras quinquilharias. Depois de marcados com ferro em brasa, eram acorrentados e levados até os presídios da costa africana, por tribos rivais, onde aguardavam os navios negreiros. Daí viajavam nos porões dos navios negreiros, em torno de 300 em cada navio, amontoados, em condições desumanas, o que provocava uma mortalidade superior a 30% em cada viagem. No Brasil, os africanos eram vendidos em mercados públicos.

²⁹ O historiador chileno Hector Bruit afirma que na América, em 1492, existiam 50 milhões de indígenas.

~

²⁸ Segundo a carta aberta dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (500 anos) afirmam que esse número decresceu hoje para 330 mil habitantes e 215 povos.

Após a chegada, a sua vida útil era de aproximadamente 20 anos. Segundo Marinucci & Milesi, os negros, assim como os índios, perdiam o direito de ir e vir. Ficavam confinados entre a senzala e o trabalho. A única mobilidade possível decorria da venda por parte dos amos, das perigosas fugas e das andanças dos negros libertos. Trabalhavam, em média, 16 horas ao dia, inclusive parte do domingo. Além das fugas perigosas, das constantes tentativas de fugas, os negros se suicidavam nos troncos em que eram amarrados ou nas lavouras, comendo terra que fermentava nos intestinos e provocava hemorragias. Por isso os seus donos colocavam-lhes o bornal³⁰.

Mesmo no interior do país, os negros foram obrigados (CEM, op.cit), escravos que eram, a acompanhar a trajetória dos ciclos econômicos - açúcar no Nordeste, ouro em Minas Gerais, café em São Paulo - sempre perseguidos pelo chicote severo do feitor. Ainda hoje, constituem grande parte do exército de trabalhadores itinerantes, desempregados e subempregados, sem contar com políticas efetivas do poder público para inseri-los na sociedade.

c) Migrações continentais "estimuladas" pela Revolução Industrial

Introdução

A partir do final do século XVIII iniciou-se um deslocamento fantástico de pessoas, da Europa e do Oriente que ultrapassou a mais de 60 milhões, que aportaram na América. Esses povos trouxeram novas línguas, tradições culturais e religiões diferentes (açorianos, suíços, alemães, italianos, franceses, ingleses, nórdicos, poloneses, russos, judeus, sírios-libaneses, japoneses, gregos, coreanos e outros). É importante frisar que essas **migrações internacionais** tiveram, inicialmente, apoio de governos dos países de origem e dos países do Novo Mundo, que criaram ou estimularam a formação de Companhias de Colonização para o deslocamento dos migrantes, pagando-lhes as passagens marítimas e um lote de terra.

Posturas do Governo Brasileiro

³⁰ Bornal – instrumento trançado de arame usado no focinho dos os animais de tração para não comer a cultura. Ver Mircea Buescu in Evolução Econômica do Brasil. RJ, Ed. APEC, 1974.

Após um longo período de escravidão africana, os europeus constituíram o terceiro grande contingente de migrantes que marcaram nossa história., chamados de "braços livres para a lavoura" ou como afirma a Decisão nº 80 de D. Pedro I, de 1824, "gente branca livre e industriosa". No século XX vieram as imigrações asiáticas que, por longo espaço de tempo tinham sofrido restrições, razão das implicações socioculturais, pois as lideranças da sociedade brasileira entendiam que deveria ser reforçado o alicerce europeu. Inclusive o Decreto de 1945, que regulamentava a entrada de imigrantes, enfatizava que dizia "Ha necessidade de preservar e desenvolver na composição étnica da população, as características mais desejáveis de sua ascendência européia" (Alencastro: 2004, Internet).

Na realidade, os imigrantes do final do século XIX e início do XX substituíram os antigos trabalhadores escravos e foram submetidos à veladas formas de servidão, seguindo a rota de uma agricultura itinerante, especialmente do café, exceção feita aos colonos do Sul, que somente cem anos mais tarde ver-se-ão forçados a migrar para o norte.

A imigração portuguesa

É óbvio que durante o período colonial o fluxo migratório português mantinha a estrutura administrativa e a política da colônia e esteve vinculado: a) à apropriação militar e econômica da terra; b) à indivíduos homens que vinham para o Brasil, com intenção de retorno à Portugal, atraídos pelo comércio do açúcar, pelas atividades mineratórias (ouro e diamante) seja diretamente com a exploração e comércio das mesmas ou para a produção agrícola (alimentos); c) e à migrações de indivíduos e famílias pobres destinados à atividade agrícola ou às obras de infra-estrutura.

É significativo destacar a migração açoriana. Até 1617 o movimento emigratório açoriano para o Brasil era esporádico. Nesse ano mil açorianos foram para o Pará e Maranhão. Em 1720 a Corte solicitou a emigração de cidadãos açorianos. Muitos solteiros se deslocaram para o Rio de Janeiro, São Paulo, Laguna e Rio Grande de São Pedro. Novamente em 1748, 7.139 imigrantes chegaram à Capitania de Santa Catarina, desses, mais de mil e setecentos foram para Rio Grande com o objetivo de defender o sul do país. Até 1756 chegaram ao Rio Grande do Sul 2.300 açorianos, muitos fixaram-se às margens das vias fluviais do Taquari e do Jacuí.

Após o fim do tráfico negreiro, a promulgação da Lei de Terras possibilitou maior ingresso de portugueses no comércio das maiores cidades do Brasil e de trabalhadores que vendiam serviços pessoais.

A imigração francesa

Tanto os portugueses como os espanhóis não permitiam a presença de estrangeiros na América. Contudo, já em 1503, os franceses visitavam as costas brasileiras. O historiador Capistrano de Abreu afirmou que "Durante anos, ficou indeciso se o Brasil pertenceria a portugueses ou a franceses". Os franceses atuaram no comércio da costa como corsários. Em 1555, instalaram a França Antártica na Baía da Guanabara, onde fizeram aliança com os tamoios. Foram expulsos somente em 1567. No Nordeste permaneceram até 1597.

No período do Império, grupo de famílias francesas chegaram no Paraná (1847, 1852, 1869 e 1876), constituindo colônias. No Rio Grande do Sul, entre 1835 e 1845, em torno de treze mil franceses migraram para Montevidéu e de lá, em virtude da Guerra do ditador Rosas e do cerco à Capital, uma considerável parcela fixou-se em Pelotas e Uruguaiana. É marcante a fixação de 42 famílias francesas que deram início, em 1875, à Colônia Conde D'Eu, Garibaldi, no Rio Grande do Sul. A imigração francesa deixou marcas culturais em inúmeras cidades desse estado pelo padrão técnico e cultural, especialmente nas cidades em que se inseriam, como Pelotas³¹, Porto Alegre e Santa Maria.

A imigração holandesa

A história das relações do Brasil com os holandeses data do período colonial. Por duas vezes os holandeses tentaram fixar-se no Brasil, na Bahia em 1624 e em Pernambuco, 1630 a 1654, quando foram expulsos. Cento e cinqüenta anos depois chegaram as primeiras levas de holandeses, no início do século XIX, 1823, fixando-se na região de Santa Leopoldina, no Espírito Santo. Mas é no início do século XX, 1909, que um grupo vindo de Roterdã se instalou no Paraná, em Irati e Carambei, abrindo caminho para os que vieram depois da Guerra Mundial instalando-se em Holambra (SP), 1948; Não-Me-Toque (RS), 1950; Castrolanda (PR), 1951.

_

³¹ Em 1844 conforme R.Costa e L.A Deboni em 1844, em OS ITALIANOS NO RIO GRANDE DO SUL, existiam 300 franceses em Pelotas, 90 uruguaios, 200 espanhóis, 180 portugueses, 140 italianos, 50 argentinos e 20 alemães

A imigração chinesa

A história da imigração chinesa para o país remonta ao ano de 1812 quando D. João VI autorizou a entrada de 400 pessoas, destinadas às plantações experimentais de chá do Jardim Botânico e da Fazenda Imperial de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Ao longo do século XIX algumas iniciativas isoladas introduziram outras famílias de chineses no Brasil, como em 1855 quando chegaram 300 trabalhadores ao Rio de Janeiro.

A primeira entrada oficial de chineses em São Paulo ocorreu a 15 de agosto de 1900, em número de 107 imigrantes, com destino a Matão. Somente após 1949 grande número de chineses entrou no Brasil, a maioria fixou-se em zona urbana.

Hoje, vivem no Brasil cerca de 200 mil chineses e descendentes, dos quais um número superior a 130 mil moram em São Paulo, particularmente no bairro do Cambuci.

A imigração suíça

Os primeiros imigrantes destinados à colonização foram os suíços. Aportaram no Rio de Janeiro em 1819 (Seyferth: 2004), cumprindo um acordo do governo português com o agenciador Nicolas Gachet, representante do governo do Cantão de Friburgo, Suíça. Nesse caso, um grupo de cerca de 1700 pessoas, compondo unidades familiares, fundaram a colônia de Nova Friburgo (RJ), passando a exploração agrícola familiar a ser feita numa sesmaria adquirida pelo governo Imperial³², para produzir alimentos básicos. Levas de famílias suíças ingressaram, a partir de 1873, no Rio Grande do Sul³³ e no Paraná.

A imigração alemã

Os alemães foram a segunda leva de imigrantes colonizadores a chegar no Brasil. Em 1824, instalaram-se na Colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Novas levas foram chegando até 1829, instalando-se novas colônias: Três Forquilhas/Dom Pedro de Alcântera no Rio Grande do Sul; São Pedro de Alcântera em Santa Catarina; e Rio Negro no

-

³² O decreto 16.05.1818 de Dom João VI autorizava a vinda dos suíços.

³³ Em 1875 numerosas famílias suíças fixaram-se no atual município de Carlos Barbosa, RS.

Paraná. Outros foram para Santo Amaro e Itapecerica, São Paulo. O Governo começou a subsidiar a imigração dentro do princípio geopolítico de consolidação do território: imigrantes soldados para defender a fronteira. Entre 1824 e 1830, os registros indicam a entrada de pelo menos sete mil alemães. A maioria fixou-se no RS. A imigração foi interrompida em 1830³⁴, face a uma lei que proibia despesas com a colonização estrangeira, e transferia a responsabilidade para as Províncias, que não possuíam glebas para tanto. Em 1845 o Governo Imperial retomou o processo com a fundação de colônias alemãs no Sul, no Rio de Janeiro (Petrópolis) e nas terras altas do Espírito Santo. Em 1856, um grupo de famílias alemãs chegou em Minas Gerais. De 1848 a 1872 há registros no IBGE do ingresso de 19.525 imigrantes alemães no Brasil.

A ação dos agenciadores à serviço do Governo Imperial, a promulgação da Lei de Terras (Lei 601) em 1850, dando acesso à propriedade de terras públicas para estrangeiros e abrindo espaço para a formação de empresas particulares de colonização, bem como os subsídios sobretudo na forma de passagens de 2ª e 3ª classes, aumentaram os fluxos imigratórios não só de alemães, mas de outras etnias³⁵.

A imigração norte-americana

Com o fim da Guerra da Secessão, nos Estados Unidos, em 1865 (POLL:2004), os sulistas perderam terras e escravos. O Brasil tratou de abrir um escritório em Nova Iorque para recrutar imigrantes. Em 1867 já havia mais de 2.700 norte-americanos no Brasil. A maioria concentrou-se em São Paulo, na região de Santa Bárbara do Oeste. Os demais se localizaram no Paraná (200), no Rio de Janeiro (300), em Minas (100), no Espírito Santo (400), na Bahia e Pernambuco (170), no Pará (200). Para o Rio Grande do Sul, Nova Petrópolis, vieram 65 norte-americanos. Em geral, esses imigrantes dedicaram-se à agricultura. Havia muitos profissionais liberais professores, médicos, dentistas como comerciantes.

A imigração judaica

Ghelman (2004:3), fazendo a retrospectiva histórica dos judeus no Brasil, identifica a presença em todas as fases de ocupação do período colonial,

_

³⁴ Fruto da disputa ideológica da elite agrária contrária à postura liberal de D. Pedro I.

³⁵ DE BONI e COSTA quantificam a entrada de três grandes etnias no RS: alemães 48.044 entre 1824 a 1914: 76.168 italianos, entre 1875 a 1914; e 42.561 poloneses, entre 1890 a 1914.

como judeus propriamente dito, cripto-judeus e cristãos novos. Foram arrendatários como Fernando de Noronha. Participaram do ciclo da canade-açúcar. Vieram, em grande número, com os holandeses, na ocupação holandesa do Nordeste, mas no período da forte Inquisição (1700-1770) houve um grande êxodo. Somente no Império, a partir de 1855, iniciouse o retorno paulatino, quando surgiram núcleos judaicos. O Censo de 1900 indicava a existência de 1021 judeus, procedentes de diversos países europeus.

No Rio Grande do Sul a imigração judaica se destacou especialmente no início do século XX, quando o banqueiro Maurício Hirsch, francês de origem judaica, adquiriu 5.767 hectares em Santa Maria. Criou, em 1904, a 1ª colônia rural³⁶ e trouxe judeus procedentes da Bessarábia, região russa, perto do Mar Negro. Em 1909, a ICA (Associação de Colonização Judaica) adquiriu a fazenda Quatro Irmãos, com área superior a 92 mil hectares, perto de Erexim.

A imigração italiana

Até a metade do século XIX, o número de imigrantes italianos era reduzido. Estes provinham de Gênova, Nápoles e Sardenha, a maioria artesões, artistas e profissionais liberais. De 1863 a 1874 entraram, pelo porto do Rio de Janeiro, 10.651 italianos, dos quais, cerca de 50% retornaram à Itália, conforme cálculos de Galeffi (2003).

Segundo o sociólogo italiano Renzo M. Grosselli (1986), com a expedição de Pietro Tabachi, aconteceu o primeiro caso de chegada em massa de imigrantes italianos no Brasil. Partiram em janeiro de 1874 da região norte da Itália e se instalaram no Estado do Espírito Santo, na Colônia Nova Trento. Contudo, oficialmente, a imigração teve início no Brasil com a chegada do navio "Rivadivia", que aportou em 31 de maio de 1875, com 150 famílias italianas, indo para localidades situadas, também, no Estado do Espírito Santo. No mesmo ano chegaram, também, no Paraná.

No Rio Grande do Sul, o fluxo migratório italiano começou quando o Governo Imperial contratou duas empresas para trazerem colonos. Os primeiros chegaram em 1872 (1.354). Entre 1873 e 1875 chegaram mais 2.502. A partir de 1875 o governo assumiu a administração das colônias e

_

³⁶ Essa colônia recebeu o nome de Philippson, em homenagem a Franz Philippson, vice presidente da ICA e Presidente da Compangnie Auzilaire de Chemins de Fer au Brésil, que construía o sistema de estrada de ferro no RS.

criou as Colônias Conde D'Eu (Garibaldi), Dona Isabel (Bento Gonçalves), no ano seguinte a de Caxias (Campos dos Bugres) e, em 1877, a de Silveira Martins (Santa Maria).

A imigração inglesa

Assim como os franceses, os ingleses vieram para o Brasil mais como empresários, para prestar serviços na navegação fluvial, na abertura de estradas de ferro, na iluminação pública à gás, na construção de hidráulicas e como pesquisadores e industriais. Nesse rol, se pode citar personagens ilustres como a família dos Abott, médicos famosos por gerações (1812 chegaram à Bahia), os Landell (1827, no Rio Grande do Sul), cujo descendente Pe. Landell de Moura foi famoso inventor. Em 1860, o atual município de Açungi, no Paraná, recebeu uma leva de ingleses. Outro grupo fixou-se na região de Santos, Piraciacaba, dando início à construção da estrada de ferro do litoral à capital, São Paulo. No Rio Grande do Sul, inúmeros empresários e operários ingleses se destacaram na exploração de mineração de carvão e de ouro.

A imigração espanhola

Segundo o pesquisador Klein, foi a etnia que mais emigrou com suas unidades familiares (homens, mulheres e crianças). Os espanhóis começaram a chegar ao Brasil em 1872 e durante 100 anos chegaram 716.052. Destes, três quartos desembarcaram entre 1890 e 1930. Primeiramente, até 1930, iam para a cefeicultura paulista. Depois, a partir de 1950, para a indústria e o comércio da capital de São Paulo. Outro local de preferência foi a cidade de Rio de Janeiro. No Rio Grande do Sul, com a anexação da Banda Oriental (1821-28), a imigração espanhola foi facilitada.

A imigração árabe

Embora a historiografia relate a imigração árabe centrada nos sírios e libaneses, o pesquisador André Castanheira Gattaz, em sua tese de doutorado, afirma que, a imigração árabe, a rigor, engloba também outras nacionalidades (egípcios, iranianos, iraquianos, palestinos, sauditas...).

A primeira leva de sírios chegou no final do século XVI quando missionários católicos daquele país acompanharam o grupo de levas de colonizadores portugueses para os Estados do Nordeste. A segunda ocorreu após a queda do império turco-otomano, em 1850, quando grupos

de jovens sírios e libaneses chegaram no Nordeste e especialmente no Sudeste, região do café. Para Megale (1999: 5), muitos se dedicaram à profissão de mascates³⁷. Estudos sinalizam que de 1885 a 1920 entraram mais de 58 mil árabes no Brasil, destes, 70%, libaneses cristãos.

A imigração ucraniana

Algumas famílias ucranianas chegaram nos anos de 1876, 1884 e 1891, fixando-se próximo à Curitiba, Paraná. A imigração em massa teve início em 1895. Em dois anos, aportaram cerca de 15 mil ucranianos, embora muitos deles entrassem como austríacos ou poloneses, em razão de terem saído do Império austro-húngaro. Dos mais de 50 mil ucranianos que aportaram no Brasil, a grande maioria fixou-se no Paraná³⁸, mas muitas famílias foram para Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo.

A imigração lituana

O primeiro registro de imigrantes lituanos no Brasil data de 1886. Em 1890 chegaram 25 famílias fixando-se em Ijuí, Rio Grande do Sul. Porém, a partir de 1923 a 1938 é que se registra maior fluxo migratório, quando mais de 48 mil lituanos fixaram-se em São Paulo e Rio de Janeiro.

A imigração polonesa

No ano de 1865 ocorreu na Polônia a derrota do Levante de Janeiro, provocando o início da imigração polonesa para o Brasil. Levas sucessivas chegaram na década de 1870, fixando-se no Paraná³⁹. O marco inicial no Rio Grande do Sul foi 1886. Entre 1890 e 1894, chegaram 63.5000 colonos poloneses ao Brasil. A grande maioria, camponeses, dirigiu-se para os três estados do Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul⁴⁰, em busca de um lote de terra para cultivo. Até o início da Segunda Guerra Mundial, o Brasil já tinha recebido mais de 195 mil

³⁷ Já naquela época a profissão de mascates era exercida por portugueses e italianos, mas os sírios e libaneses inovaram, dando-lhe o traço de comércio popular: redefiniram as condições de lucro (menor) e introduziram as práticas da alta rotatividade e grande quantidades vendidas, promovendo promoções e liquidações.

³⁸ Fixaram-se em União da Vitória, Guarapuava, Lapa, Prudentópolis, Mallet e Irati.

³⁹ Curitiba, Araucária, São José dos Pinhais, Campo Largo, São Mateus, São João do Triunfo, entre outros municípios

⁴⁰ Em 1877, ⁴⁰⁰ pessoas poloneses, com passaportes russos iniciaram a frustrada colonização em Santa Maria da Boca do Monte (4ª Colônia), depois substituídos pela imigração italiana. Outro grupo chegara dois anos antes, em 1875, na Colônia Conde D'Eu, Garibaldi, com passaporte prussiano. Fortes colônias polonesas surgiram em Erechim, Guarani das Missões e D. Feliciano, todas no RS.

poloneses, embora muitos fossem classificados pelas autoridades brasileiras como "russos".

A imigração japonesa

A aproximação entre Brasil e Japão começou com a Lei nº 97, de outubro de 1892, que permitia a imigração asiática. As negociações para estabelecer japoneses no Brasil culminaram no Tratado de Amizade Comércio e Navegação Japão-Brasil, firmado em 5.11.1895. Mas somente em 18 de junho de 1908 chegaram no Brasil as primeiras 151 famílias japonesas, numa viagem de 55 dias. De 1908 a 1941 vieram 188.986 imigrantes japoneses, fixando-se especialmente em São Paulo e Paraná A legislação do Estado Novo de Vargas fechou mais de 200 escolas japonesas, proibiu publicações, o desenvolvimento de quaisquer atividades políticas, até mesmo de falar o seu idioma⁴¹. Na década de 50 a imigração japonesa foi retomada, vindo 53.555 imigrantes, com destino à Amazônia, Pará e Mato Grosso do Sul.

Segundo o Consulado Geral do Japão no Rio de Janeiro, o número de japoneses que imigraram para o Brasil, até o presente ano, foi superior a 260 mil.

A imigração russa

A primeira leva de russos chegou ao Brasil no início do Século XX. Foram assentados, em 1905, no Estado de São Paulo, em Nova Odessa e no Rio Grande do Sul, no município de Santa Rosa, dedicando-se basicamente à agricultura. A segunda onda migratória teve origem na Revolução Russa, ocorrida em 1917. Estabeleceram-se principalmente no Estado de São Paulo, Paraná, Goiás e Rio de Janeiro. A terceira onda chegou em 1947. Os imigrantes eram encaminhados para a agricultura, mas rapidamente se transferiam para as grandes cidades, onde procuravam serviço conforme as profissões de cada um. Alguns ficaram em Santos, outros foram para o Rio de Janeiro e a maioria instalou-se na cidade de São Paulo. A quarta e última grande etapa da imigração russa para o Brasil ocorreu entre 1952 e 1954, tendo como ponto de partida a China. No Brasil, se instalaram em Campina das Missões, no Rio Grande do Sul e na cidade de São Paulo, onde já vivia grande parte dos patrícios.

-

⁴¹ Ver Giralda Seyferth: Migração japonesa e o fenômeno dekassegui. Internet.

De acordo com dados oficiais, fornecidos pelo Ministério das Relações Exteriores, entraram no Brasil, no século XX, 123.727 cidadãos de origem russa.

A imigração coreana

Começou a partir da década de 60, do século XX, quando a Coréia do Sul e o Brasil estreitaram suas relações diplomáticas, aquela abrindo o primeiro Consulado Geral no Rio de Janeiro. Em fevereiro de 1963 chegaram os primeiros 103 coreanos, seguidos por mais 350, em novembro do mesmo ano. Foram assentados em Guarulhos e Mogi das Cruzes. Em 1964 aportaram 635, que se instalaram em São Paulo e no Rio de janeiro. As levas foram se sucedendo. Chegaram mais 1065 destinados ao Paraná (1965/66). Mais 3.032 imigrantes instalaram-se em São Paulo (1967 e 70). Nos anos seguintes (71 e 72) mais uma leva de 4.028 sul-coreanos imigrou para o Brasil.

No Rio Grande do Sul, segundo Masiero (2004:6) os primeiros coreanos chegaram na década de 1960. Ao longo das décadas os contingentes de coreanos fixaram suas moradias na grande Porto Alegre. Hoje existem em torno de 40 famílias, dedicadas, a grande maioria, ao setor comercial.

CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO IMIGRANTE VINDA DE MEADOS DO SÉCULO XIX A MEADOS DO SÉCULO XX

São inúmeros os fatores marcantes, do ponto de vista históricosociológico, desse imenso universo de imigrantes que aportaram no Brasil.

1º - O papel desempenhado pelo governo dos países de origem, no sentido de proteger e dar suporte técnico e financeiro (subsídios) aos seus emigrantes nos países de destino. Este fator destacou-se entre os japoneses, em menor escala entre alemães, menos presente entre os italianos e quase inexistente entre os espanhóis.

- 2º O caráter de integração econômica e social dos migrantes nos países de destino, embora através de fluxos desiguais que se inseriam desigualmente nas sociedades⁴².
- **3º** A contribuição das Igrejas no sentido de dar assistência espiritual e social. O caso de maior destaque diz respeito aos italianos e alemães que receberam, no Brasil, o apoio das Igrejas, que foi além das funções religiosas, passando a cumprir tarefas de assistência social e intermediando as relações dos imigrantes com a Europa, além de dar apoio à população nativa. A religião, além do aspecto institucional, teve uma função específica no assentamento dos imigrantes, ao aglutinar pessoas em torno de idéias e práticas comuns.
- **4º O desempenho das redes familiares e de solidariedade no apoio mútuo de seus integrantes,** apoio que se manifestava desde o chamamento de parentes e amigos que se encontravam na distante terra natal, na acolhida, na obtenção de trabalho, no sustento e nas obrigações e vantagens mútuas advindas dos laços étnicos, de casamento, de compadrio. Os espanhóis, japoneses e italianos se destacaram nesse sentido.
- 5º O surgimento de associações de imigrantes que procuravam suprir espaços que deveriam ser preenchidos pelo poder público, construindo hospitais, locais de lazer (clubes...), escolas de língua e cultura, auxílio aos imigrantes necessitados ou buscando reunir e organizar unidades produtivas (mutirões, parcerias, associações e cooperativas) com vistas à intervir no mercado, com vantagens.
- **6º A bagagem sócio-cultural,** que diz respeito a elementos tais como alfabetização, capacidade de organização, conhecimentos técnicos no processo produtivo, valores religiosos, doutrinas políticas, etc.., também foi significativa na integração na nova terra. Os vários componentes desta bagagem, de uma parte facilitaram o processo de adaptação dos imigrantes e de outra, dificultaram ou retardaram o processo de adaptação.

⁴² A corrente migratória do final do século XX, é fruto da internacionalização financeira, da desigualdade entre as nações. Ela tende a ser cada vez mais temporária e os migrantes meros trabalhadores que circulam internacionalmente. São antes atores convidados a desempenhar um papel secundário no mercado de trabalho por um tempo, depois.dispensados.

CONSEQÜÊNCIAS POSITIVAS E NEGATIVAS DESSE FLUXO MIGRATÓRIO

Nesse processo intenso de mobilidade humana, muitas contribuições marcaram a formação da nação e da sociedade brasileira:

A organização do trabalho em bases familiares facilitou o desempenho dos trabalhadores no café, no Sudeste, e a produção de subsistência e a comercialização de excedentes no Sul do país.

A língua favoreceu aos espanhóis, mas dificultou a japoneses e alemães

A identidade religiosa beneficiou os católicos em detrimento dos outros grupos como os evangélicos e de outras religiões orientais.

O alto índice de alfabetização entre os japoneses propiciou um intercâmbio maior de informações através dos jornais, correspondências. Já entre os espanhóis, o alto grau de analfabetismo dificultou a preservação da memória escrita.

Os japoneses e os diversos grupos europeus conseguiram reproduzir a organização comunitária e os conhecimentos técnicos de lavoura e de criação de animais.

A concepção e práticas antiambientalistas, especialmente dos imigrantes europeus que se fixaram no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, perpetuada pelos descendentes, que percebiam a natureza como um estorvo, provocou a agressão sistemática ao meio ambiente com a derrubada e queimada da floresta, com a prática da matança de animais, de aves selvagens e com a eliminação de insetos. A eliminação dos inços, o uso intensivo do solo e depois o abandono em direção a novas fronteiras florestais também afetou o ecossistema.

À concepção racista dos portugueses e espanhóis, acresce-se à dos imigrantes europeus. Rejeitavam os asiáticos e marginalizavam os negros, índios e caboclos. Qualificavam estes três últimos como sujeitos sem vontade, sem princípios morais e ignorantes na condução do processo produtivo.

A vontade de enriquecer e retornar à pátria de onde saíram incentivou o trabalho árduo e a poupança, que depois alavancou investimentos na "modernização" do sistema produtivo brasileiro.

MIGRAÇÕES RECENTES NA LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA

A partir da década de 1960 deu-se início à fase da **tolerância** aos migrantes na América Latina, Caribe, África e alguns países da Ásia. Acentuou-se a mobilidade humana em busca de sobrevivência provocada pelas perseguições políticas dos regimes militares, frutos da guerra fria e pelo tipo de ciclo de crescimento econômico, com suas obras faraônicas, como hidrelétricas, pólos petroquímicos, rodovias transcontinentais. No período recessivo do ciclo gerado pela superacumulação de bens supérfluos, a partir de 1980, o liberalismo econômico impôs o endividamento externo e interno, a abertura das fronteiras e forçou as privatizações dos serviços essenciais, permitindo a entrada, quase sem tarifa, de produtos do capital internacional. Isso aumentou a concentração de renda e de riqueza.

Assim, milhares de brasileiros, argentinos, uruguaios, paraguaios, chilenos, bolivianos, equatorianos, colombianos, venezuelanos, peruanos, mexicanos e de países da América Central tiveram que sair de suas pátrias. Esse mesmo fenômeno ocorreu com países da África e da Ásia. Esse período é conhecido também como o de migrações entre nações limítrofes.

A partir da década de 1980, milhares de brasileiros emigraram para o exterior em busca de trabalho, especialmente para Estados Unidos, Japão e Paraguai. Hoje, para cada imigrante existente no Brasil, há três brasileiros (emigrantes) residindo no exterior.

AS MIGRAÇÕES INTERNAS NO BRASIL

Após a grande crise de 1929, com a quebra da Bolsa de Nova York, acentuaram-se as migrações internas, fruto de políticas dos países latino-americanos, estimulando a colonização em áreas de terras devolutas (terras públicas). Em seguida, conseqüência da Revolução Verde na

agricultura, chamada também de "modernização mecânico-química", o setor agrícola a caiu na monocultura, gerando um fantástico êxodo rural.

Retomando as raízes históricas do processo das migrações internas no Brasil vamos encontrar:

O período da prática dos tupi-guaranis que migravam em busca da "terra sem males". Com a chegada do "europeu conquistador-colonizador" escravizando índios e negros, os deslocamentos transformaram-se em verdadeiras fugas da escravidão e do genocídio. Libertos do cativeiro, os negros nunca foram considerados como imigrantes, não recebendo, por isso, "colônias", lotes de terras que as demais imigrações receberam.

A chegada da grande leva de imigrantes europeus e asiáticos que ocuparam terras de mato ou passaram a servir aos proprietários de cafezais, a médio prazo, gerou migrações internas as enxamagens⁴³, primeiramente; depois, o êxodo rural e, hoje, o fenômeno da circularidade⁴⁴. Entre as razões determinantes dessas mobilidades se pode destacar:

- Estrutura da terra concentrada nas mãos de poucos estancieiros, hoje, também granjeiros, e pela explosão demográfica.
- O avanço da "Revolução Verde", impondo à agricultura o "modelo agro-químico-mecânico", gerando um fantástico êxodo rural.
- Venda da própria força de trabalho em safras agrícolas por pequenos proprietários, posseiros, arrendatários, trabalhadores rurais, gerando as migrações sazonais dos bóia-frias, frentistas, deixando as famílias sob a responsabilidade da mulher que passa a assumir a responsabilidade pela educação, pelo cultivo do roçado, por atividades no artesanato para o sustento dos filhos. São esposas chamadas de "viúvas de maridos vivos".

⁴³ **Enxamagem** é um termo usado por Jane Roche que identifica o fenômeno do início do séc. XX, quando famílias de migrantes europeus e asiáticos, pressionadas pelo esgotamento do espaço territorial e do trabalho com o aumento demográfico, foram forçadas a migrar das "colônias velhas" do sul do Brasil para outras regiões de fronteira florestal ainda não ocupadas, chamadas de "colônias novas".

⁴⁴ São os desempregados, os trabalhadores da economia informal, os excluídos, que, premiados pela falta de perspectivas onde se encontram, buscam trabalho onde ouvem dizer que há. É um exército em contínuo movimento que inclui trabalhadores rurais (êxodo rural) e urbanos que vão para as cidades médias e regiões metropolitanas; para frentes de trabalhos rurais (colheitas cana, grãos, frutas, fumo...); organizam-se em movimentos para ocupação de terras com vista de serem assentados; são migrações de fronteiras; são migrações de retorno...

- Trabalhadores a serviço da construção de grandes obras de infraestrutura (barragens, estradas, construções de silos...).
- O avanço da prática machista obriga a mobilidade feminina, que foge da violência familiar. Segundo o Censo de 2000, 24,9% dos domicílios estão sob a responsabilidade da mulher, quando em 1991 era de 8,1%.
- Migração especialmente de jovens trabalhadores que vão para o exterior em busca de alternativas de trabalho.

Marinucci e Milesi afirmam que nas últimas décadas do século XX o fenômeno migratório no Brasil continuou intenso, caracterizando um estado crônico de mobilidade. Apontam duas vertentes internas desde 1930: os deslocamentos para as fronteiras agrícolas e para a região sudeste. Em 1920, apenas 10% da população brasileira vivia em áreas urbanas. Cinqüenta anos após, em 1970, a porcentagem chegava a 55,9%. Os dados do censo de 2000 sinalizam que 81,44% da população reside na zona urbana.

4

DADOS ESTATÍSTICOS O PERÍODO 1872 a 2004, AS MIGRAÇÕES INTRA-REGIONAIS E A EMIGRAÇÃO

"Uma das características da história do capitalismo tem sido a intensa mobilidade espacial da população de um país para outro, do campo para a cidade... Isto tem facilitado a acumulação de capital, acelerando o processo de urbanização. Cada país tem sua própria história, porém não houve, dentro do capitalismo, crescimento e desenvolvimento sem que houvesse uma intensa mobilidade espacial da população... A identidade da maioria dos países da América, entre os quais o Brasil, foi resultado do movimento internacional de diferentes povos..." (BRITO, F. Os Povos em Movimento – as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo).

IMIGRAÇÕES⁴⁵: O ESTRANGEIRO NO BRASIL

Introdução

Uma grande mescla étnica está presente na formação do povo brasileiro, o que torna a cultura do país muito diferente, Estado por Estado. Assim hoje:

⁴⁵ "Ser estrangeiro e ser imigrado não é a mesma coisa: enquanto a categoria de estrangeiro remete essencialmente, e antes de mais nada, a um estatuto jurídico, a categoria de imigrado refere-se a uma condição sócial". .(...)"Quando o Estado-nação de origem ocupa posição hierarquicamente inferior (econômica, política, simbólica) vis-à-vis ao Estado-nação receptor, a discriminação estigmatizante tende a ser maior. Independentemente de qualquer ação estatal, o imigrante alemão ou inglês é tratado de maneira diferente do peruano ou brasileiro em praticamente todos os países do mundo... (Vainer:1995, p.49)

- **80 milhões** de brasileiros são portugueses e descendentes de portugueses, sendo 30 milhões brancos e 50 milhões misturados com negros ou indígenas;
- 25 milhões são italianos e descendentes de italianos;
- 20 milhões são descendentes de mestiços (brancos com índios);
- 13 milhões são descendentes de africanos (negros e mulatos, estes descendentes de brancos com negros);
- 10 milhões são espanhóis e descendentes de espanhóis;
- 10 milhões são árabes e descendentes de árabes (povos do oriente médio)
- 5 milhões são alemães e descendentes de alemães;
- 1,5 milhões são japoneses e descendentes de japoneses;
- **330 mil** são índios⁴⁶.
- 100 mil são judeus e descendentes de judeus;
- **outras centenas de milhares** são imigrantes e descendentes de poloneses, suíços, franceses, holandeses, austríacos, ingleses, norte-americanos, romenos, russos, ucranianos, armênios, gregos, turcos, coreanos, chineses, latinos...

Segundo o IBGE, Censo 2000, os oito maiores grupos de estrangeiros no Brasil são: portugueses: 213,2 mil; japoneses: 70,9 mil; italianos: 55 mil; espanhóis: 43,7 mil; paraguaios: 28,8 mil; argentinos: 27,5 mil; uruguaios: 24,7 mil.

Comparativo: população nascida no Brasil e a imigrante

A população imigrante no universo da população total brasileira, nos censos realizados entre 1872 e 2000, manteve uma taxa percentual de 2,57% no período. Entre 1872-1940, apresentou uma taxa média mais elevada, de 4,19%. Após a Segunda Guerra até 1970 percebe-se um declínio: a taxa média ficou em 1,89%. Já nos três últimos censos do século XX, a presença percentual de imigrantes caiu significativamente, em relação ao crescimento vegetativo da população total, ficando a taxa média em 0,56%. O **Quadro 1** mostra a presença de imigrantes e as porcentagens em relação à população brasileira.

_

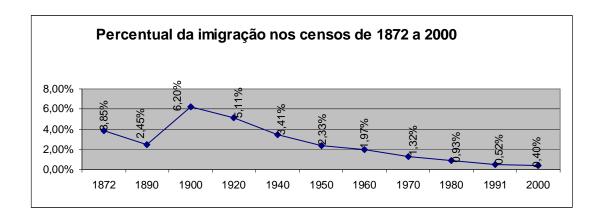
⁴⁶ Carta Aberta dos Povos e Organizações Indígenas. Bahia. 500 anos de Colonização

QUADRO 1 – POPULAÇÃO BRASILEIRA E IMIGRANTES NOS CENSOS 1872 a 2000

Censos	Total geral da população	População nas- cida no Brasil	População Imigrante	% População Imigrante
1872	10.112.061	9.722.602	389.459	3,85%
1890	14.333.915	13.982.297	351.618	2,45%
1900	17.318.565	16.244.254	1.074.311	6,20%
1920	30.635.605	29.069.644	1.565.961	5,11%
1940	41.236.315	39.829.973	1.406.342	3,41%
1950	51.944.397	50.730.423	1.213.974	2,33%
1960	70.992.343	69.592.098	1.400.245	1,97%
1970	93.134.846	91.905.718	1.229.128	1,32%
1980	119.011.052	117.790.142	1.110.910	0,93%
1991	146.825.475	146.057.702	767.773	0,52%
2000	169.590.693	168.906.711	683.982	0,40%

Fonte: IBGE. Estatísticas Históricas do Brasil. Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1985. V.3 (p.28-33). RJ. 1986.

IBGE. População nos Censos Demográficos. 2004 (Tabela 1286)



Distribuição da população imigrante por Estado

O Quadro 2, a seguir, mostra a participação de cada Província ou Estado na evolução da imigração do Brasil.

QUADRO 2 – POPULAÇÃO ESTRANGEIRA NAS PROVÍNCIAS E ESTADOS CENSOS

Estados	1872	1890	1900	1920	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Acre	-	-	-	3.506	1.236	1.144	1.335	704	788	878	1.787
Amapá	-	-	-	-	-	504	651	395	402	484	807
Alagoas	3.718	556	838	693	511	421	415	524	713	846	875
Amazonas	2.199	3.277	1.882	16.936	7.441	5.192	4.612	3.701	4.562	3.477	6.899
Bahia	22.397	26.776	9.071	10.600	8.007	8.224	9.902	9.685	11.499	9.409	10.649
Ceará	1.592	534	859	901	1.372	1.206	1.449	1.429	2.134	1.940	3.632
D.Federal	-	-	-	-	-	-	2.711	4.584	9.456	7.684	6.961
E. Santo	4.191	3.074	21.420	18.754	10.943	6.507	4.607	3.204	3.668	3.417	3.752
Goiás	367	62	86	1.694	2.507	3.667	5.293	5.653	6.144	4.970	5.910
Maranhão	5.247	606	939	1.586	1.288	1.008	1.097	1.070	1.341	1.254	1.414
M. Grosso	1.669	958	11.167	25.321	23.207	19.753	24.354	24.937	3.906	4.813	5.481
M. G. Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	15.563	12.364	14.000
M. Gerais	46.900	46.787	91.593	85.705	45.546	32.896	32.285	25.321	25.365	19.630	21.022
Pará	6.529	4.039	2.201	22.083	11.074	8.215	9.723	8.866	8.721	6.221	5.814
Paraíba	843	180	345	602	671	516	744	592	1.179	682	1.282
Paraná	3.627	5.153	39.786	62.753	66.653	76.592	100.955	80.497	66.185	48.224	49.662
Pernambuco	13.444	2.690	4.240	11.698	6.722	5.587	6.460	6.386	6.843	5.471	5.332
Piauí	653	19	97	326	285	258	273	270	358	283	353
R Janeiro	184.182	140.492	246.272	289.960	267.367	248.849	316.859	283.742	249.335	163.806	133.101
R G Norte	997	152	179	327	451	453	351	389	972	986	1.578
Rio G. Sul	41.725	34.765	135.099	151.025	109.470	78.138	65.916	51.079	49.890	40.349	38.998
S.Catarina	16.974	6.198	29.550	31.243	27.201	19.067	13.632	10.188	10.209	9.572	12.558
São Paulo	29.622	75.030	478.417	829.851	814.102	693.321	793.781	703.526	627.756	414.263	343.944
Sergipe	2.583	270	270	397	290	184	248	250	611	502	632
Roraima	•	•	-	-	-	2.12	284	299	766	1.398	2.618
Rondônia	-	-	-	-	-	2.094	2.312	1.837	2.543	4.558	4.341
Tocantins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	297	580
Pop.imig.	389.459	351.618	1.074.311	1.565.961	1.406.34 2	1.213.974	1.400.285	1.229.128	1.110.910	767.773	683.982

Fonte: IBGE. Estatísticas Históricas. Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1985. V.3 RJ. 1986. IBGE. Censo Demográfico 2000 (p.30). RJ, 2001. (Ver informe metodológico in fine ponto V)

Da leitura do Quadro 2, pode-se destacar:

Nos censos de 1872 e 1890 a liderança era da Província do Rio de Janeiro, que registra, em 1872, 47,4%, do universo da população estrangeira. Os demais estrangeiros concentravam-se, em ordem numérica decrescente, em Minas, Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Pernambuco. No Censo de 1890, Rio de Janeiro possuía 40,0% dos imigrantes, seguido por São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul.

A partir de 1900, fruto de uma política de subsídios, São Paulo passou a absorver a grande maioria dos imigrantes para atender a demanda da cafeicultura paulista: 44,5%, em 1900 e, 53,2%, em 1920. Nos demais censos, São Paulo, fica com percentual superior a 57%. Rio de Janeiro passou a deter o segundo lugar.

Os Estados do Sul tiveram um significativo desempenho na imigração de colonização oficial e particular implantadas desde o último quartel do século XIX, intensificando-se no século XX. Inicialmente o estado do Rio Grande do Sul concentrava maior número de imigrantes em termos absolutos. A partir de 1960, o Paraná passou a atrair mais imigrantes.

A concentração de imigrantes no Sudeste e no Sul. Tomando-se em termos percentuais, as regiões Sudeste e o Sul receberam 84% a 88,6% dos imigrantes vindos para o Brasil no séc. XIX e mais de 94% dos imigrantes quantificados nos censos do século XX (Quadros 2 a 6). Destaque para São Paulo que recebeu maior afluxo e representavam, em média, 16,8% da população local. No Rio de Janeiro as porcentagens de estrangeiros na população total local mantiveram-se acima dos 10% nos quatro primeiros censos (1872 a 1920). Nos Estados do Sul, as porcentagens mantiveram-se relativamente expressivas nos quatro censos citados: Rio Grande do Sul, a média foi de 7,02%; Santa Catarina, 5,68%; e Paraná, 6,32%.

QUADRO 3 - POPULAÇÃO DO BRASIL E ESTADOS. CENSOS 872/2000

QUIID.							IIIDOL			· ·	
Brasil/Unid	1872	1890	1900	1920	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Brasil	9.930.478	14.333.915	17.438.434	30.635.605	41.236.315	51.944.397	70.992.343	93.134.846	119.011.052	146.825.475	169.590.693
Acre	-	ı	-	92.379	79.768	114.755	160.208	215.299	301.276	417.718	557.226
Alagoas	348.009	511.440	649.273	978.748	951.300	1.093.137	1.271.062	1.588.068	1.982.915	2.514.100	2.819.172
Amapá	-	-	-	-	-	37.477	68.889	114.230	175.258	289.397	475.843
Amazonas	57.610	147.915	249.756	363.166	438.008	514.099	721.215	955.203	1.430.528	2.103.243	2.813.085
Bahia	1.379.616	1.919.802	2.117.956	3.334.465	3.918.112	4.834.575	5.990.605	7.493.437	9.455.392	11.867.991	13.066.910
Ceará	721.686	805.687	849.127	1.319.228	2.091.032	2.695.450	3.337.856	4.361.603	5.288.429	6.366.647	7.418.476
D. Federal	-	-	-	-	-	-	141.742	537.492	1.176.908	1.601.094	2.043.169
E. Santo	82.137	135.997	209.783	457.328	790.149	957.238	1.418.348	1.599.324	2.023.338	2.600.618	3.094.390
Goiás	160.395	227.572	255.284	511.919	661.226	1.010.880	1.626.376	2.938.029	3.860.174	4.018.903	4.996.439
Maranhão	359.040	430.854	499.308	874.337	1.235.169	1.583.248	2.492.139	2.992.678	3.996.444	4.930.253	5.642.960
M. Grosso	60.417	92.827	118.025	246.612	193.625	212.649	330.610	1.597.009	1.138.918	2.027.231	2.502.260
M G Sul	-	-	-	-	238.640	309.395	579.652	-	1.369.769	1.780.373	2.074.877
M. Gerais	2.039.735	3.184.099	3.594.471	5.888.174	6.763.368	7.782.188	9.960.040	11.485.663	13.380.105	15.743.152	17.866.402
Pará	275.237	328.455	445.356	983.507	944.644	1.123.273	1.550.935	2.166.998	3.403.498	4.950.060	6.189.550
Paraíba	376.226	457.232	490.784	961.106	1.422.282	1.713.259	2.018.023	2.382.463	2.770.346	3.201.114	3.439.344
Paraná	126.722	249.491	327.136	685.711	1.236.276	2.115.547	4.296.375	6.929.821	7.629.849	8.448.713	9.558.454
Pernambuco	841.539	1.030.224	1.178.150	2.154.835	2.688.240	3.395.766	4.138.289	5.161.866	6.143.503	7.127.855	7.911.937
Piauí	202.222	267.609	334.328	609.003	817.601	1.045.696	1.263.368	1.680.573	2.139.196	2.582.137	2.841.202
R G. Norte	233.979	268.273	274.317	537.135	768.018	967.921	1.157.258	1.550.184	1.898.835	2.415.567	2.771.538
R.G. do Sul	434.813	897.455	1.149.070	2.182.713	3.320.689	4.164.821	5.448.823	6.664.841	7.773.849	9.138.670	10.181.749
R. Janeiro	1.057.696	1.399.535	1.737.478	2.717.244	3.611.998	4.674.645	6.709.891	8.994.802	11.291.631	12.807.706	14.367.083
Roraima	ı	ı	-	-	-	18.116	29.489	40.885	79.121	217.583	324.152
Rondônia	-	-	-	-	-	36.935	70.783	111.064	491.025	1.132.692	1.377.792
S. Catarina	159.802	283.769	320.289	668.743	1.178.340	1.560.502	2.146.909	2.901.660	3.628.292	4.541.994	5.349.580
São Paulo	837.354	1.384.753	2.282.279	4.592.188	7.180.316	9.134.423	12.974.699	17.770.975	25.042.074	31.588.925	36.969.476
Sergipe	176.243	310.926	356.264	477.064	542.326	644.361	760.273	900.679	1.140.379	1.491.876	1.781.714
Tocantins	-	-	-	-	165.188	204.041	328.486	-	-	919.863	1.155.913

Fonte: IBGE – Censo Demográfico. Tabela 1286 – População nos Censos Demográficos

Nota: Ver explicações metodológicas no final do ponto VI

Fluxo de Entrada de Imigrantes por nacionalidade

O **Quadro 4** mostra a evolução da entrada de imigrantes no Brasil, a partir de 1872, em termos absolutos e em porcentagens.

QUADRO 4 - ENTRADAS DE IMIGRANTES NO BRASIL -1872 a 2004

Períodos	Nº Absolutos	% sobre o total
1872-1879	176.337	3,10
1880-1889	448.622	7,66
1890-1899	1.198.327	20,47
1900-1909	622.407	10,63
1910-1919	815.453	13,93
1920-1929	846.647	14,46
1930-1939	332.768	5,68
1940-1949	114.085	1,94
1950-1959	583.068	9,95
1960-1969	197.587	3,37
1970-2004(1)	520.877	8,80
1872-2004	5.856.178	100,00

FONTE: LEVY, M.S.F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972)., 1994.

Já o **Quadro 5**, tendo como referência a pesquisa de Levy e dados do Ministério da Justiça, revela o fluxo de imigrantes das principais nacionalidades, de 1872 a 26 de abril de 2004, aparecendo:

- ➤ em primeiro lugar os portugueses, com 29,24%; seguidos pelos italianos, 27,84;
- espanhóis, 12,43%;
- > japoneses, 4,23%;
- > alemães, 4,64%;
- > outras nacionalidades, 21,62% (poloneses, russos, árabes, romenos, judeus, franceses, austríacos, africanos, ingleses, chineses, coreanos, australianos, latino-americanos, norte-americanos e demais nacionalidade do oriente médio e extremo oriente).

SINCRE/MJ, Imigrantes com RNE ou com protocolo, 26 de abril de 2004.

QUADRO 5 - ENTRADA DE IMIGRANTES NO BRASIL. PRINCIPAIS NACIONALIDADES, 1872 a 2004

	Portugues				Japones		
Período	a	Italiana	Espanhola	Alemã	a	Outras	Total
1872-1879	55.027	45.467	3.392	14.325	-	58.126	176.337
1880-1889	104.690	277.124	30.066	18.901	-	17.841	448.622
1890-1899	219.353	690.365	164.293	17.084	-	107.232	1.198.327
1900-1909	195.586	221.394	113.232	13.848	861	77.486	622.407
1910-1919	318.481	138.168	181.651	25.902	27.432	123.819	815.453
1920-1929	301.915	106.835	81.931	75.801	58.284	221.881	846.647
1930-1939	102.743	22.170	12.746	27.497	99.222	68.390	332.768
1940-1949	45.604	15.819	4.702	6.807	2.828	38.325	114.085
1950-1959	241.579	91.931	94.693	16.643	33.593	104.629	583.068
1960-1969	74.129	12.414	28.397	5.659	25.092	51.896	197.587
1970-2004	48.142	18.015	11.012	24.600	23.592	395.516	520.877
SOMATÓRIO	4 707 040	4 000 700	700.445	0.47.007	070.004	4 005 444	5 050 470
1872-2004	1.707.249	1.639.702	726.115	247.067	270.904	1.265.141	5.856.178
Participação	29,24	27,84	12,43	4 22	4,64	21,62	100
% p/ grupo	25,24	21,04	12,43	4,23	4,04	21,02	100

Fonte: LEVY, M.S. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira:1872-1972. Revista de Saúde Pública, São Paulo v.8, complemento, 1994. SINCRE/MJ. Imigrantes com RNE ou com protocolo. Brasília, 26 de abril de 2004

Taxa de retorno de imigrantes

Nem todos os estrangeiros vindos para o Brasil como imigrantes, aqui permaneceram. Para a pesquisadora Levy, a nacionalidade de maior retorno foi a italiana, com 10,61%, seguida da espanhola, com 5,50%, da alemã com 4,31%, da portuguesa com 3,97%; da japonesa, com 1,69% e de outras nacionalidades, 2,88%.

Concentração da imigração na região meridional do Brasil

O processo migratório que trouxe europeus e asiáticos, a partir de 1872, concentrou-se nas regiões Sudeste e Sul do país, conforme o **Quadro 6**, com preponderância no Sudeste.

QUADRO 6 - POPULAÇÃO ESTRANGEIRA DO BRASIL, REGIÃO SUDESTE E SUL. CENSOS DE 1872-2000

Censos	Total de	Total (1) de		Total (2) de		
	imigrantes	Imigrantes	Porcenta-	Imigrantes	Porcenta-	Somatório
	no Brasil	no Sudeste	gem	no Sul	gem	das duas %
1872	389.459	264.895	68,01%	61.326	15,74%	83,75%
1890	351.618	265.383	75,47%	46.116	13,11%	88,58%
1900	1.074.311	837.902	78,00%	204.435	19,02%	97,02%
1920	1.565.961	1.224.270	77,99%	245.021	15,64%	93,63%
1940	1.406.342	1.137.958	80,90%	203.324	14,45%	95,35%
1950	1.213.974	981.573	80,91%	173.797	14,31%	95,22%
1960	1.400.285	1.147.532	81,92%	180.503	12,89 %	94,81%
1970	1.229.128	1.015.793	82,64%	141.764	11,53%	94,17%
1980	1.110.910	906.124	83,56%	126.365	11,37%	94,93%
1991	767.773	601.116	78,29%	98.145	12,78%	91,07%
2000 (3)	683.982	501.819	73,36%	101.218	14,79%	88,15%

FONTE: IBGE.Estatísticas Históricas do Brasil. Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1985 Vol. 3 (p.28-33). RJ. 1986.

IBGE. Censo Demográfico 2000 (p.30). RJ, 2001.

Notas (1) Sudeste: estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo

- (2) Sul: Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
- (3) Os dados da pesquisa com migrantes do IBGE são por amostragem.

MIGRAÇÕES INTERNAS NO BRASIL

A migração interna é fruto da exclusão, da estrutura fundiária e das riquezas concentradas, além da imposição de políticas estatais feitas a partir de 1930, com vistas à universalização do modo de produção capitalista na economia brasileira.

Na agricultura, o 1º ciclo econômico do século XX, o da borracha, empurrou, a partir de 1930, milhares de nordestinos (mais de 500 mil) para a amazônia. O ciclo do trigo e da soja, no sul do país, com seu pacote tecnológico de modernização, deslocou meeiros, parceiros e pequenos proprietários, trabalhadores braçais, em busca de nova fronteira agrícola em direção ao norte e centro oeste, e para as grandes cidades (êxodo rural), abdicando definitivamente de uma Reforma Agrária. No Nordeste, a seca continuou gerando migrações (retirantes), especialmente urbanos em direção aos centros industrializados do Sudeste.

O censo demográfico de 2000 contabilizou 169.872.859 habitante no Brasil. Destes, 137.669.439 residiam em zona urbana, o que equivalia a 81,22% do total da população brasileira. De 1960 ao censo de 2000, mais de 40 milhões de brasileiros trocaram o campo pela cidade, gerando um crescente número de favelas sem infra-estrutura mínima.

90 80 75.6 70 68.8 63,8 60 55,3 55,9 50 - Urbana 40 Rural 36.2 30 20 18.8 10 0 1940 1950 1960 1970 1980 1991 2000

Evolução em porcentagem da população urbana e rural 1940-2000

Fonte: IBGE. Censos 1940 a 2000

Os dados do último censo revelam a existência de 28.633.916 (16,85%), migrantes, assim distribuídos: 683.929 (0,4%), imigrantes nascidos no exterior vivendo no Brasil; 26.062.094 (15,34%), migrantes internos interestaduais; e 1.887.893 (1,11%), emigrantes brasileiros vivendo no exterior.

Tendências atuais das migrações no Brasil

A pesquisadora Maria Lucia Pires Menezes considera que novas tendências condicionam os movimentos migratórios no Brasil. Ela os denomina de conjunturas espaciais, fruto das mudanças recentes da política sócio-econômica do final do milênio:

Mudanças estruturais ocorridas na década de 1990. Essas mudanças marcaram o destino da economia mundial e a nova hierarquização dos espaços envolvendo globalização, formação de blocos econômicos, fragilização do Estão-nação, novos espaços sub-nacionais, transformação do papel da metrópole, reforço do papel das cidades e uma gradual reconstituição dos espaços comunitários. Com isso começa a aparecer um maior valor agregado aos espaços e territórios onde as migrações ora são ato-reflexo, ora são estratégia. Em razão disso, o modelo dos grandes fluxos e a grandes distâncias começou a ser substituído por "migrações de curta distância", predominantemente intra-regionais, podendo ser sazonais, em

QUADRO 7 – POPULAÇÃO TOTAL DOS ESTADOS, NASCIDA NO ESTADO E MIGRAÇÕES PARA OUTROS ESTADOS – CENSO 2000

Estado que reside	TOTAL	ACRE	ALAGOAS	AMAPÁ	AMAZO NAS	BAHIA	CEARÁ	D. F.	E. SANTO	GOIÁS
ACRE	557.882	492.931	239	50	21.388	1.188	7.865	115	1.425	976
ALAGOAS	2.827.856	98	2.611.386	104	359	11.701	5.472	746	320	687
AMAPÁ	477.032	85	75	322.211	1.414	705	4.382	321	161	1.204
AMAZONAS	2.817.252	22.546	815	1.257	2.505.579	3.709	36.029	1.190	1.608	3.250
BAHIA	13.085.769	262	38.159	181	1.445	12.331.064	46.259	9.830	30.677	11.417
CEARÁ	7.431.597	1.951	8.950	916	6.921	12.277	7.070.847	7.715	954	3.339
D.FEDERAL	2.051.146	1.117	5.519	639	3.828	12.0729	95.017	956.843	6.675	141.084
E.SANTO	3.097.498	488	4.017	293	874	122.650	8.893	3.290	2.505.744	1.792
GOIÁS	5.004.197	1.589	6.900	358	2.134	188.432	65.679	129.519	4.193	3.703.707
MARANHÃO	5.657.552	351	2.707	672	1.859	9.438	109.568	5.364	2.273	11.775
M. GROSSO	2.505.245	1.365	16.506	175	1.933	51.697	21.574	3.232	13.886	109.252
M.G.DO SUL	2.078.070	615	14.476	85	1.034	26.411	21.167	1.160	1.921	11.834
M. GERAIS	17.905.134	996	12.194	459	2.673	174.674	29.935	24.060	91.921	106.353
PARÁ	6.195.965	3.212	5.492	14.301	25.785	57.219	117.998	3.537	19.734	89.763
PARAÍBA	3.444.794	431	4.334	166	929	7.207	21.214	4.573	485	1.774
PARANÁ	9.564.643	862	26063	252	1986	74109	27929	2899	17661	6047
PERNAMBUCO	7.929.154	209	84.122	242	2.286	48.198	52.157	3.306	1.171	2.447
PIAUÍ	2.843.428	54	958	113	700	11.783	62.988	7.176	268	2.393
RIO JANEIRO	14.392.106	3.329	60.971	1.050	16.450	194.413	210.660	14.283	229.355	8.839
R.G. NORTE	2.777.509	416	2.425	284	1.483	5.758	33.277	3.413	617	2.798
RIO G SUL	10.187.842	365	1.094	200	1.449	5.160	6.870	1.621	1.402	2.218
S. CATARINA	5.357.864	300	1.560	66	565	6.250	6.189	2.051	1.625	2.641
SÃO PAULO	37.035.456	2.962	4.096.455	1.232	9.758	1.810.929	538.197	21.788	56.489	68.715
SERGIPE	1.784.829	138	58.835	28	295	63.599	3.911	782	452	343
RORAIMA	324.397	1.215	230	265	19.539	1.678	12.542	462	556	2.915
RONDÔNIA	1.380.952	20.357	5742	211	36.319	40.726	26.584	1.854	83.480	15.576
TOCANTINS	1.157.690	157	2.759	145	360	15.296	20.396	5.238	1.231	77.185
TOTAL	169.872.859	558.401	3.385.983	345.955	2.669.345	15.397.000	8.663.599	1.216.368	3.076.284	4.390.324

continuação (sentido horizontal)

áreas de modernização agrícola ou intermunicipais, em áreas de maior urbanização. Aparece, também, a "**migração de retorno**" (aposentados, migrantes retornados de fronteira agrícola, de países vizinhos, da migração anterior, migrantes legais ou ilegais de retorno de outros países); **a "migração solitária"** e a constituição de família unipessoal, como: albergados, migrantes de rua, migrantes de comunidades, migrantes de família quebrada, entre outros.

O nomadismo. Além dos grupos nômades tradicionais avançam os grupos de andarilhos: trincheiros (migrantes que não restringem seus percursos, percorrem o país e até países vizinhos), os padrais (s e mantém nos limites de uma cidade, ou entre cidades vizinhas).

		continuaç	ão								
ESTADO QUE RESIDE	MARA- NHÃO	MATO GROSSO	MATO G. DO SUL	MINAS	PARÁ	PARAÍB	PARANÁ	PERNAM- BUCO	PIAUÍ	RIO DE JANEIRO	RIO G. NORTE
ACRE	1.017	1.969	1.370	3.852	1.446	1.084	6.103	660	515	1.382	982
ALAGOAS	1.128	693	568	2.401	596	9.660	3.073	125.917	931	7.662	2.522
AMAPÁ	19.361	332	116	830	115.286	1.039	723	962	1.983	722	2.250
AMAZONAS	27.014	2.600	1.434	5.124	132.461	3.376	5.838	5.040	7.664	9.021	4.233
BAHIA	5.954	2.605	1.944	101.908	5.803	38.964	14.538	132.741	17.403	37.177	11.191
CEARÁ	32.335	1.296	1.044	5.427	16.448	43.645	4.119	43.936	43.719	23.509	36.340
D.FEDERAL	98.730	5.643	3.832	192.745	14.663	63.425	10.515	39.534	118.900	56.664	26.152
E. SANTO	2.646	1.200	869	286.978	4.158	3.701	7.384	7.523	1.864	92.320	2.197
GOIÁS	88.690	34.809	9.329	331.420	30.024	41.945	18.270	37.302	73.442	15.246	36.983
MARANHÃO	5.196.468	1.988	587	10.235	42.525	13.185	2.656	20.851	179.307	7.355	6.113
M. GROSSO	32.615	1.437.595	85.671	109.695	12.873	8.486	248.556	19.788	7.791	7.543	5.310
M.G.DO SUL	1.664	24.004	1.489.240	41.965	1.967	6.890	114.641	24.992	3.167	9.811	3.107
M. GERAIS	13.299	10.785	7.461	16.661.684	10.444	21.697	74.110	33.663	9.494	158.286	24.564
PARÁ	407.764	10.167	3.363	52.056	5.142.999	11.784	22.801	19.795	59.928	12.313	11.633
PARAÍBA	2.503	439	383	2.466	1.570	3.187.693	1.171	95.303	2.444	27.090	49.763
PARANÁ	3.639	20.341	26.641	245.237	5.433	12.481	7.717.950	46.619	3.935	33.185	4.745
PERNAMBUC	6.747	1.053	1.318	6.341	4.675	148.662	5.796	7.388.160	20.218	28.770	25.564
PIAUÍ	96.800	330	234	1.643	5.298	4.731	542	12.754	2.608.728	3.103	2.170
R. JANEIRO	75.815	6.490	11.964	601.474	47.473	360.748	26.016	229.314	31.563	1.1780.192	91.670
R.G NORTE	3.054	529	782	4.244	3.211	96.777	1.573	23.583	2.702	19.44	2.543.930
R. G DO SUL	1.803	3.312	4.020	8.178	2.538	2.114	72.738	3.569	1.402	18.16	1.612
S. CATARINA	1.348	4.070	4.382	12.310	2.405	2.063	278.729	4.607	1.199	18.21	1.654
SÃO PAULO	118.586	59.272	96.539	1.902.322	40.825	385.059	1.185.683	1.138.182	252.904	231.56	14.8143
SERGIPE	1.324	355	453	2.546	541	3.841	2.654	17.579	1.403	8.461	2.096
RORAIMA	59.072	1.403	1.056	2.224	19.964	2.278	3.113	1.891	6.811	1.513	2.419
RONDÔNIA	18.124	44.516	22.692	110.259	12.464	8.316	164.570	13.082	5.076	6.680	3.906

continua (sentido horizontal)

2.596

3.053.845

9.013

Os movimentos fronteiriços. A interiorização da urbanização no Brasil e a expansão espacial da agricultura modernizada — químico-mecânica -, atreladas a uma forte concentração fundiária, impeliram a população a migrar para outros países, como Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia (são mais de 600 mil).

25.691

6.440.875 | 1.681.009 | 1.778.398 | 20.729.523 | 5.703.781 | 4.488.055 | 9.998.283 | 9.496.360 | 3.498.861 | 1.2616.772

4.411

4.421

TOCANTINS 123.375 3.213 1.106 23.959

TOTAL

A imigração para a Amazônia. A década de 1990 consagrou o processo de urbanização da Amazônia impulsionado por grandes projetos de mineração e energia, agora pelos da pecuária, da exploração madeireira e da agricultura moderna.

As migrações urbanas e novos pólos de atração. A mobilidade humana interna

continuação (sentido horizontal)

ESTADO QUE RESIDE	RIO GRANDE DO SUL	S.CATA RINA	SÃO PAULO	SERGIPE	RORAIMA	RONDÔ- NIA	TOCAN- TINS	SEM ESPECIFI CAÇÃO	EXTE RIOR	TOTAL
ACRE	1.019	524	2.667	93	166	4903	35	131	1.787	557.882
ALAGOAS	1.367	172	27.565	11.519	36	130	49	119	875	2.827.856
AMAPÁ	315	60	834	100	175	318	226	35	807	477.032
AMAZONAS	3.834	1.509	7.786	359	4.424	10.338	601	1.714	6.899	2.817.252
BAHIA	10.628	3.235	135.762	82.070	135	1.494	948	1.326	10.649	13.085.769
CEARÁ	4.419	1.113	51.241	1.664	597	2.344	449	451	3.631	7.431.597
D.FEDERAL	16.010	3.664	38.255	4.060	846	1.565	17.269	263	6.960	2.051.146
ESÍRITO SANTO	3.438	1.251	24.404	2.447	130	2.945	99	151	3.752	3.097.498
GOIÁS	17.404	4.400	78.448	2.722	381	3.467	70.648	845	5.911	5.004.197
MARANHÃO	2.327	794	11.078	1.650	985	1.205	12.393	429	1.414	5.657.552
MATO GROSSO	78.211	44.436	141.495	4.808	326	22.920	10.192	1833	5.481	2.505.245
M.G.DO SUL	37.075	12.296	202.562	6.923	134	4.248	302	379	14.000	2.078.070
MINAS GERAIS	14.702	6.532	378.820	5.542	176	4.449	4.011	1.128	21.022	17.905.134
PARÁ	9.029	4.884	18.370	1.707	2.047	2.883	58.585	998	5.818	6.195.965
PARAÍBA	1.444	326	27.667	999	202	675	91	170	1.282	3.444.794
PARANÁ	317.245	333.104	561.272	12.863	371	10.178	693	1.241	49.662	9.564.643
PERNAMBUCO	3.601	884	81.664	4.806	298	544	194	389	5.332	7.929.154
PIAUÍ	801	250	17.487	339	67	314	918	133	353	2.843.428
RIO JANEIRO	43.868	14.184	143.357	49.394	547	1.912	932	2.742	13.3101	14.392.106
R.G DO NORTE	1.849	673	20.868	1.053	496	750	117	125	1.578	2.777.509
RIO G DO SUL	9.805.339	172.959	27.937	666	151	946	488	277	38.998	10.187.842
S. CATARINA	341.273	4.585.542	61.966	744	198	1.798	202	947	12.559	5.357.864
SÃO PAULO	79.611	62.110	27.862.393	182.494	610	12.063	5.945	8.090	343.944	37.035.456
SERGIPE	986	264	20.841	1.592.115	96	199	21	191	480	1.784.829
RORAIMA	2.320	590	1.842	206	171.422	2.882	1.118	253	2.618	324.397
RONDÔNIA	14.954	11.096	50.540	3.888	1.112	653.210	732	545	4.341	1.380.952
TOCANTINS	4.860	967	10.905	792	70	936	781.958	271	581	1.157.690
TOTAL	10.817.929	5.267.819	30.008.026	1.976.023	186.198	749.616	969.216	25.176	683.835	169.872.859

FONTE: IBGE. Censo Demográfico 2000

vem se alterando com novas regiões e novas cidades de fronteira agrícola; com pólos geradores de conhecimentos (universidades) e tecnologia (pólos tecnológicos e industriais); com a ampliação do consumo de bens imediatos e duráveis; com o serviço de saúde, de educação e lazer.

MIGRAÇÕES LIMÍTROFES E INTRA-REGIONAIS: AMÉRICA LATINA/CARIBE E BRASIL

No cenário dos movimentos internacionais entre o Brasil e alguns países da América do Sul, percebe-se uma tendência crescente de brasileiros em alguns desses países como mostra o **Quadro 8**.

QUADRO 8 - ESTOQUES DE EMIGRANTES BRASILEIROS E IMIGRANTES NO BRASIL EM RELAÇÃO A ALGUNS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL 1960-2000

Países	Ano/Censo	Emigrantes brasileiros	Imigrantes no Brasil	Saldo
		Número	Número	
Argentina	1960	48.195	15.877	- 32.318
C	1970	48.600	17.213	- 31.387
	1980	42.134	26.633	- 15.501
	1991	33.543	25.468	- 8.075
	2000	37.912	27.530	- 10.382
Bolívia	1960	-	8.049	_
20111111	1970	8.492	10.712	2,220
	1980	-	12.980	-
	1991	8.586	15.694	7.108
	2000	9.364	20.387	11.023
Chile	1960		1.458	
Cinic	1970	930	1.900	970
	1980	2.076	17.830	15.754
	1991	4.610	20.437	15.827
	2000	3.567	17.131	13.564
	2000	3.307	17.131	13.304
Colômbia	1960	2.267	685	-1.582
	1970	-	870	-
	1980	-	1.490	
	1991	1.383	2.076	693
	2000	1.647	4.158	2.511
Paraguai	1960	_	17.748	-
C	1970	34.276	20.025	-14.251
	1980	97.791	17.560	- 80.231
	1991	107.452	19.018	- 88.434
	2000	454.501	28.821	- 425.680
Peru	1960	_	2.487	_
1 01 0	1970	3.077	2.410	- 667
	1980	2.926	3.789	863
	1991	2.523	5.833	3.310
	2000	2.120	10.813	8.693
Uruguai	1960	17.748	11.390	- 6.358
	1970	20.025	13.582	- 6.443
	1980	17.560	21.238	3.678
	1991	19.018	22.144	3.126
	2000	19.667	24.739	5.072
Venezuela	1960	-	1.246	-
	1970	17.748	989	-16.759
	1980	20.025	1.262	- 18.763
	1991	17.560	1.226	- 16.334
	2000	15.506	2.161	- 13.345

FONTE: IMILA/CELADE (cit. por Rosana Baeninger)

IBGE. Censo Demográfico 2000 Ministério de Relações Exteriores, 2001

Os dados do **Quadro 8** sinalizam:

Em relação à **Argentina**, o Brasil sempre teve mais emigrantes, com déficit em 1960, de 32.318, reduzindo lentamente para 10.382 pessoas, em 2000. Nesse último censo havia 37.912 emigrantes brasileiros e 27.530 imigrantes argentinos.

Com a **Bolívia** há crescente aumento da imigração para o Brasil, favorecendo-o com saldo, em 2000, de 11.023 pessoas. Igualmente em **relação ao Chile,** de 1980 em diante, o saldo foi favorável ao Brasil, numa faixa de 13 a 15 mil pessoas. Em relação à **Colômbia,** em 1960 o Brasil tinha um déficit de 1.582. No Censo de 2000, possuía um saldo de 2.511 pessoas.

A relação mais desigual vem ocorrendo com o **Paraguai**: o déficit populacional do Brasil tem crescido. Em 1970 o déficit era de 14.251; em 1980, subiu para 88.434 e, em 2000, para 425.680 pessoas. Na relação com **o Peru** o Brasil tem aumentado o saldo populacional, atingindo 8.693, em 2000.

Em relação ao **Uruguai**, nas décadas de 1960 e 1970, período mais forte do autoritarismo militar brasileiro, o número de emigrantes brasileiros era superior aos imigrantes uruguaios, com déficit de aproximadamente 6 mil. A partir de 1980, o saldo passou a ser favorável ao Brasil, numa média de 5000 pessoas. Em relação à **Venezuela**, o Brasil, nos últimos 40 anos, sempre teve um déficit na média de 16,3 mil pessoas.

Tomando a relação Brasil (emigrantes) com os países da América Latina e Caribe (imigrantes), nos censos de 1991 e 2000, nota-se: em 1991 o Brasil abrigava 118.802 pessoas desses países e regiões, contra 181.273 brasileiros residentes nesses países. Já o censo de 2000 (ver Quadros 10 e 11) mostrava que eram 568.631 os emigrantes brasileiros residindo nos países da América Latina e Caribe, sendo a maioria no Paraguai, enquanto a presença de latinos e da região do Caribe no Brasil atingia a 144.696 imigrantes. Ou seja, para cada imigrante que o Brasil recebia desses países, havia 3,9 brasileiros nesses mesmos países.

Assim, se pode identificar que cresce a participação do Brasil nesse padrão migratório intra-regional, especialmente nas últimas décadas, reforçando as modalidades de tipo fronteiriço, como são os casos com os países do

Mercosul - Paraguai, Argentina e Uruguai (Patarra: 2000) e também com a Colômbia, Venezuela e Suriname. Cresceram as migrações em direção às áreas metropolitanas, como no caso dos bolivianos e peruanos (Silva, 1997 e Galetti, 1996) e as migrações intra-regionais com países não limítrofes, como com os chilenos.

EMIGRANTES BRASILEIROS NO MUNDO

Com a globalização econômico-financeira, milhares de postos de trabalho no Brasil foram eliminados, além do ingresso anual no mercado de trabalho de milhares de jovens. Por isso muitos aventuram-se e saem do país, com a esperança de encontrar ou construir uma vida melhor. O fenômeno da emigração de brasileiros para o exterior é um fenômeno recente. O Brasil, que até a meados do século XX atraiu milhares de imigrantes em busca de uma vida melhor, na década de 1980, deparou-se com um fenômeno que apontava para uma mudança desse imaginário – a emigração (Assis:2000) para os Estados Unidos, Japão, Europa e Canadá. Segundo dados da Polícia Federal, cerca de 1,25 milhões de brasileiros deixou o país entre 1985 e 1987 e não voltou. Estes novos fluxos da população brasileira inseriram o Brasil nos fluxos internacionais de mão-de-obra.

Levantamento feito pelas pesquisadoras Milesi e Contini (2002), no Ministério das Relações Exteriores, ano 1995/96, indicava que 1.419.4000 brasileiros residiam no exterior. Dados de 2001 mostravam que esse número já ultrapassava a 1.887.893, distribuídos conforme os Quadros 9, 10 e 11. Dados recentes do Ministério das Relações Exteriores sinalizam que mais de 2,5 milhões de brasileiros estão no exterior, incluindo os considerados ilegais pelas autoridades locais, classificados pelo Itamaraty de "irregulares", segundo artigo de Ana Flor na Folha de São Paulo, junho de 2004.

QUADRO 9 - BRASILEIROS RESIDENTES NO EXTERIOR - 2001

Países	Nº	Países	Nº
África do Sul	709	Kwait	113
Alemanha	60.403	Líbano	5.874
Angola	2.500	México	852
Arábia Saudita	374	Moçambique	1.400
Argentina	37.912	Nigéria	102
Austrália	6.665	Nicarágua	121
Áustria	2.002	Países Baixos	10.532
Bélgica	4.522	Panamá	531
Bolívia	9.364	Paraguai	454.501
Canadá	6.458	Peru	2.120
China	682	Polônia	180
Chile	3.567	Portugal	51.590
Cingapura	100	Reino Unido	15.020
Colômbia	1.647	Rep. Dominicana	146
Coréia do Sul	257	Senegal	243
Costa do Marfim	120	Suécia	7.000
Costa Rica	228	Síria	720
Cuba	700	Suíça	25.880
El Salvador	328	Suriname	20.015
Emirados Árabes	150	Tailândia	107
Egito	145	Taiwan	300
Equador	689	Trinidad/Tobago	200
Espanha	13.110	Turquia	140
Estados Unidos	799.203	Uruguai	19.667
Finlândia	166	Venezuela	15.506
França	22.436	Outros países Europa	443
Grécia	3.003	Demais países América	134
Guatemala	201	Demais países África	271
Guiné Bissau	150	Demais países Ásia	405
Honduras	240		
Indonésia	141		
Irlanda	652		
Israel	11.002		
Itália	37.121		
Jamaica	190		
Japão	224.970		
Jordânia	1.201		

FONTE: Serviço Consular e Comunidades Brasileiras no Exterior, Ministério das Relações Exteriores, BSB, agosto de 2001.

QUADRO 10 - COMPARATIVO: IMIGRANTES NO BRASIL E EMIGRANTES BRASILEIROS EM OUTROS PAÍSES - 2000/2001

Nacionalidade	Imigrante	Emigrante	Saldo
AMÉRICA	9 ** **	. 0	
Argentina	27.530	37.912	-10.382
Bolívia	20.387	9.364	11.023
Canadá	1.252	6.458	-5.206
Chile	17.131	3.567	13.564
Colômbia	4.158	1.647	2.511
Cuba	1.343	700	643
El Salvador	479	328	151
Equador	1.118	689	499
E.Unidos	13.947	799.203	-785.256
México	1.257	852	405
Paraguai	28.821	454.501	-425.680
Peru	10.813	2.120	8.693
Suriname	231	20.015	-19.784
Uruguai	24.739	19.667	5.072
Venezuela	2.161	15.506	-13.345
Demais países	4.528	1.763	3.768
Somatório Somatorio	159.895	1.374.292	-1.214.397
EUROPA			
Alemanha	19.555	60.403	-40.848
Áustria	3.211	2.002	1.209
Bélgica	1.407	4.522	-3.115
Espanha	43.757	13.110	30.647
França	8.381	22.436	-14.055
Grécia	2.735	3.003	-268
Irlanda	218	652	-434
Itália	55.031	37.121	-17.910
Países Baixos	3.499	10.532	-7.033
Portugal	213.201	51.590	161.611
Reino Unido	4033	15.020	-10.987
Suécia	713	7.000	6.287
Suíça	2.943	25.880	22.937
Demais países	26.222	789	25.433
Somatório Somatorio	384.906	254.060	130.846
ÁSIA	2011300	20 11000	100010
China	15.212	682	14.530
Coréia	8.645	257	8.388
Israel	1.757	11.002	-9.245
Japão	70.931	224.970(1)	-154.039
Líbano/Síria	21.445	6.594	15.641
Demais países	3.881	3.031	850
Somatório Somatorio	121.871	246.536	-123.875
ÁFRICA	IMIOU/I	2 10.000	123.013
Angola	6.338	2.500	1.167
Moçambique	1.333 1.400		67
Demais países	7.955	1.740	5.915
Somatório Somatório	15.626	5.640	9.986
OCEANIA	13.020	3.040	2.200
Austrália	536	6.665	- 6129
Somatório Somatório	536		-6.129
SOMETE DE Compo	2000 Ministérie	6.665	-0.129

FONTE: IBGE. Censo 2000. Ministério de Relações Exteriores, 2001

QUADRO 11- SÍNTESE COMPARATIVA: BRASIL E CONTINENTES

Continentes	Imigrantes	Emigrantes	Saldo
América	159.895	1.374.292	-1.214.397
Europa	384.906	254.060	130.846
Ásia	121.871	246.536	-123.875
África	15.626	5.640	9.986
Oceania	536	6.665	-6.129
Somatório	682.834*	1.887.193	-1.204.359

FONTE: Quadro 10. (*) Não estão incluídos os "Sem Declaração de Nacionalidade"

Os Quadros 8, 9 e 10 mostram que o Brasil, de um nação importadora de imigrantes, passou a ser fomentadora da emigração. Hoje, para cada imigrante que está no Brasil, existem 2,76 brasileiros no exterior, com destaque para a América onde a relação é de um imigrante para 8,59 brasileiros emigrantes, especialmente Estados Unidos e Paraguai. Com a Ásia, ênfase no Japão⁴⁷, a relação é 1 por 2. Com a Oceania, a relação é 1 por 12. Com a Europa, a relação se inverte: para cada brasileiro naquele continente o Brasil recebe 1,5 europeus. Com a África, a relação também favorece ao Brasil: para cada brasileiro em país africano o Brasil recebe 2,77 imigrantes africanos.

SITUAÇÃO DO MOVIMENTO MIGRATÓRIO MUNDIAL

Dados estatísticos

Tomando como referência os dados de 2000 das Nações Unidas, a população migrante mundial dobrou nos últimos 25 anos. São 175 milhões de pessoas que residem em país diferente daquele em que nasceram, o que correspondia, naquele ano, a 3% da população mundial. A atração dos países desenvolvidos absorve 60% dos imigrantes.

⁴⁷ Dados do Ministério das Relações Exteriores do Japão indicavam que, em julho de 2004, estavam registrados 274.700 emigrantes brasileiros.

QUADRO 12 - COMPARATIVO DA POPULAÇÃO MIGRANTE MUNDIAL : MUNDO, REGIÕES E CONTINENTES VARIAÇÃO

1990 e 2000

Área	1990 2000		Variação numérica	Variação %
Mundo	153.956.000	174.781.000	20.825.000	13,5%
Regiões mais	81.424.000	104.119.000	22.695.000	27,87%
desenvolvidas				
Regiões menos desenvol-	72.531.000	70.662.000	- 1.869.000	-2,57%
vidas				
África	16.221.000	16.277.000	56.000	0,3%
Ásia	49.956.000	49.781.000	- 175.000	- 0,4%
Europa	48.437.000	56.100.000	7.663.000	15,8%
América Latina e Caribe	6.994.000	5.944.000	-1.051.000	-15,0%
América do Norte	27.597.000	40.844.000	13.248.000	48,0%
Oceania	4.751.000	5.835.000	1.084.000	22,8%

Fonte: ONU. International Migration Report, 2002.

Os dados do Quadro 12 mostram a seguinte tendência:

Crescimento de 13,5% da taxa de imigração global na década de 1990. Os países das regiões mais desenvolvidas tiveram uma taxa de crescimento de 27,87%, enquanto nas regiões menos desenvolvidas a taxa de crescimento foi negativa (-2,57%). A América Latina/Caribe teve uma retração no recebimento do fluxo migratório de 15,%; enquanto na Europa a taxa de imigração aumentou 15,8%; na Oceania 22,8% e na América do Norte, foi de 48,0% na década.

QUADRO 13 - PRINCIPAIS PAÍSES QUE RECEBERAM IMIGRANTES - 2000

Principais Países	Número
Estados Unidos	34.988.000
Federação Russa	13.259.000
Alemanha	7.349.000
Ucrânia	6.947.000
França	6.277.000
Índia	6.271.000
Canadá	5.826.000
Arábia Saudita	5.255.000
Austrália	4.705.000
Palestina	4.029.000
Reino Unido	4.029.000
Cazaquistão	3.028.000
Costa do Marfim	2.336.000
Irã	2.321.000
Israel	2.252.000
Polônia	2.085.000
Jordânia	1.945.000
Emirados Árabes	1.922.000
Suíça	1.801.000
Itália	1.634.000

Fonte: ONU. International Migration Report - 2002

Como apresenta o **Quadro 13**, os países que mais imigrantes receberam, na década, foram os Estados Unidos (34,98 milhões), seguido da Federação Russa (13,2) e Alemanha (7,3).

Tomando-se como referência os continentes (Quadro 12), a Europa é o continente com maior número de imigrantes (56,1 milhões), seguido da Ásia (49,7 milhões), da América (46,7 milhões), da África (16,2 milhões) e da Oceania (5,8 milhões). Dentro desse universo de imigrantes, estão os mais de 16,6 milhões de refugiados.

5

NACIONALIDADE DOS IMIGRANTES DO BRASIL E DAS UNIDADES FEDERATIVAS

"Não se pode esquecer que, se a emigração denuncia a sociedade e o estado de origem, não é menos verdade que ela denuncia, também, a sociedade e o estado receptores. Como põe a nu, num mundo contemporâneo que se quer globalizado e sem fronteiras, as relações assimétricas entre Estados nacionais que, transpostas para a experiência cotidiana dos imigrados, são vividas como discriminação, exploração e dominação"(VAINER, D. Estado e Migração no Brasil: da imigração à emigração, p.50).

CONTEXTUALIZAÇÃO

Introdução

Após a Independência do Brasil, até o início do século XX, os fluxos migratórios, em sua grande maioria, tiveram procedência do continente europeu. Pequeno contingente era do território americano. A lei brasileira vedava o ingresso de povos do continente asiático, com exceção de povos do oriente médio. Somente a partir de 1908 foi aberta a entrada para as migrações asiáticas orientais. Na primeira fase, acorreu a vinda de japoneses, após, de chineses e mais tarde de coreanos.

Na segunda metade do século XX, começaram a crescer os fluxos de migrantes da América para o Brasil, especialmente em razão das ditaduras que se instalaram nesses países, conseqüência da guerra fria entre Estados Unidos e União Soviética. Em seguida a crise econômica, a partir da década de 1970, afetou a economia mundial e, mais profundamente, os países em via de desenvolvimento, que passaram a ser gerenciados pela lógica das políticas neoliberais impostas pelos países desenvolvidos e seus organismos como o Banco Mundial, o FMI e a OMC.

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA POR CONTINENTE NO BRASIL

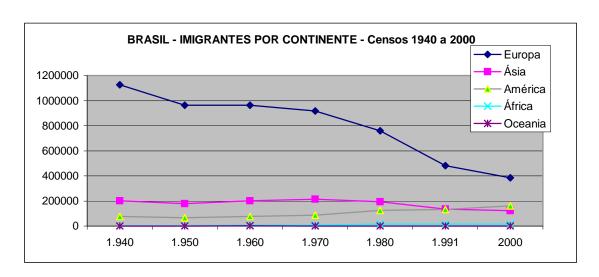
QUADRO 1 - POPULAÇÃO IMIGRANTE POR CONTINENTE CENSOS 1940 a 2000

CONTINENTE	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Ásia	200.195	179.375	202.153	214.052	198.775	135.590	121.871
Europa	1.126.772	964.295	963.469	916.268	758.530	482.221	384.906
América	77.157	66.995	75.993	86.012	125.878	131.273	159.895
África	1.609	1.659	7.002	7.086	16.495	14.050	15.626
Oceania	143	254	1615	569	662	544	536
País não declarado	466	1.398	150.053(1)	5.141	10.570	4.095	1146
Total pop.estrangeira	1.406.342	1.213.974	1.400.285	1.229.128	1.110.910	767.773	683.982

(1) Inclui os 148.013 naturalizados sem identificação da procedência. Censo de 1960 FONTE: IBGE. Censos demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970 , 1980, 1991 e 2000

O **Quadro 1** mostra que entre os censos de 1940 e 1950 houve queda na migração européia, enquanto dos demais continentes o fluxo manteve-se estável. Comparados os dados do censos de 1950, 1960 e 1970 percebe-se uma relativa estabilidade na migração européia e um fluxo constante dos demais continentes.

A partir do censo de 1970 há uma queda acentuada de imigrantes europeus e asiáticos, com taxas negativas, e ascensão da imigração do continente americano, chegando no censo de 2000 em segundo lugar. A imigração do continente nos censos de 1980 em relação ao de 1970 teve um crescimento de 45%; a de 1990 em relação à de 1980, teve um crescimento de apenas 4%; a taxa de crescimento do censo de 2000, em relação ao de 1991, foi de 21,4%.



QUADRO 2 - DESEMPENHO PERCENTUAL POR CENSO (1940-2000)

DA PROCEDÊNCIA DOS IMIGRANTES POR CONTINENTE

CONTINENTE	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Europa	80,12%	79,43%	76,93%	74,54%	68,28%	62,80%	56,27%
Ásia	14,24%	14,77%	16,14%	17,41%	17,89	17,66%	17,81%
América	5,49%	5,51%	6,06%	6,99%	11,33	17,09%	23,37%
África	0,11%	0,14%	0,55%	0,57%	1,48%	1,82%	2,28%
Oceania	0,01%	0,02%	0,12%	0,04%	0,05%	0,07%	0,07%
País não declarado	0,03%	0,12%	0,16%	0,41%	0,95%	0,53%	0,16%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

FONTE: Quadro 1 – População migrante por continente

Os dados do **Quadro 2** sinalizam:

Em 1940, os migrantes procedentes da Europa representavam 80,12%, em 2000 representavam 56,27% do universo da população imigrante.

Houve um crescimento expressivo dos originários da própria América (especialmente do Sul). Em 1940, representavam 5,48% do universo de imigrantes e no censo de 2000, atingiam 23,35%.

Também a migração originária da Ásia teve um crescimento relativo. Em 1940, eram 14,23% e em 2000, 17,81%.

Percebe-se um ingresso relativamente expressivo de africanos, especialmente a partir da década de 1990. Em 1940 participavam com 0,11% e em 2000 superavam a 2,28%.

Imigrante por nacionalidade no Brasil

QUADRO 3 - POPULAÇÃO DO BRASIL: TOTAL, NASCIDA NO BRASIL E NO EXTERIOR. CENSOS 1940 a 2000

	DIVADI	L LIV		CI. CL	11000 17	70 a 200	U
País de Naturalidade	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000 (2)
População Total	41.236.315	51.944.397	70.992.343	93.134.846	119.011.052	146.825.475	169.590.693
Pop. Nasc. Brasil	39.829.973	50.730.423	69.592.058	91.905.718	118.900.142	146.057.702	168.906.711
Estrangeiros	1.406.342	1.213.974	1.400.285	1.229.128	1.110.910	767.773	683.982
Américas	77.157	66.995	75.993	86.012	125.878	131.273	159.895
Europa	1.126.772	964.295	963.469	916.268	758.530	482.221	384.906
Ásia	200.195	179.375	202.153	214.052	198.775	135.590	121.871
África	1.609	1.659	7.002	7.086	16.495	14.050	15.626
Oceania	143	254	1615	569	662	544	536
País não declarado	466	1.398	150.053(1)	5.141	10.570	4.095	1146
Total	1.406.342	1.213.974	1.400.285	1.229.128	1.110.910	767.773	683.982

Alemanha	77.756	65.814	52.161	51.728	41.753	24.329	19.555
Angola	-				5.463	4.701	6.338
Argentina	17.924	15.492	15.877	17.213	26.633	25.469	27.530
Austrália/N. Zelândia	143	254	1615	569	662	544	539
,	22.671	17.413	10.827	10.331	7.686	4.260	3.211
Austria	1.675	1.972	1.841	2039	2.313	1.751	1.407
Bélgica	4.537	5.120	8.049	10.712	12980	15.690	20.387
Bolívia							
Bulgária	456	402	703	853	721	416	281
Canadá	264	408	782	1.099	1.181	1.111	1.252
Chile	560	832	1.458	1.900	17.830	20.436	17.131
China	747	1.049	5.188	8.255	11.213	11.061	15.212
Colômbia	333	527	685	870	1490	2.077	4.158
Coréia	-	-	-	2.551	7.258	8.528	8.643
Costa Rica	-	42	129	152	327	357	238
Cuba	243	282	538	470	574	491	1.343
Dinamarca	720	904	-	916	694	538	451
Egito	458	742	-	-	5.445	4.087	3.392
Equador	74	87	422	357	758	605	1.188
Espanha	160.028	131.608	144.080	130.122	98.515	57.888	43.757
E.Unidos/Porto Rico	4.422	7.987	11.413	12.794	13.803	11.360	13.947
Finlândia	197	367	-	413	508	173	164
França	7.973	8.604	9.236	9.242	10.336	7.954	8.381
Grã-Bretanha	5.445	5.444	4.981	4.215	4.275	3.476	4.033
Grécia	935	1.400	6.357	5.612	4.429	3.175	2.735
Guatemala		88	125	145	176	121	158
Guiana Francesa	71	147	182	116	1.759	651	621
Guiana Inglesa	244	472	352	364	696	1133	1.601
Haiti	32	24	159	90	127	142	14
Holanda	1.997	3.153	5.517	5.148	4.776	3.286	3.499
Honduras	63	31	86	164	247	300	134
Hungria	13.640	10.483	10.122	10.023	7.706	4.749	2.858
Índia	127	-	-	360	1.008	583	759
Irlanda	384	-	-	403	299	98	218
Israel	-	-	-	2.568	2.695	2.130	1.757
Itália	324.414	242.337	187.377	152.801	108.790	66.295	55.031
lugoslávia	10.063	13.216	13.527	11.523	9.391	5.771	3.284
Japão	144.331	129.192	149.138	154.006	139.480	85.572	70.931
Lituânia	15.887	-	-	-	-	-	1.951
México	246	299	486	519	853	660	1257
Moçambique	-	-	-	-	1.292	1.137	1.333
Nicarágua	75	25	590	593	608	329	499
Noruega	293	455	594	424	621	192	142
Panamá	19	65	978	371	641	981	557
Paquistão	-	-	-	433	112	70	171
Paraguai	14.687	14.762	17.748	20.025	17.560	19.018	28.821
Peru	2.779	2.358	2487	2.410	3.789	5.833	10.813
Polônia	46.729	48.806	27.579	30.280	23.646	12.497	7.457

Total	1.406.342	1.213.974	1.400.285	1.229.128	1.110.910	767.773	683.982
País não declarado	466	1.398	150.053(1)	5.141	10.570	4.095	1146
Outros países África	1.151	917	7002	7.086	4.295	4.125	4.568
Outros países Europa	4347	219	8516	511	2.088	98	2.470
Outros países Ásia	245	1.688	5022	5.016	5.246	5.251	2.263
Outros países A.Central	5.007	451	318	344	486	407	193
Venezuela	507	336	1246	989	1.262	1.226	2.161
Uruguai	24.961	17.023	11.390	13.582	21.238	22.144	24.739
Turquia	3.191	2.726	1816	2.101	1.761	815	690
Tchecoslováquia	1.934	3.344	2616	2.987	2.584	1.364	1.072
Suriname	81	79	300	160	196	191	231
Suíça	4.290	4.484	-	4.277	4.325	2.884	2.943
Suécia	820	993	-	1.147	1.152	452	713
Síri/Líb/Pales/Iraq/Aráb	51.552	44.718	40.989	38.762	30.002	21.580	21.445
Salvador	-	16	101	352	495	364	479
Rússia	30.311	48.669	34.621	29.319	18.064	10.545	2822
Romênia	14.782	17.352	11767	13.971	11.197	6.420	3524
Repúb. Dominicana	28	42	92	221	169	177	101
Portugal	379.025	336.856	431.047	437.983	392.661	263.610	213.201

Fonte: IBGE. Censos demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000

Nota: (1) Estão incluídos os **148.013** naturalizados que o Censo de 1960 não forneceu a nacionalidade (2) O IBGE liberou os dados do Censo de 2000, por nacionalidade, preliminarmente.

Os dados do **Quadro 3** sinalizam diversas informações.

Quanto aos dados e porcentagens de estrangeiros:

Na década que antecedeu a II Guerra Mundial (1930-40) e na posterior (1950-1960), o número de imigrantes ficou acima de um milhão e quatrocentos mil.

Tomando como referência índice 100, o Censo de 1940, tem-se as seguintes variações nos seis censos posteriores àquele: 86,3% (1950); 99,5% (1960); 87,4% (1970); 78,9% (1980); 54,55% (1991) e 48,57% (2000).

Na década de 1990 somente teve crescimento o ingresso de imigrantes latino-hispânicos, com 21,8% e africanos, com 11,2%. Dos demais continentes houve crescimento negativo.

Quanto à procedência por continente:

Percebe-se preponderância de imigrantes europeus no censo de 1940, com 80,1%; em 2000, o percentual de europeus reduziu-se para 56,2%.

A participação dos oriundos das Américas, especialmente latinos, teve um significativo avanço: em 1940, eram 5,48%, passando, em 2000, para 23,3%.

Quanto aos países de origem:

Portugal liderou no universo dos imigrantes no Brasil: em 1940, eram 26,94%, passando para 31,18% em 2000.

Os italianos, em 1940, eram 23,0%, caindo em 2000 para 8,0%. Os espanhóis, eram 11,3% e no último censo, 6,4%. Os japoneses participavam, em 1940, com 10,2% e no censo de 2000 cresciam para 10,3%.

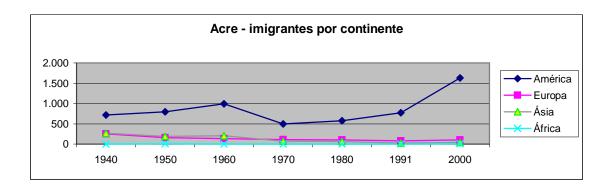
Imigrante por nacionalidade na Unidade Federativa do Acre

QUADRO 4 - POPULAÇÃO DO ACRE: TOTAL, NASCIDA NO ESTADO E NO EXTERIOR - CENSOS 1940 a 2000

ESTADO E NO EXTERIOR - CENSOS 1940 a 2000										
Países de Naturalidade	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000			
População Total	79.768	114.755	160.208	215.299	301.276	417.718	557.226			
Pop. Nasc. Brasil	78.532	113.611	158.873	214.595	300.488	416.840	555.439			
Estrangeiros	1.236	1.144	1.335	704	788	878	1.787			
América	718	793	994	499	574	772	1627			
Europa	250	159	134	111	100	79	101			
Ásia	266	188	205	72	64	25	41			
África	2	4	2	1	-	-	8			
Oceania	-	-	-	-	-	-	-			
Sem decl. de país	-	-	-	21	50	2	10			
Total	1.236	1.144	1.335	704	788	878	1787			
Alemanha	22	16	25	18	25	3	18			
Angola	-	-	-	-	-	-	-			
Argentina	-	1	4	4	8	17	4			
Austrália/N.Zelândia	-	-	-	-	-	-	-			
Áustria	-	-	1	-	-	-	-			
Bélgica	-	-	-	-	-	-	-			
Bolívia	225	299	578	318	396	474	1008			
Bulgária	-	-	-	-	-	-	-			
Canadá	1	-	1	-	-	-	-			
Chile	-	2	2	2	11	7	-			
China	1	-	-	-	-	-	-			
Colômbia	6	8	6	8	4	12	24			
Coréia	-	-	-	-	-	-	-			
Costa Rica	-	-	-	1	-	-	-			
Cuba	-	-	-	-	-	-	4			
Dinamarca	-	-	-	-	-	-	-			
Egito		2	-	-	-	-	-			
Equador	8	2	-	-	-	-	-			
Espanha	20	10	10	-	3	28	12			
E.Unidos/Porto Rico	4	3	2	7	15	-	38			

Finlândia	_	_	_	5	_	_	_
França	5	1	2	2	7	5	9
Grã-Bretanha	5	4	3	13	-	-	_
Grécia	1	-	-	1	-	11	-
Guatemala	-	-	-	-	-	-	-
Guiana Francesa	-	-	-	-	-	-	-
Guiana	-	-	-	-	-	-	-
Haiti	-	-	-	-	-	-	-
Holanda	-	-	-	-	-	-	-
Honduras	-	-	-	-	-	-	-
Hungria	-	1	1	-	4	-	-
Índia	-	-	-	-	-	-	-
Irlanda	3	-	-	1	-	-	-
Israel	-	-	-	1	-	-	-
Itália	20	21	25	39	28	12	24
lugoslávia	-	-	-	-	-	5	4
Japão	6	7	91	22	20	10	41
Lituânia	2	-	-	-	-	-	-
México	-	-	-	-	-	-	-
Moçambique	-	-	-	-	-	-	-
Nicarágua	-	-	-	-	-	-	-
Noruega	2	1	4	-	-	-	-
Panamá	-	-	-	-	-	-	-
Paquistão	-	-	-	-	-	-	-
Paraguai	-	1	1	6	8	36	40
Peru	472	470	398	152	132	226	509
Polônia	1	2	-	-	3	-	-
Portugal	169	99	61	29	22	15	24
Repúb. Dominicana	-	-	-	-	-	-	-
Romênia	-	-	1	-	-	-	-
Rússia	-	-	-	2	-	-	-
Salvador	-	-	•	-	-	-	1
Síria/Líb/Pales/Iraque/Arábia	254	178	107	47	44	15	-
Suécia	-	-	-	-	-	-	-
Suíça	-	-	-	1	-	-	-
Suriname	1	-	-	-	-	-	-
Tchecoslováquia	-	-	-	-	-	-	-
Turquia	5	1	1	2	-	-	-
Uruguai	-	1	1	-	-	-	-
Venezuela	-	-	1	-	-	-	-
Outros países América Central	1	6	1	1	-	-	-
Outros países Ásia	-	2	6	-	-	-	-
Outros países Europa	-	4	-	-	8	-	10
Outros países África	2	2	2	1	-	-	8
País ñ declarado	-	-	-	21	50	2	10
Total	1.236	1.144	1.335	704	788	878	1787

Fonte: IBGE. Censos de 1940 a 2000



A imigração para o Acre sempre teve maior número de pessoas procedentes da América. No censo de 2000, atingia 91,04%, com destaque pela presença de bolivianos (56,4%), peruanos (28,5%), seguido de portugueses, italianos, sírio/libaneses, espanhóis e japoneses.

Imigrante por nacionalidade na Unidade Federativa de Alagoas

QUADRO 5 - POPULAÇÃO DE ALAGOAS: TOTAL, NASCIDA NO BRASIL E NO EXTERIOR. CENSOS 1940 a 2000

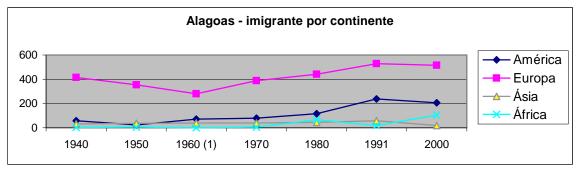
Países de Naturalidade	1940	1950	1960 (1)	1970	1980	1991	2000
População Total	951.300	1.093.137	1.271.062	1.588.068	1.982.915	2.514.100	2.819.172
Pop. Nasc. Brasil	950.789	1.027.716	1.270.647	1.587.544	1.982.202	2.513.254	2.818.297
Estrangeiros	511	421	415	524	713	846	875
América	59	24	71	80	116	238	207
Europa	415	355	279	389	441	529	515
Ásia	32	36	39	39	45	59	18
África	3	6	-	6	65	19	107
Oceania	1	-	-	-	-	-	-
Sem decl. de país	1	-	26	10	46	-	28
Total	511	421	415	524	713	845	875
Alemanha	44	40	21	39	12	23	5
Angola	-	-	-	-	57	-	107
Argentina	4	1	4	9	15	19	126
Austrália/N.Zelândia	1	-	-	-	-	-	-
Áustria	6	9	-	3	4	15	-
Bélgica	1	1	-	7	-	-	-
Bolívia	-	-	4	4	29	55	-
Bulgária	-	-	-	-	-	-	-
Canadá	-	-	-	18	-	-	-
Chile	1	2	-	3	-	23	19
China	3	4	4	5	37	30	13
Colômbia	-	-	4	-	-	-	-
Coréia	-	-	-	-	-	-	-
Costa Rica	-	-	-	-	-	-	-

Cuba	-	-	-	2	4	-	10
Dinamarca	-	-	-	1	-	-	-
Egito	2	5	-	-	4	-	-
Equador	-	-	-	1	-	-	-
Espanha	28	31	28	31	35	51	97
E.Unidos/Porto Rico	36	11	47	31	23	98	13
Finlândia	-	-	-	-	-	-	-
França	25	17	18	38	13	65	28
Grã-Bretanha	20	22	17	10	4	24	16
Grécia	-	-	16	24	-	6	8
Guatemala	-	-	-	-	4	-	7
Guiana Francesa	-	-	-	1	4	-	-
Guiana	-	-	-	-	-	-	7
Haiti	-	-	-	-	-	-	-
Holanda	7	21	23	24	30	2	11
Honduras	-	-	-	1	-	-	-
Hungria	2	3	-	3	-	-	-
Índia	-	-	-		ı	5	-
Irlanda	-	-	-	1	-	-	9
Israel	-	-	-	-	-	-	5
Itália	52	51	42	44	56	59	45
lugoslávia	2	1	-	2	-	-	-
Japão	-	1	-	23	8	-	-
Lituânia	4	-	-	-	-	-	-
México	-	-	-	-	-	-	12
Moçambique	-	-	-	-	-	19	
Nicarágua	-	-	-	-	-	-	-
Noruega	-	-	-	2	-	-	-
Panamá	-	-	-	-	-	-	-
Paquistão	-	-	-	-	-	-	-
Paraguai	3	2	-	2	26	-	9
Peru	4	5	8	5	3	36	4
Polônia	10	6	8	2	-	-	-
Portugal	162	131	73	139	271	264	256
Repúb. Dominicana	-	-	-	1	-	-	-
Romênia	6	4	3	3	-	-	-
Rússia	28	11	4	9	5	-	-
Salvador	-	-	-	-	-	-	-
Síri/Líban/Pales/Iraq/Aráb	24	24	15	6	-	-	-
Suécia	1		-	4	-	-	-
Suíça	15	7	-	3	4	20	40
Suriname	-	-	-	-	-	-	-
Tchecoslováquia	2	-	-	1	-	-	-
Turquia	4	3	-	1	-	-	-
Uruguai	3	3	4	2	4	7	
Venezuela	-	-	-	-		-	-
Outros países A Central	-	-	-	-	4	-	-
Países A Sul sem declaração	8	-	-	-	-	-	-

Outros países Ásia	1	4	20	3	-	24	
Outros países Europa	-	-	26		7	-	-
Outros países África	1	1		6	4	-	-
País ñ declarado	1		26	10	46	1	28
Total	511	421	415	524	713	846	875

FONTE: IBGE. Censos de 1940 a 2000

(*) No censo de 1960 - 26 naturalizados foram incluídos no item "País não declarado", sem discriminação de etnias.



O contingente de imigrantes europeus no Estado de Alagoas aparece em todos os censos com taxas de crescimento positivo. A partir do censo de 1980 cresceu a presença de etnias da América. Em 2000, os portugueses eram 29,2%, seguidos de argentinos (14,4%) e angolanos (12,2%).

Imigrante por nacionalidade na Unidade Federativa do Amapá

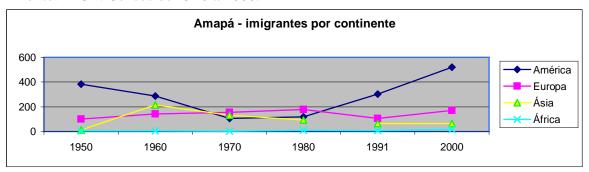
QUADRO 6 - POPULAÇÃO DO AMAPÁ: TOTAL, NASCIDA NO BRASIL E NO EXTERIOR. CENSOS 1940 a 2000

Países de Naturalidade	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
População Total	-	37.477	68.889	114.230	175.258	289.397	475.843
Pop. Nasc. Brasil		36.973	68.238	113.835	174.856	288.913	475.036
Estrangeiros		504	651	395	402	484	807
América	-	384	286	105	119	303	519
Europa	-	102	143	155	179	106	171
Ásia	-	12	214	133	94	65	65
África	-	5	5	2	10	9	19
Oceania	-	-	-	-	-	-	-
Sem decl. de país	-	1	2	-	-	1	33
Total	-	504	650	395	402	484	807
	=						
Alemanha	-	4	5	1	-	-	25
Angola	-	-	-	-	-	-	ı
Argentina	-	-	3	3	-	6	
Austrália/N.Zelândia	-	-	-	-	-	-	-
Áustria	-	-	2	1	4	-	-
Bélgica	-	-	1	1		-	-

Bolívia	_	_	2	3	3	-	_
Bulgária	-	_	-	-	-	-	-
Canadá	-	-	1	3	-	-	-
Chile	-	-	3	-	4	-	29
China	_	_	4	-	-	-	-
Colômbia	_	_	_	-	_		9
Coréia	_	_	_	-	-	_	-
Costa Rica	_	_	1	-	-	-	-
Cuba	-	-	-	1	-	-	-
Dinamarca	-	-	-	-	-	-	-
Egito	_	_	_	-	-	-	-
Equador		_	-	-	-	_	_
		18	14	9	7		-
Espanha	-	1				-	
E.Unidos/Porto Rico	-	11	41	9	4	-	20
Finlândia	-	- 10	-	- 7	-	-	-
França	-	10	6	7	4	59	60
Grã-Bretanha	-	6	6	16	27	9	-
Grécia	-	-	1	3	-	-	-
Guatemala	-	-	1	-	-	-	-
Guiana Francesa	-	88	48	26	71	226	408
Guiana	-	210	154	33	8	24	-
Haiti	-	-	-	-	-	-	-
Holanda	-	2	5	29	-	-	8
Honduras	-		1		-	-	-
Hungria	-	-	-	6	-	3	-
Índia	-	-	-	1	-	-	19
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-
Israel	-	-	-	-	11	15	-
Itália	-	14	28	37	44	-	60
lugoslávia	-	-	-	-	-	-	•
Japão	-	1	162	102	71	41	36
Lituânia	-	-		-	-	-	-
México	-	1	1	-	-	-	-
Moçambique	-	_		-	-	-	-
Nicarágua	-	-	1	-	-	-	-
Noruega	-	-	-	-	-	-	-
Panamá	-	-	-	-	-	-	9
Paquistão	_	-	-	-	-	-	-
Paraguai	_	2	-	1	4	-	-
Peru	_	1	2	2	13	5	44
Polônia	_	-	-	1	-	-	6
Portugal		41	67	40	86	35	5
	-	1	-	1	-	-	-
Repúb. Dominicana	-	2	2	2			
Romênia	-	1			-	-	-
Rússia	-	1	4	1	3	-	-
Salvador	-	- 10	-	-	4	20	-
Síri/Líban/Pales/Iraq/Aráb	-	10	41	27	12	9	10
Suécia	-	1	-	-	-	-	-

Suíça	_	2	-	-	-	-	_
Suriname	-	10	13	7	4	16	-
Tchecoslováquia	-	1	2	1	-	-	-
Turquia	-	1	1	1	-	-	-
Uruguai	-	-	3	1	4	-	-
Venezuela	-	2	3		-	-	-
Outros países A Central	-	58	8	15	-	6	-
Outros países Ásia	-	-	6	2	-	-	-
Outros países Europa	-	-	1	-	4	-	7
Outros países África	-	5	5	2	10	9	19
País ñ declarado	-	1	2	-	-	1	33
Total	-	504	651	395	402	484	807

Fonte: IBGE. Censos de 1940 a 2000.



A imigração procedente da América, especialmente das Guianas (Francesa e ex-inglesa) sempre manteve alta as porcentagens. Em 2000, eram 64,2%, com destaque para os imigrantes da Guiana Francesa (50,5%), seguidos por peruanos, portugueses, italianos e japoneses.

Imigrante por nacionalidade na Unidade Federativa do Amazonas

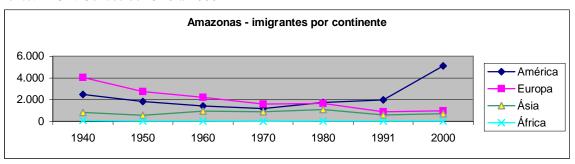
QUADRO 7 - POPULAÇÃO DO AMAZONAS: TOTAL, NASCIDA NO BRASIL E NO EXTERIOR - CENSOS 1940 a 2000

	1		1	1		T	1
Países de Naturalidade	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
População Total	438.008	514.099	721.215	955.203	1.430.528	2.103.243	2.813.085
Pop. Nasc. Brasil	430.567	508.907	716.603	951.502	1.425.966	2.099.766	2.806.186
Estrangeiros	7.441	5.192	4.612	3.701	4.562	3.477	6.899
América	2.488	1.838	1.414	1.185	1.731	1.991	5119
Europa	4.048	2.737	2.216	1.602	1.641	873	961
Ásia	817	567	945	898	1.087	589	723
África	80	43	32	8	28	24	21
Oceania	1	-	1	-	-	-	10
Sem decl. de país	7	7	4	8	75	-	65
Total	7.441	5.192	4.612	3.701	4.562	3.477	6.899

Alemenho	65	26	37	32	60	17	70
Alemanha	65	26	_			17	78
Angola	- 1E	8	- 16	- 20	9	- E4	-
Argentina	15	0	16	20	52	54	171
Austrália/N.Zelândia	1 7	_	1	- 7	-	-	10
Áustria	7	5	9	7	25	-	-
Bélgica	3	- 04	1	5	405	450	45
Bolívia	178	84	88	78	105	153	112
Bulgária	-	-	6	-	4	-	16
Canadá	1	2	13	46	15	16	20
Chile	5	1	2	12	139	75	45
China	2	-	1	18	84	-	13
Colômbia	196	263	152	123	308	323	1062
Coréia	-	-	-	10	-	12	12
Costa Rica	-	2	1	-	4	-	-
Cuba	-	1	2	7	8	-	-
Dinamarca	-	-	-	-	-	-	-
Egito	7	1	-	-	4	-	-
Equador	14	7	7	8	14	11	41
Espanha	339	223	189	125	148	56	48
E.Unidos/Porto Rico	32	64	205	325	235	161	199
Finlândia	-	-	-	-	-	6	-
França	46	34	17	22	59	35	-
Grã-Bretanha	107	64	42	43	28	11	50
Grécia	6	1	2	12	4	23	8
Guatemala	-	7	-	3	-	-	9
Guiana Francesa	3	4	-	-	38	21	73
Guiana	19	9	15	21	45	25	96
Haiti	-	1	-	-	4	-	-
Holanda	5	18	23	31	26	33	31
Honduras	-	-	-	1	4	-	-
Hungria	2	5	5	5	13	-	29
Índia	1	-	-	1	43	-	83
Irlanda	-	-	-	3	7	-	-
Israel	-	-	-	4	14	8	-
Itália	355	292	254	216	298	91	195
lugoslávia	3	5	10	6	11		
Japão	304	201	667	681	819	481	561
Lituânia		-	-	-	-	-	-
México	1	-	7	3	12	-	19
Moçambique	-	-	<u> </u>	-	4	-	-
Nicarágua	2	-	4	-	3	15	_
Noruega	1	-	3	-	-	11	_
Panamá	-	-	1	2	4	44	_
Paquistão	-	_	-	-	-	-	_
	9	1	8	6	5	22	
Paraguai Peru	1545	1212	813	465	605	1018	49 2872

Polônia	24	19	7	8	1	6	10
Portugal	3.068	2.019	1.586	1.064	938	568	407
Repúb. Dominicana	-	-	-	1	-	-	8
Romênia	4	6	2	2	-	-	-
Rússia	4	10	11	10	11	-	-
Salvador	-	-	1	-	19	-	31
Síri/Líban/Pales/Iraq/Aráb	481	350	247	154	109	39	41
Suécia	-	-	1	-	1	-	-
Suíça	6	7	ı	5	8	16	30
Suriname	-	-	1	-	-	-	-
Tchecoslováquia	3	2	4	3	-	-	-
Turquia	28	10	12	6	ı	-	7
Uruguai	3	7	1	8	30	19	45
Venezuela	336	139	74	54	78	34	252
Outros países A Central	129	26	4	2	4		15
Outros países Ásia	1	6	18	24	18	49	6
Outros países Europa		1	8	3	-	-	14
Outros países África	73	42	32	8	11	24	21
País ñ declarado	7	7	4	8	75	-	65
Total	7.441	5.192	4.612	3.701	4.562	3.477	6.899

Fonte: IBGE. Censos de 1940 a 2000



Até o censo de 1970 preponderava a imigração européia no Estado do Amazonas, com crescimento da asiática. Após, a maior presença passou a ser americana. Em 2000, representava 74,1%, com destaque para a peruana com 41,2% e a colombiana, com 15,39%. Merece destaque a presença da imigração portuguesa nos primeiros censos.

Imigrante por nacionalidade na unidade federativa da Bahia

QUADRO 8 - POPULAÇÃO DA BAHIA: TOTAL, NASCIDA NO BRASIL E NO EXTERIOR - CENSOS 1940 A 2000

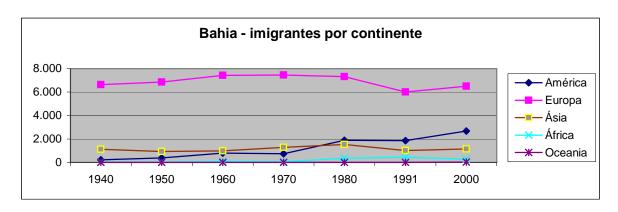
Países de Naturalidade	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
População Total	3.918.112	4.834.575	5.990.605	7.493.437	9.455.392	11.867.991	13.066.910
Pop. Nasc. Brasil							
Estrangeiros	8.007	8.224	9.902	9.685	11.499	9.409	10.649

		1	_	1	1	r	
América	215	385	788	736	1.888	1.858	2679
Europa	6.635	6.861	7.435	7.447	7.319	6.014	6494
Ásia	1.111	924	987	1.280	1.528	1.004	1143
África	33	19	75	58	360	434	265
Oceania	3	3	12	7	9	3	16
Sem decl. de país	10	32	605	157	395	96	52
Total	8.007	8.224	9.902	9.685	11.499	9.409	10649
Alemanha	542	430	325	367	316	451	514
Angola	-	-	-	-	172	299	127
Argentina	40	53	83	96	369	472	700
Austália/N. Zelândia	3	3	12	7	9	3	16
Áustria	55	54	53	50	49	48	40
Bélgica	16	67	24	64	61	100	52
Bolívia	5	-	37	64	117	157	63
Bulgária	-	4	-	51	-	-	-
Canadá	4	10	33	24	35	-	62
Chile	10	4	23	12	464	408	399
China	16	24	27	108	135	177	114
Colômbia	2	3	15	10	59	21	88
Coréia	-	-	-	1	16	72	
Costa Rica	-	-	-	4	16	23	9
Cuba	5	5	4	5	-	-	-
Dinamarca	10	57	-	118	20	-	47
Egito	18	11	-	-	14	35	-
Equador	1	-	27	9	15	31	18
Espanha	2.111	2.509	3.464	3.225	2.823	2.286	2012
E.Unidos/Porto Rico	79	261	379	345	448	196	436
Finlândia	2	8	-	2	19	-	-
França	147	142	106	135	234	265	327
Grã-Bretanha	101	179	65	69	93	80	93
Grécia	18	21	44	36	50	21	23
Guatemala	-	6	-	1	-	-	-
Guiana Francesa	-	1	_	_	_	-	_
Guiana	4	3	6	2	4	-	-
Haiti	-	-	12		3	-	-
Holanda	34	56	91	87	111	33	69
Honduras	-	2	-	-	11	-	10
Hungria	39	41	51	47	51	115	37
Índia	1	-	-	3	38	-	-
	3			3	4		
Irlanda		-	-			-	7
Israel	- 042	- 024	1 120	12	19	- 950	77
Itália	943	924	1.130	1.110	1.068	850	1296
lugoslávia	28	37	23	30	22	36	-
Japão	39	70	366	665	993	558	684
Lituânia	7	-	-	-	-	-	-
México	4	2	23	37	30	44	57

Moçambique	-	-	_	-	52	27	19
Nicarágua	1	-	-	11	20	30	29
Noruega	29	4	24	11	20	21	-
Panamá	1	2	4	13	11	16	33
Paquistão	-	-	-	1	18	-	-
Paraguai	7	5	20	17	31	29	138
Peru	10	8	75	40	78	265	236
Polônia	118	273	150	150	99	39	99
Portugal	1.906	1.531	1.483	1.586	2.021	1.448	1541
Repúb. Dominicana	1	-	-	3	4	4	-
Romênia	231	219	70	92	61	58	53
Rússia	171	162	123	74	62	8	11
Salvador	-	-	-	-	-	26	13
Síri/Líban/Pales/Iraq/Aráb	995	720	532	359	223	104	156
Suécia	10	6	-	10	18	7	21
Suíça	88	90	-	100	80	116	196
Suriname	-	-	4	1	20	-	-
Tchecoslováquia	13	35	20	27	29	20	47
Turquia	54	36	38	23	22	20	57
Uruguai	6	15	11	28	127	124	344
Venezuela	4	1	32	8	7	12	33
Outros países A Central	31	4		6	19	-	11
Outros países Ásia	6	74	24	108	64	73	55
Outros países Europa	13	12	189	3	8	12	9
Outros países África	15	8	75	58	122	73	119
País ñ declarado	10	32	605	157	395	96	52
Total	8.007	8.224	9.902	9.685	11.499	9.409	10649

FONTE: IBGE. Censos de 1940 a 2000

^(*) Censo de 1960, no item "País não declarado", estão inclusos 605 de naturalizados sem discriminação de etnia



A imigração européia sempre manteve índices elevados (acima de 60%). A partir do censo de 1980 cresceu a imigração americana, atingindo no último censo 25,15%, com destaque para argentinos, chilenos, uruguaios e peruanos.

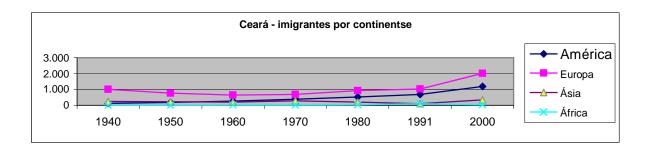
Imigrante por nacionalidade na Unidade Federativa do Ceará

QUADRO 9 - POPULAÇÃO DO CEARÁ: TOTAL, NASCIDA NO BRASIL E NO EXTERIOR - CENSOS 1940 a 2000

BRASIL E NO EXTERIOR – CENSOS 1940 a 2000										
Países de										
Naturalidade	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000			
População Total	2.091.032	2.695.450	3.337.856	4.361.603	5.288.429	6.366.647	7.418.476			
Pop. Nasc. Brasil	2.089.660	2.694.244	3.334.958	4.360.174	5.286.295	6.364.707	7.414.844			
Estrangeiros	1.372	1.206	1.449	1.429	2.134	1.940	3.632			
América	111	188	255	380	531	691	1190			
Europa	1.004	775	638	679	924	1.019	2023			
Ásia	246	228	198	272	194	92	348			
África	8	7	15	15	50	96	38			
Oceania	-	-	-	3	-	39				
Sem decl. de país	3	8	343	80	-	3	33			
Total	1.372	1.206	1.449	1.429	1.699	1.940	3632			
	<u></u>	I.	I.	I.		l .				
Alemanha	150	89	63	92	75	71	198			
Angola	-	-	-	-	33	51	38			
Argentina	7	6	16	11	74	83	384			
Austrália/N.Zelândia	-	-	-	3	5	39	-			
Áustria	10	7	8	12	4	13	63			
Bélgica	2		4	6	25	14	48			
Bolívia	11	25	24	40	36	82	83			
Bulgária	-	-	-	-	-	6				
Canadá	4	5	7	22	9	36	7			
Chile	2	2	4	4	16	34	73			
China	1	4	16	13	28	11	112			
Colômbia	-	1	4	4	15	15	40			
Coréia	-	-	-	3	16	13	-			
Costa Rica	-	-	-	3	12	20	-			
Cuba	3	4	-	6	7	-	15			
Dinamarca	2	-	-	1	3	-	41			
Egito	5	3	-		8	12	-			
Equador	-	2	-	4	-	-	7			
Espanha	62	56	80	70	87	238	145			
E.Unidos/Porto Rico	28	94	157	198	215	140	248			
Finlândia	-	-	-	-	4	-	-			
França	29	34	48	43	73	104	276			
Grã-Bretanha	44	43	20	21	44	28	103			
Grécia	8	6	12	19	8	19	13			
Guatemala	-	1	-	8		10				
Guiana Francesa	-	-	-	-	20	10	18			
Guiana	2	-	-	1	4	-	-			

Haiti	20	32	39	34	38	21	- 46
Holanda	20						46
Honduras		1	-	1	4	-	-
Hungria	9	11	-	8	14		-
Índia	1	-	-	3	16	5	-
Irlanda	3	-	-	14	4	-	12
Israel	-	-	-	14	-	11	-
Itália	227	157	149	86	116	199	467
lugoslávia	-	11	8	6	12		
Japão	5	-	52	76	52	39	140
Lituânia	3	-	-	-	-	-	
México	1	2		1	8	28	70
Moçambique	-	-	-	-	-	16	
Nicarágua	-	-	-	2	9	-	-
Noruega	2	-	4	2	-	-	-
Panamá	-	3	-	1	8	8	9
Paquistão	-	-	-	23	-	-	-
Paraguai	1	6	8	1	4	53	21
Peru	23	29	16	22	43	107	139
Polônia	28	12	-	31	19	7	8
Portugal	339	276	180	200	366	265	442
Repúb. Dominicana	-	-	-	-	-	-	-
Romênia	19	5	-	6	-	-	-
Rússia	31	34	-	14	12	-	-
Salvador	-	-	-	3	12	8	-
Síri/Líban/Pales/Iraq/Arábia	234	197	114	130	67	4	69
Suécia	4	2	-	10	4	-	15
Suíça	9	9	-	2	12	34	146
Suriname	-	-	7	1	-	-	-
Tchecoslováquia	1	1		2	-	-	-
Turquia	5	14	4	3	4	-	-
Uruguai	3	4	8	29	8	42	69
Venezuela	3	2	4	17	3	15	7
Outros países A Central	23	1	-	-	24	-	-
Outros países Ásia		13	12	7	11	9	27
Outros países Europa	2	-	23	-	4	-	-
Outros países África	3	4	15	15	9	17	-
País ñ declarado	3	8	343	80	430	3	33
Total	1.372	1.206	1.449	1.429	2.134	1.940	3632

FONTE: IBGE. Censos de 1940 a 2000. (*) Censo de 1960, item "País não especificado" 339 são de naturalizados sem especificação de etnia.



As etnias européias mantiveram maior presença no Ceará. Porém, na década de 1990, percebe-se o crescimento da imigração do continente americano: 72,21%, com destaque para os argentinos que triplicaram sua presença (362,65%) e norte-americanos (77,14%). Destaque também para o crescimento da imigração japonesa (258,9%), iugoslava (134,6%), alemã (178,87%), e portuguesa (66,7%).

Imigrante por nacionalidade no Distrito Federal

QUADRO 10 - POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL: TOTAL, NASCI-DA NO BRASIL E NO EXTERIOR - CENSOS 1940 a 2000

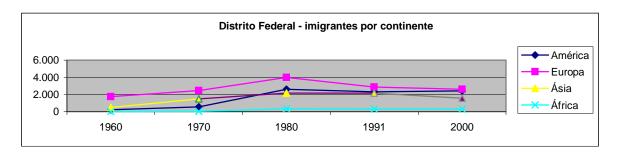
Países de Naturalidade	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
População Total	-	-	141.742	537.492	1.176.908	1.601.094	2.043.169
Pop. Nasc. Brasil	-	-	139.031	532.908	1.167.452	1.593.410	2.036.208
Estrangeiros			2.711	4.584	9.456	7.684	6.961
_							
América	-	-	231	549	2.617	2.326	2.433
Europa	-	-	1.741	2.477	3.975	2.876	2624
Ásia	-	-	494	1.500	2.173	2.167	1551
África	-	-	8	39	325	315	280
Oceania	-	-	8	5	71	-	-
Sem decl. de país	-	-	229	14	295	-	-
Total	-	-	2.711	4.584	9.456	7.684	6.888
Alemanha	-	-	80	150	302	189	199
Angola	-	-	-	-	88	104	108
Argentina	-	-	38	64	349	297	284
Austrália/Nova Zelândia	-	-	8	5	71	-	-
Áustria	-	-	12	37	52	35	32
Bélgica	-	-	4	34	39	117	37
Bolívia	-	-	60	79	207	163	210
Bulgária	-	-	4	22	20	-	-
Canadá	-	-	-	12	79	9	120
Chile	-	-	4	19	417	348	345
China	-	-	16	27	90	234	79

Colômbia	_	_	_	16	52	93	122
Coréia	_	-	-	68	90	147	37
Costa Rica	_	_	_	2	32	_	60
Cuba	_	_	8	1	16	_	72
Dinamarca	_	_	-	-	8	4	-
Egito	_	_	_	7	68	34	21
Equador	-	-	_	10	46	47	-
Espanha	-	-	424	447	562	433	515
E.Unidos/Porto Rico		_	40	161	632	423	421
Finlândia			-	4	3	5	11
França	_		49	74	300	276	278
Grã-Bretanha	_	_	4	46	175	106	132
Grécia	_	_	330	168	160	122	168
Guatemala			-	4	-	23	13
	-	-	_	1	8	-	-
Guiana Francesa	-	-		2	10	16	
Guiana	-	-	-	-	4	81	-
Haiti	-	-	8	27	67	4	8
Holanda	-	-			4		10
Honduras	=	-	24	- 24	40	-	6
Hungria	-	-		34		22	
Índia	-	-	-	<u>4</u> 5	73	40	46
Irlanda 	-	-	-		12	-	-
Israel	-	-	-	13	32	45	10
Itália	-	-	253	330	474	295	376
lugoslávia	-	-	24	25	38	12	48
Japão	-	-	262	833	1.216	876	839
Lituânia	-	-	-	-	-	-	1
México	-	-	-	10	66	104	42
Moçambique	-	-	-	-	12	40	13
Nicarágua	-	-	4	6	36	25	47
Noruega	-	-	-	1	16	-	-
Panamá	-	-	8	3	8	18	21
Paquistão	-	-	-	3	4	24	61
Paraguai	-	-	24	50	127	107	90
Peru	-	-	8	50	226	281	196
Polônia	-	-	38	63	90	90	18
Portugal	-	-	398	875	1.405	1.013	754
Repúb. Dominicana	-	-	-	2	7	-	-
Romênia	-	-	12	28	32	-	20
Rússia	-	-	21	39	84	52	10
Salvador	-	-	-	3	4	-	24
Síri/Líban/Pales/Iraq/Aráb	-	-	167	323	294	434	387
Suécia	-	-	-	8	12	-	-
Suíça	-	-	-	24	45	66	10
Suriname	-	-	5	2	16	-	10
Tchecoslováquia	-	-	8	19	12	35	-
Turquia	-	-	4	12	12	15	-
Uruguai	-	-	24	31	187	118	151

Venezuela	-	-	-	17	53	41	195
Outros países A Central	1	-	8	4	31	132	ı
Outros países Ásia	-	-	45	217	362	352	92
Outros países Europa	-	-	48	10	27	-	1
Outros países África	-	-	8	39	157	137	138
País ñ declarado	-	-	229	14	295	-	73
Total	-	-	2.711	4.584	9.456	7.684	6961

FONTE: IBGE. Censos de 1940 a 2000

^(*)No Censo 1960, item "País não declarado", 205 são de naturalizados sem especificação de etnia



Há relativo equilíbrio, no censo de 2000, da presença de imigrantes da América (34,95%), europeus (37,69%) e asiáticos (22,10%). Atualmente, o maior número de imigrantes é de japoneses (12, 05%), portugueses (10,83%) e norte-americanos (6,04%).

Imigrante por nacionalidade na Unidade Federativa do Espírito Santo

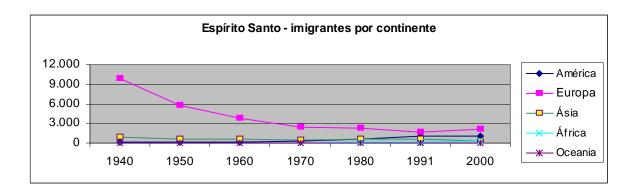
QUADRO 11 - POPULAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO: TOTAL, NASCI-DA NO BRASIL E NO EXTERIOR. CENSOS 1940 a 2000

Países de Naturalidade	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
População Total	790.149	957.238	1.418.348	1.599.324	2.023.338	2.600.618	3.094.390
Pop. Nasc. Brasil	779.206	950.731	1.413.741	1.596.120	2.019.670	2.597.201	3.090.638
Estrangeiros	10.943	6.507	4.607	3.204	3.668	3.417	3.752
	-						
América	169	111	134	252	555	1.003	1.058
Europa	9.821	5.716	3.856	2.396	2.253	1.715	2.061
Ásia	931	650	581	404	608	617	299
África	15	8	22	42	108	82	269
Oceania	1	2	8	2	8	-	26
Sem decl. de país	6	20	6	108	136	-	39
Total	10.943	6.507	4.607	3.204	3.668	3.417	3.752
			•	•			
Alemanha	642	325	246	203	167	156	204
Angola	-	-	-	-	57	15	128

Argentina	49	42	36	25	126	112	237
Austrália/Nova Zelândia	1	2	8	2	8	-	26
Áustria	171	81	57	28	26	11	3
Bélgica	14	5	21	6	18	-	-
Bolívia	3	7	10	22	70	34	57
Bulgária	-	-	-	4	-	-	-
Canadá	1	1	1	8	8	7	19
Chile	5	1	3	11	121	305	112
China	28	17	12	14	4	68	52
Colômbia	4	-	-	2	-	10	28
Coréia	-	-	-	9	17	80	39
Costa Rica	-	-	-	2	-	18	-
Cuba	2		2	1	-	-	45
Dinamarca	6	1	-	14	12	-	-
Egito	1	5	-	-	9	22	24
Equador	-	-	1	1	-	16	10
Espanha	572	315	280	173	171	193	160
E.Unidos/Porto Rico	47	34	40	98	59	146	306
Finlândia	-	-	-	-	-	-	-
França	43	21	30	39	32	52	70
Grã-Bretanha	47	30	22	10	-	34	56
Grécia	16	11	34	50	36	31	20
Guatemala	-	-	-	-	35	-	_
Guiana Francesa	-	-	5	4	-	20	_
Guiana	2	1	1	1	8	-	-
Haiti	-	1	3	-	-	-	-
Holanda	9	6	25	20	7	-	58
Honduras	-	-	-	1	-	-	-
Hungria	7	8	10	17	19	22	-
Índia	1	-	-	3	4	15	-
Irlanda	-	-	-	5	8	9	-
Israel	-	-	-	13	3	13	4
Itália	6.665	3.827	2.298	1.047	748	363	519
lugoslávia	5	3	7	16	7	-	11
Japão	20	2	48	30	304	250	55
Lituânia	2	-	-	-	-	-	-
México		14	9	9	18	-	33
Moçambique	12	-	-	-	3	5	8
Nicarágua		-	-	6	19	44	-
Noruega	1	4	1	4	8	-	11
Panamá	-	-	1	22	-	11	11
Paquistão	-	-	-	-	-	-	-
Paraguai	4	2	5	8	20	40	51
Peru	1	-	8	10	45	47	45
Polônia	266	219	125	118	100	63	36
Portugal	1.273	789	646	525	754	676	817
Repúb. Dominicana	-	-	1	1	-	-	10
Romênia	23	16	14	12	-	7	-

Rússia	32	32	18	19	8	43	28
Salvador	-	-	1	2	17	-	21
Síri/Líban/Pales/Iraq/Aráb	837	606	468	316	254	191	149
Suécia	1	1	-	3	11	-	21
Suíça	16	10	-	22	13	17	47
Suriname	-	-	-	1	-	27	8
Tchecoslováquia	9	10	10	6	13	38	-
Turquia	44	17	11	9	12	-	-
Uruguai	6	6	5	10	19	152	21
Venezuela	1	1	-	3	4	4	35
Outros países A Central	32	1	2	4	4	10	9
Outros países Ásia	1	8	12	10	27	-	-
Outros países Europa	1	2	13	55	60	-	-
Outros países África	14	3	22	42	39	40	109
País ñ declarado	6	20	35	108	136	-	39
Total	10.943	6.507	4.607	3.204	3.668	3.417	3.752

FONTE: IBGE. Censos de 1940 a 2000



Comparando os dados do censo de 2000 ao de 1940, a imigração no Espírito Santo teve uma queda de 65,71%. No último censo os europeus representavam 54,19%, e os do continente americano, 28,19%. Merece destaque a presença de africanos, com um crescimento de 228,04%. As nacionalidades com maior número de imigrantes são portuguesa (817), norteamericana (306) e alemã (204).

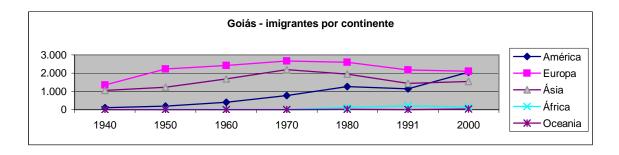
Imigrante por nacionalidade na Unidade Federativa de Goiás

QUADRO 12 - POPULAÇÃO DE GOIÁS: TOTAL, NASCIDA NO BRASIL E NO EXTERIOR - CENSOS 1940 a 2000

BRASIL E NO EXTERIOR - CENSOS 1940 a 2000										
Países de Naturalidade	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000			
Pop. Total	661.226	1.010.880	1.626.376	2.938.029	3.860.174	4.018.903	4.996.439			
Pop. Nasc.Brasil	658.719	1.007.213	1.621.083	2.932.376	3.854.030	4.013.933	4.990.529			
Estrangeiros	2.507	3.667	5.293	5.653	6.144	4.970	5.910			
		•	•	•	•	•				
América	97	187	406	764	1.264	1.148	2051			
Europa	1.345	2.232	2.423	2.659	2.592	2.175	2099			
Ásia	1.055	1.228	1.691	2.189	1.956	1.437	1540			
África	6	13	16	15	124	206	133			
Oceania	-	3	8	7	11	-	27			
Sem decl. de país	4	14	749	19	197	4	60			
Total	2.507	3.677	5.293	5.653	6.144	4.970	5910			
Alemanha	306	382	398	295	276	183	235			
Angola	-	-	-	-	43	71	97			
Argentina	19	20	31	34	104	120	293			
Austrália/Nova Zelândia	-	3	8	7	11	-	27			
Áustria	39	63	46	49	48	35	52			
Bélgica	5	6	12	33	31	22	59			
Bolívia	2	11	45	54	135	150	200			
Bulgária	-	3	8	6	-	-	5			
Canadá	1	2	12	6	38	-	24			
Chile	2	2	22	21	50	157	204			
China	1	1	22	36	39	49	52			
Colômbia	-	4	-	4	-	33	75			
Coréia	•	-	-	4	7	64	46			
Costa Rica	-	2	4	2	-	8	-			
Cuba	4	6	-	6	7	-	42			
Dinamarca	2	3	-	14	4	16	-			
Egito	1	2	-	-	11	-	11			
Equador	-	-	7	1	11	15	38			
Espanha	190	217	270	316	287	247	160			
E.Unidos/Porto Rico	26	90	209	533	543	359	509			
Finlândia	-	1	-	2	-	-	-			
França	42	46	64	66	44	87	58			
Grã-Bretanha	18	21	16	16	21	5	62			
Grécia	2	1	18	40	60	60	-			
Guatemala	-	-	-	-	4	-	4			
Guiana Francesa	-	7	-	-	22	-	11			
Guiana	-	-	-	2	4	10	-			
Haiti	-	-	-	1	-	-	-			
Holanda	4	1	11	81	88	32	24			

Honduras	-	-	_	-	15	-	_
Hungria	7	50	38	38	42	27	-
Índia	1	-	-	3	12	-	10
Irlanda	-	-	-	23	16	-	-
Israel	-	-	-	8	24	33	33
Itália	348	393	652	621	603	431	383
lugoslávia	9	68	4	27	19	15	43
Japão	180	397	414	668	694	317	466
Lituânia	5	-	-	-	-	-	11
México	2	3	4	7	15	13	33
Moçambique	-	-	-	-	3	-	11
Nicarágua	-	-	4	3	26	-	-
Noruega	-	6	-	-	4	-	12
Panamá	-	-	35	-	11	28	19
Paquistão	-	-	-	1	-	-	3
Paraguai	21	20	20	40	99	106	155
Peru	4	5	-	17	69	44	247
Polônia	26	350	181	212	184	146	164
Portugal	293	317	483	634	706	747	661
Repúb. Dominicana	-	-	-	1	3	-	-
Romênia	10	46	58	25	46	12	-
Rússia	18	202	98	112	61	84	98
Salvador	-	-	5	1	57	30	54
Síri/Líban/Pales/Iraq/Aráb	865	814	1.222	1260	968	855	898
Suécia	2	3	-	4	-	5	5
Suíça	8	24	-	17	13	7	16
Suriname	-	-	-	-	8	-	-
Tchecoslováquia	5	29	34	23	31	14	11
Turquia	7	10	4	2	20	-	14
Uruguai	8	5	8	23	34	71	90
Venezuela	-	-	-	5	5	4	42
Outros países A Central	8	-	-	3	4	-	11
Outros países Ásia	1	6	29	207	192	119	18
Outros países Europa	6	-	32	5	8	-	40
Outros países África	5	11	16	15	67	135	14
País ñ declarado	4	14	749	19	197	4	60
Total	2.507	3.667	5.293	5.653	6.144	4.970	5910

FONTE: IBGE. Censos de 1940 a 2000 * No item "País não declarado, Censo de 1960, estão incluídos 742 naturalizados sem discriminação de etnias



A partir do censo de 1980 nota-se o crescimento de imigrantes do continente americano: norte-americanos (509), argentinos (293), peruanos (243) e chilenos (204). Contudo, são os europeus e os asiáticos que mantêm o maior número de imigrantes em Goiás: sírios/libaneses (898), portugueses (661), japoneses (466) e italianos (383). Dobrou a imigração entre o censo de 1940 e o de 2000.

Imigrante por nacionalidade na Unidade Federativa do Maranhão

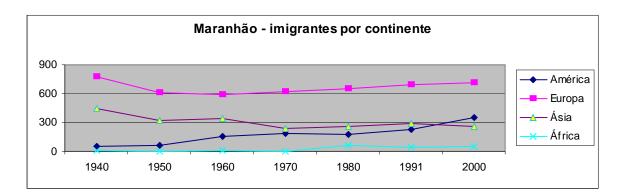
QUADRO 13 -POPULAÇÃO DO MARANHÃO: TOTAL, NASCIDA NO BRASIL E NO EXTERIOR - CENSOS 1940 a 2000

		LIMON	- CLIND	00 1740	u =000		
Países de Naturalidade	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
População Total	1.235.169	1.583.248	2.492.139	2.992.678	3.996.444	4.930.253	5.642.960
Pop. Nasc. Brasil	1.233.881	1.582.240	2.491.042	2.988.608	3.995.103	4.928.999	5.641.546
Estrangeiros	1.288	1.008	1.097	1.070	1.341	1.254	1.414
América	55	65	152	187	179	232	354
Europa	776	608	586	624	649	690	713
Ásia	442	323	346	233	259	289	255
África	14	5	8	3	61	41	49
Oceania	-	1	3	1	-	-	-
Sem decl. de país	1	6	2	22	193	2	43
Total	1.288	1.008	1.097	1.070	1.341	1.254	1414
Alemanha	20	17	37	47	51	63	101
Angola	-	-	-	-	54	28	21
Argentina	7	3	5	5	14	4	36
Austrália/Nova Zelândia	-	1	3	1	-	-	-
Áustria	7	4	5	1	-	-	-
Bélgica	2	4	4	1	-	41	26
Bolívia	8	14	9	11	15	13	10
Bulgária	-	-	-	-	-	-	-
Canadá	2	5	52	63	55	55	1
Chile	3	3	-	1	7	65	64
China	3	3	4	2	4	9	6

Colômbia	1	-	3	1	_	23	-
Coréia	-	-	-	-	-	9	80
Costa Rica	-	4	1	-	-	-	-
Cuba	-	1	2	1	-	-	4
Dinamarca	1	3	-	1	-	-	-
Egito	4	1	_	-	-	-	-
Equador	-	-	3	2	9	-	10
Espanha	40	51	60	35	36	46	25
E.Unidos/Porto Rico	15	24	62	91	35	64	100
Finlândia	-	-	-	-	-	-	-
França	31	20	7	9	12	19	75
Grã-Bretanha	44	19	15	7	23	-	24
Grécia	-	-	3	5	8	-	17
Guatemala	-	2	-	-	-	-	5
Guiana Francesa	2	-	1	1	-	-	7
Guiana	-	1	1	2	-	-	-
Haiti	-	-	-	-	-	-	6
Holanda	6	13	7	4	9	10	47
Honduras	-	-	1	-	-	-	-
Hungria	5	3	1	3	12	-	12
Índia	-	-	-	-	-	-	3
Irlanda	1	-	_	33	-	-	5
Israel	-	-	-	1	-	-	5
Itália	73	63	100	191	199	131	154
lugoslávia	2	-	-	28	5	-	-
Japão	21	21	126	116	113	171	57
Lituânia	2	-	-	-	-	-	_
México	-	1	-	1	-	-	6
Moçambique	-	-	-	-	4	13	16
Nicarágua	-	-	1	-	-	-	-
Noruega	2	-	1	2	-	-	-
Panamá	-	_	2	1	-	-	-
Paquistão	-	-	-	1	-	-	7
Paraguai	-	-	1	2	7	-	19
Peru	5	2	1	2	34	-	7
Polônia	4	7	1	2	4	3	-
Portugal	508	385	338	240	275	362	215
Repúb. Dominicana	-	2	-	-	-	-	-
Romênia	15	5	1	1	3	-	-
Rússia	10	8	4	11	8	-	-
Salvador	-	1	-	-	3	8	-
Siri/Líban/Pales/Iraq/Aráb	415	294	208	112	116	41	65
Suécia	2	-	-	2	-	-	-
Suíça	-	1	-	-	-	15	12
Suriname	2	-	1	-	-	-	-
Tchecoslováquia	1	1	1	1	4	-	-
Turquia	3	1	-	-	-	-	-
Uruguai	1	2	2	-	-	-	42

Venezuela	3	-	3	3	-	-	37
Outros países A Central	6	-	-	-	-	-	-
Outros países Ásia	-	4	8	1	26	59	32
Outros países Europa	-	4	1	-	-	-	-
Outros países África	10	4	8	3	3	-	12
País ñ declarado	1	6	2	22	193	2	43
Total	1.288	1.008	1.096	1.070	1.341	1.254	1414

FONTE: IBGE. Censos de 1940 a 2000



Em todos os sete censos, o total de imigrantes manteve-se numa faixa de 1000 a 1414 com liderança de europeus (50%). Destes, o maior número foi de imigrantes portugueses, seguido de italianos, japoneses, norte-americanos e alemães.

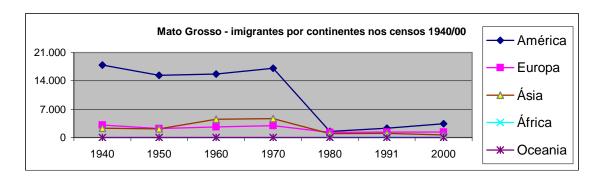
Imigrante por nacionalidade na Unidade Federativa do Mato Grosso

QUADRO 14 - POPULAÇÃO DO MATO GROSSO: TOTAL, NASCIDA NO BRASIL E NO EXTERIOR - CENSOS 1940 a 2000

Países de							
Naturalidade	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
População Total	432.265	522.044	910.262	1.597.009	1.138.918	2.027.231	2.502.260
Pop. Nasc. Brasil	409.058	502.291	885.908	1.572.072	113.512	2.022.418	2.496.779
Estrangeiros	23.207	19.753	24.354	24.937	3.906	4.813	5.481
	=						_
América	17.873	15.372	15.673	17.118	1.507	2.265	3.391
Europa	3.052	2.232	2.644	2.931	1.258	1.357	1.318
Ásia	2.262	2.124	4.526	4.696	915	1.036	635
África	13	12	11	23	79	155	66
Oceania	1	1	7	4	-	-	12
Sem decl. de país	6	12	1.493	165	147	-	59
Total	23.207	19.753	24.354	24.937	3.906	4.813	5.481

Alemanha	406	281	339	321	136	109	179
Angola	-	-	-	-	28	123	59
Argentina	1.277	936	516	438	71	115	181
Austrália/Nova Zelândia	1	1	7	4	-	-	12
Áustria	44	32	23	26	10	3	9
Bélgica	16	17	8	9	8	-	24
Bolívia	3.804	2.294	2.706	3.601	658	633	887
Bulgária	5	5	18	11	-	20	-
Canadá	7	6	9	9	3	-	_
Chile	7	9	15	18	27	63	78
China	1	-	3	23	92	39	45
Colômbia	16	6	8	6	-	6	55
Coréia	-	-	-	6	3	-	8
Costa Rica	-	-	-	1	-	-	
Cuba	1	1	_	1	4	_	-
	6	3	-	4	-	_	5
<u>Dinamarca</u> Egito	9	10	-	-	7	_	5
<u> </u>	2	-	4	_	-	_	20
Equador	353	257	366	576	195	174	
Espanha	63	79	107	212	86	72	118
E.Unidos/Porto Rico	-	-	-	-	-	-	228
Finlândia						40	-
França	79	45	67	52 22	73		56
Grã-Bretanha	26 61	14	11	43	13	21	9
Grécia	_	39	55	_	3	-	8
Guatemala	1	3	4	3	4	5	-
Guiana Francesa	5	-	- 10	2	92		-
Guiana	9	-	12		2	23	13
Haiti	7	3	-	- 40	-	-	-
Holanda 	-	8 -	3	18	28	19	16
Honduras				5	4		-
Hungria	39	35	23	26	26	3	
İndia	1	-	-	2	19	-	-
Irlanda	8	-	-	1	4	-	16
Israel	-	-	-	2	11	15	-
Itália	573	454	537	558	254	286	270
lugoslávia	13	11	37	17	4	6	16
Japão	1.127	1.172	3.589	3.466	474	595	417
Lituânia	38	-	-	-	-	-	-
México	3	4	4	3	4	-	12
Moçambique	-	-	-	-	17	22	-
Nicarágua	-	-	-	1	-	14	-
Noruega	2	5	6	5	-	-	-
Panamá	1	-	12	7	3	-	-
Paquistão	-	-	-	1	-	-	6
Paraguai	12.136	11.838	12.131	12.676	496	1.218	1.81
Peru	179	24	20	13	13	28	41

Polônia	112	85	24	40	29	10	17
Portugal	1.021	728	807	956	413	609	533
Repúb. Dominicana	2	1	4	5	4	5	-
Romênia	55	28	46	61	-	3	22
Rússia	134	120	189	116	23	15	-
Salvador	-	-	-	2	1	-	-
Síri/Líban/Pales/Iraq/Arábia	1.071	886	777	964	256	268	137
Suécia	6	4	-	7	6	-	-
Suíça	23	24	-	23	9	39	15
Suriname	-	-	-	-	ı	7	-
Tchecoslováquia	12	23	18	36	7	-	-
Turquia	56	48	91	37	8	14	22
Uruguai	275	167	104	86	36	76	61
Venezuela	4	1	8	18	ı	-	3
Outros países A Central	81	-	9	7	1	-	-
Outros países Ásia	6	18	66	195	52	105	-
Outros países Europa	13	14	67	3	17	-	5
Outros países África	4	2	11	23	27	10	7
País ñ declarado	6	12	1.493	165	147	-	59
Total	23.207	19.753	24.354	24.937	3.906	4.813	5.481



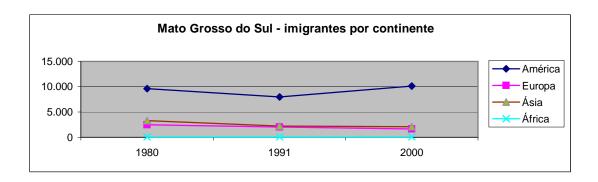
Desde o censo de 1940 os imigrantes do continente americano preponderam (média de 60%) e no censo de 2000 o crescimento foi de 49,71%. Destaque para os paraguaios (33,0%), bolivianos (16,18%), norte-americanos (4,18%). Do continente europeu e asiático destaque: portugueses (9,7%) e japoneses (7,6%).

Imigrante por nacionalidade na Unidade Federativa M. Grosso Sul

QUADRO 15 -POPULAÇÃO DO MATO GROSSO DO SUL:TOTAL, NAS-CIDA NO BRASIL E NO EXTERIOR - CENSOS 1940 a 2000

Países de	1 2000						
Naturalidade	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
População Total	238.640	309.395	579.652		1.369.769	1.780.373	2.074.877
População Fotal Pop. Nasc. Brasil				-			
	-	-	-	-	1.354.206		2.060.877
Estrangeiros	-	-	-	-	15.563	12.370	14.000
					0.000	0.000	
América	-	-	-	-	9.633	8.002	10.147
Europa	-	-	-	-	2.484	2.004	1.635
Ásia	-	-	-	-	3.273	2.233	2.094
África	-	-	-	-	72	88	76
Oceania	-	-	-	-	4	-	-
Sem decl. de país	-	-	-	-	97	43	48
Total	-	-	-	-	15.563	12.370	14.000
	1	1	1	1	1	1	1
Alemanha	-	-	-	-	200	85	64
Angola	-	-	-	-	14	82	44
Argentina	-	-	-	-	349	297	265
Austrália/Nova Zelândia	-	-7	-	-	4	-	-
Áustria	-	-	-	-	20	20	8
Bélgica	-	-	-	-	-	11	-
Bolívia	-	-	-	-	1728	1728	1873
Bulgária	-	-	-	-	12	-	-
Canadá	-	-	-	-	8	-	14
Chile	-	-	-	-	39	73	61
China	-	-	-	-	26	38	64
Colômbia	-	-	-	-	-	8	
Coréia	-	-	-	-	4	33	63
Costa Rica	-	-	-	-	-	-	-
Cuba	-	-	-	-	-	-	-
Dinamarca	-	-	-	-	-	-	-
Egito	-	-	-	-	4	-	-
Equador	-	-	-	-	334	15	7
Espanha	-	-	-	-	73	293	207
E.Unidos/Porto Rico	-	-	-	-	-	46	140
Finlândia	-	-	-	-	-	-	-
França	-	-	-	-	42	16	30
Grã-Bretanha	-	-	-	-	12	-	10
Grécia	-	-	-	-	47	7	-
Guatemala	-	-	-	-	-	-	-
Guiana Francesa	-	-	-	-	97	-	-
Guiana	-	-	-	-	3	-	-
Haiti	-	-	-	-	11	-	-

Holanda	_	_	_	_	27	39	28
Honduras	-	-	-	-	4	-	-
Hungria	-	-	-	-	29	23	-
Índia	-	-	-	-	-	-	5
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-
Israel	-	-	-	-	28	10	-
Itália	-	-	-	-	500	440	285
lugoslávia	-	-	-	-	27	8	19
Japão	-	-	-	-	2.501	1.695	1.397
Lituânia	-	-	-	-	-	-	-
México	-	-	-	-	4	28	-
Moçambique	-	-	-	-	-	-	4
Nicarágua	-	-	-	-	8	-	9
Noruega	-		-	•	-	•	-
Panamá	-	-	-	-	4	-	-
Paquistão	-		-	•	4	-	-
Paraguai	-		-	•	7.160	5.666	7629
Peru	•		-	•	15	58	98
Polônia	-	-	-	-	42	54	15
Portugal	-	-	-	-	994	937	928
Repúb. Dominicana	-	-	-	-	16	53	5
Romênia	-	-	-	-	77	-	-
Rússia	-	-	-	-	60	37	25
Salvador	-	-	-	-	-	-	-
Síri/Líban/Pales/Iraq/Aráb	-	-	-	-	580	306	549
Suécia	-	-	-	-	-	14	-
Suíça	-	-	-	-	4	-	9
Suriname	-	-	-	-	-	-	
Tchecoslováquia	-	-	-	-	15	20	7
Turquia	-	-	-	-	31	10	6
Uruguai	-	-	-	-	100	30	40
Venezuela	-	-	-	-	2	-	6
Outros países A Central	-	-	-	-	12	-	-
Outros países Ásia	-	-	-	-	99	141	10
Outros países Europa	-	-	-	-	42	-	-
Outros países África	-	-	-	-	54	6	28
País ñ declarado	-	-	-	-	97	43	48
Total	-	-	-	-	15.563	12.370	14.000



Percebe-se que, em torno de dois terços (71,42%) de imigrantes procedem do continente americano, sendo que no censo de 2000, 54,49% eram paraguaios e 13,37%, bolivianos. Dos demais continentes merecem destaque os japoneses com 9,97% e portugueses com 6,62%. Na década de 1990 a taxa de crescimento de imigrantes americanos foi de 27,65%.

Imigrante por nacionalidade na Unidade Federativa de Minas Gerais

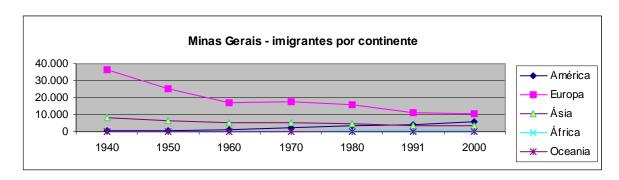
QUADRO 16 - POPULAÇÃO DE MINAS: TOTAL, NASCIDA NO BRASIL E NO EXTERIOR – CENSOS 1940 a 2000

	110 1211	LINION	CLINO	CENSOS 1740 a 2000						
Países de Naturalidade	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000			
População Total	6.763.368	7.782.188	9.960.040	11.485.663	13.380.105	15.743.152	17.866.402			
Pop. Nasc. Brasil	6.717.822	7.749.292	9.934.719	11.460.342	13.354.740	15.723.522	17.845.380			
Estrangeiros	45.546	32.896	32.285	25.321	25.365	19.630	21.022			
	_									
América	803	782	1.394	2.131	3.789	3.994	6.156			
Europa	36.416	25.223	16.773	17.455	15.800	11.287	10.780			
Ásia	8.205	6.723	5.399	5.357	4.889	3.410	3.255			
África	86	64	104	116	592	808	704			
Oceania	8	11	51	39	53	72	39			
Sem decl. de país	28	93	8.564	223	242	59	88			
Total	45.546	32.896	32.285	25.321	25.365	19.630	21.022			
Alemanha	1.908	1.532	1.615	1.321	1.174	768	838			
Angola	-	-	-	-	251	520	294			
Argentina	263	247	219	279	848	609	985			
Austrália/Nova Zelândia	8	11	51	39	53	72	39			
Áustria	488	428	353	329	227	185	124			
Bélgica	184	226	140	131	156	69	100			
Bolívia	15	53	144	194	345	430	551			
Bulgária	26	24	8	30	44	-	12			
Canadá	14	23	56	65	33	114	131			
Chile	9	15	-	29	698	778	698			
China	20	7	28	224	264	143	431			
Colômbia	3	2	50	31	73	66	162			
Coréia	-	-	-	12	34	16	164			

Costa Rica	-	1	8	22	32	8	19
Cuba	16	14	-	17	17	32	136
Dinamarca	32	48	-	33	22	38	8
Egito	21	28	-	i	38	41	86
Equador	1	5	8	39	57	70	118
Espanha	3.205	2.126	1.052	1.996	1.700	1.068	1.337
E.Unidos/Porto Rico	160	237	508	620	740	947	2.197
Finlândia	3	11	-	16	8	7	12
França	322	364	278	367	370	405	259
Grã-Bretanha	307	163	312	157	161	84	387
Grécia	32	39	249	183	169	90	169
Guatemala	-	-	8	14	16	7	40
Guiana Francesa	3	6	4	12	16	-	-
Guiana	5	2	-	13	7	-	10
Haiti	1	-	4	4	4	-	_
Holanda	322	387	526	502	500	433	330
Honduras	-	2	-	11	16	17	10
Hungria	99	125	232	179	144	127	57
Índia	2	-	-	4	53	22	10
Irlanda	7	-	-	111	28	12	11
Israel	-	-	-	68	70	46	22
Itália	18.788	11.704	5.936	5.227	4.010	2.359	2.412
lugoslávia	64	149	183	310	134	106	38
Japão	886	917	1065	1.406	1.923	1.244	1.087
Lituânia	47	-	-	-	-	-	15
México	22	20	22	22	44	62	32
Moçambique	-	-	-	-	101	-	85
Nicarágua	2	4	20	377	106	29	68
Noruega	4	9	4	11	8	-	10
Panamá	1	3	35	55	64	57	45
Paquistão	-	-	-	9	-	-	-
Paraguai	33	23	64	69	243	195	322
Peru	6	5	112	79	142	282	280
Polônia	496	531	339	433	234	227	138
Portugal	9.290	6.472	4.689	5.156	5.986	4.794	4.039
Repúb. Dominicana	5	-	-	8	17	15	9
Romênia	168	200	136	186	143	127	66
Rússia	355	455	308	291	198	106	84
Salvador	-	3	8	13	29	13	46
Síri/Líban/Pales/Irag/Aráb	7.059	5.548	3.998	3.468	2.408	1.717	1.439
Suécia	17	15	-	134	77	31	28
Suíça	118	113	-	163	144	120	152
Suriname	3	-	-	3	4	101	-
Tchecoslováquia	63	93	89	105	89	-	29
Turquia	226	134	73	69	24	14	- 29
Uruguai	90	108	89	106	181	195	33
	8	5	7	37	32	111	
Venezuela	143	4	28	12	25	19	252

País ñ declarado Total	28	93	8.564(*) 32.285	223	242	59	88 21.022
Outros países África	65	36	104	116	202	185	239
Outros países Europa	71	9	324	84	74	30	125
Outros países Ásia	12	117	235	97	113	208	102

^(*) No item "País não declarado", Censo 1960, estão inclusos os naturalizados, sem descriminação por etnia.



O maior fluxo migratório internacional para Minas sempre foi de europeus. Hoje, destacam-se os portugueses (4.039), italianos (2.412), norte-americanos (2.197), sírios/libaneses (1.439), espanhóis (1.337) e japoneses (1.087). Notase, contudo, que a partir do censo de 1970, a imigração de hispano-latina cresceu. Na década de 1990. o crescimento foi de 54,13%.

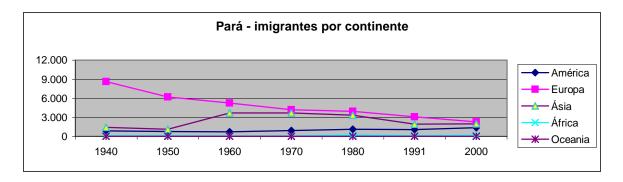
Imigrante por nacionalidade na Unidade Federativa do Pará

QUADRO 17 - POPULAÇÃO DO PARÁ: TOTAL, NASCIDA NO BRASIL E NO EXTERIOR – CENSOS 1940 a 2000

Países de Naturalidade	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
População Total	944.644	1.123.273	1.550.935	2.166.998	3.403.498	4.950.060	6.189.550
Pop. Nasc. Brasil	933.570	1.115.058	1.541.212	2.158.132	3.394.777	4.943.839	6.183.736
Estrangeiros	11.074	8.215	9.723	8.866	8.721	6.221	5.814
	3						
América	850	764	702	884	1.124	1.080	1.373
Europa	8.642	6.218	5.245	4.160	3.946	3.074	2.284
Ásia	1.399	1.128	3.677	3.661	3.336	1.940	1.943
África	123	92	71	37	180	104	144
Oceania	3	1	11	9	-	-	0
Sem decl. de país	9	12	17	115	135	21	70
Total	11.074	8.215	9.723	8.866	8.721	6.219	5.814
	='						
Alemanha	194	132	136	120	125	105	69
Angola	-	-	-	-	62	33	80
Argentina	14	15	27	34	66	54	66
Austrália/Nova Zelândia	3	1	11	9	-	-	•

Áustria	15	19	10	13	19	33	-
Bélgica	7	4	4	5	31	48	10
Bolívia	78	70	133	63	144	98	126
Bulgária	-	1	3	1	4	13	-
Canadá	8	10	33	16	11	35	31
Chile	3	1	7	2	120	26	65
China	2	2	-	6	18	72	18
Colômbia	20	14	16	25	37	67	94
Coréia	-	-	-	2	36	30	-
Costa Rica	-	1	3	5	2	33	-
Cuba	14	13	7	11	3	-	24
Dinamarca	5	4	-	3	-	-	-
Egito	8	10	-	-	7	7	-
Equador	5	3	1	4	4	-	-
Espanha	1.141	837	545	312	281	253	51
E.Unidos/Porto Rico	88	283	279	433	315	187	323
Finlândia	3	5	-	3	29	-	-
França	161	84	59	69	64	224	119
Grã-Bretanha	323	133	59	64	23	69	18
Grécia	10	6	26	24	19	-	-
Guatemala	-	2	-	-	-	-	-
Guiana Francesa	50	30	11	8	51	109	83
Guiana	111	64	22	15	16	25	63
Haiti	-	-	-	-	4	-	-
Holanda	40	30	60	62	52	29	96
Honduras	-	-	-	1	7	24	9
Hungria	12	15	14	8	13	8	-
Índia	1	-	-	-	-	10	19
Irlanda	3	-	-	3	11	-	-
Israel	-	-	-	15	7	-	-
Itália	584	405	418	363	435	231	353
lugoslávia	4	2	3	10	6	16	-
Japão	467	421	3.179	3.349	3.046	1.704	1.789
Lituânia	6	-	-	-	-	-	-
México	3	1	5	6	3	7	-
Moçambique	-	-	-	-	19	-	7
Nicarágua	-	2	5	-	7	-	-
Noruega	36	3	-	2	12	-	-
Panamá	-	2	-	-	16	14	26
Paquistão	-	-	-	-	-	-	-
Paraguai	3	3	24	7	52	85	100
Peru	220	139	91	91	79	120	189
Polônia	48	30	17	17	26	81	-
Portugal	5.970	4.438	3.831	3.030	2.702	1.946	1.526
Repúb. Dominicana	-	2	-	31	-	-	-
Romênia	12	1	3	5	15	9	-
Rússia	35	31	18	16	8	-	10
Salvador	-	1	-	26	56	-	-

Total	11.074	8.215	9.723	8.866	8.721	6.219	5814
País ñ declarado	9	12	17	115	135	21	70
Outros países África	167	82	71	37	92	64	57
Outros países Europa	7	2	23	3	36	-	16
Outros países Ásia	3	10	32	7	21	43	-
Outros países A Central	164	43	10	43	4	7	-
Venezuela	15	4	14	33	106	60	47
Uruguai	4	30	6	8	10	65	18
Turquia	28	23	10	2	-	-	-
Tchecoslováquia	5	11	16	3	4	-	-
Suriname	50	31	8	20	11	64	109
Suíça	19	23	-	24	15	9	16
Suécia	2	2	-	2	16	-	-
Síri/Líban/Pales/Iraq/Aráb	894	672	456	280	208	81	117



Do primeiro censo (1940) ao último (2000) nota-se uma queda de 47,49% do fluxo migratório internacional para o Estado do Pará. Há um crescimento dos que procedem do continente americano, que na última década foi de 27,12%. O maior número de imigrantes são japoneses (1789), portugueses (1526), italianos (353) e norte-americanos (323).

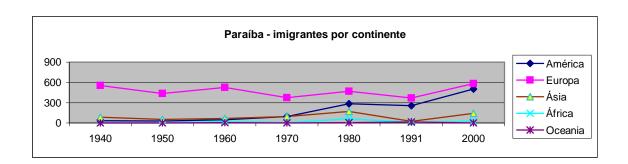
Imigrante por nacionalidade na Unidade Federativa da Paraíba

QUADRO 18 - POPULAÇÃO DA PARAÍBA: TOTAL, NASCIDA NO BRASIL E NO EXTERIOR - CENSOS 1940 a 2000

Países de Naturalidade	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
População Total	1.422.282	1.713.259	2.018.023	2.382.463	2.770.346	3.201.114	3.439.344
Pop. Nasc. Brasil	1.421.611	1.712.743	2.017.279	2.381.871	2.765.867	3.200.432	3.438.062
Estrangeiros	671	516	744	592	1.179	682	1.282
	-						
América	33	27	46	93	285	256	501
Europa	552	434	527	373	470	369	584
Ásia	83	50	66	96	172	25	143

África	2	1	24	5	60	11	26
Oceania	-	-	4	-	4	12	-
Sem decl. de país	1	4	77	25	188	9	28
Total	671	516	744	592	1.179	682	1.282
Alemanha	114	115	64	62	55	53	77
Angola	-	-	-	-	48	11	9
Argentina	8	4	26	11	56	-	72
Austrália/Nova Zelândia	-	-	4		4	12	-
Áustria	15	12		2	12		-
Bélgica	2	1	4	13	33	15	8
Bolívia	2	1	-	9	16	22	55
Bulgária	-	1	-	-	-	-	-
Canadá	-	7	-	2	19	18	32
Chile	2	-	-	1	36	29	102
China	5	1	-	8	-	-	43
Colômbia	1	1	-	3	-	8	-
Coréia	-	-	-	-	-	-	-
Costa Rica	-	-	-	1	-	-	-
Cuba	-	1	-	1	-	-	12
Dinamarca	2	2	-	1	-	-	
Egito	1	1	-		4	-	5
Equador	-	-	-	-	4	-	6
Espanha	8	15	28	18	20	6	23
E.Unidos/Porto Rico	7	12	8	44	38	71	46
Finlândia	1	1	-	-	-	-	-
França	37	22	28	24	44	12	20
Grã-Bretanha	6	10	18	4	18	-	33
Grécia	-	-	-	8	20	-	15
Guatemala	-	-	-	-	-	-	-
Guiana Francesa	-	-	-	-	4	-	-
Guiana	-	-	-	-	14	-	-
Haiti	-	-		1		-	-
Holanda	7	3	40	74	35	88	50
Honduras			-		4	10	-
Hungria	8	1	-	8	-	-	-
Índia	-	-	-	1	58	18	61
Irlanda	-	-	-	-	-	-	18
Israel	-	-	-	4	3	-	-
Itália	130	106	107	60	70	54	97
lugoslávia	1	-	-	-	-	-	-
Japão	23	4	42	52	75	7	20
Lituânia	1	-	-			-	-
México	1	-	-	1	4	-	10
Moçambique	-	-	-	-		-	-
Nicarágua	-	-	-	-	4	-	-
Noruega	3	2	77	3	-	-	18

Panamá	-	-	-	-	5	9	6
Paquistão	-	-	-	-	-	-	-
Paraguai	1	-	4	2	8	-	7
Peru	5	1	4	7	28	69	125
Polônia	17	11	7	3	-	8	-
Portugal	117	97	118	78	144	109	210
Repúb. Dominicana	1	-	-	1	-	-	-
Romênia	27	8	4	2	-	-	-
Rússia	41	12	12	4	9	4	-
Salvador	-	-	-	1	25	13	-
Síri/Líban/Pales/Iraq/Aráb	50	31	20	14	20	-	11
Suécia	-	-	-	-	-	-	-
Suíça	12	12	-	3	7	20	8
Suriname	-	-	-	3	-	-	18
Tchecoslováquia	-	3	-	5	-	-	7
Turquia	3	2	-	-	-	-	-
Uruguai	1	-	4	1	12	7	10
Venezuela	1	-	-	1	-	-	-
Outros países A Central	3	-	-	3	8	-	-
Outros países Ásia	2	12	4	17	16	-	8
Outros países Europa	3	-	20	1	3	-	-
Outros países África	1	-	24	5	8	-	12
País ñ declarado	1	4	77	25	188	9	28
Total	671	516	744	592	1.179	682	1.282



Os dados revelam um lento crescimento de imigrantes na Paraíba. Tomando a década de 1990, o crescimento dos oriundos do continente americano foi de 95,7%, do europeu, 58,26%, do asiático, 472% e do africano foi de 136,36%.

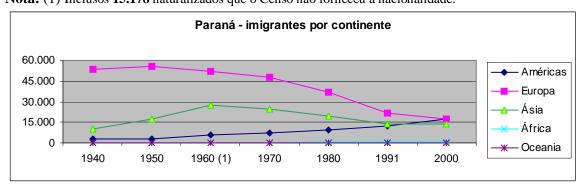
Imigrante por nacionalidade na unidade federativa do Paraná

QUADRO 19 - POPULAÇÃO DO PARANÁ: TOTAL, NASCIDA NO BRASIL E NO EXTERIOR - CENSOS 1940 a 2000

E NO EXTERIOR - CENSOS 1940 a 2000										
Países de Naturalidade	1940	1950	1960 (1)	1970	1980	1991	2000			
População Total	1.236.276	2.115.547	4.263.721	6.997.682	7.749.752	8.443.299	9.956.496			
Pop. Nasc. Brasil	1.169.623	2.038.955	4.162.766	6.917.185	7.683.567	8.395.075	9.906.834			
Estrangeiros	66.653	76.592	100.955	80.497	66.185	48.224	49.662			
Américas	2.932	2.732	5.571	7.141	9.261	12.265	17.311			
Europa	53.683	55.965	51.724	47.667	36.515	21.705	17.450			
Ásia	9.960	17.345	27.795	24.571	19.246	13.617	13.793			
África	42	67	198	211	810	520	931			
Oceania	5	44	273	49	40	34	61			
Sem decl. de país	31	439	15.394 (1)	858	313	83	116			
Total	66.653	76.592	100.955	80.497	66.185	48.224	49.662			
	<u> </u>		•	•	•	•	•			
Alemanha	7.658	7.190	6.796	6.272	4.879	2.772	2.083			
Angola	-	-	-	-	320	200	423			
Argentina	951	1.069	1.209	1.559	2.255	2.720	2.927			
Áustria	6.859	3.179	1.722	1.529	974	417	430			
Bélgica	35	45	93	103	168	38	90			
Bolívia	4	26	139	197	379	590	415			
Bulgária	31	17	58	76	51	41	23			
Canadá	8	14	36	172	47	58	92			
Chile	19	17	53	153	703	1.358	1.052			
China	15	40	724	373	386	578	1.478			
Colômbia	4	5	26	26	40	69	159			
Coréia	-	-	-	163	93	60	110			
Costa Rica	-	-	6	11	30	21	11			
Cuba	4	3	31	14	15	11	51			
Dinamarca	40	56	-	54	47	37	40			
Egito	20	19	-	-	58	75	54			
Equador	1	5	71	16	19	17	43			
Espanha	3.708	6.683	7.653	7.343	5.058	2.687	1.784			
E.Unidos/Porto Rico	131	195	367	492	590	439	582			
Finlândia	10	41	-	22	24	16	-			
França	231	314	336	364	357	251	482			
Grã-Bretanha	174	114	125	100	98	56	137			
Grécia	58	73	151	197	127	111	68			
Guatemala	-	4	13	19	-	-	-			
Guiana Francesa	-	-	24	4	56	239	-			
Guiana Inglesa	3	1	5	29	6	-	-			
Haiti	-	3	31	24	21	-	-			
Holanda	327	444	1.188	922	663	443	601			
Honduras	-	2	-	26	15	17	-			
Hungria	506	382	390	418	326	139	88			
Índia	4	-	-	46	40	74	72			
Irlanda	242	-	-	28	10	-	-			

Israel			-	76	135	63	33
Itália	8.389	10.276	8.850	7.523	4.742	2.973	2.010
lugoslávia	499	729	2.160	1358	1139	984	554
Japão	8039	15.393	23.979	20.644	15.771	9.961	7.994
Lituânia	498	-		-	-	-	101
México	5	11	48	19	12	21	26
Moçambique	-	-		-	106	132	213
Nicarágua	7	-	34	55	24	36	37
Noruega	13	12	11	43	7	-	14
Oceania (Austrália)	5	44	273	49	40	34	61
Panamá	-	1	192	13	32	30	-
Paquistão	-	-	-	18	4	-	-
Paraguai	1360	1.195	2.855	3542	4202	5.593	10.621
Peru	10	11	120	60	186	205	412
Polônia	14.392	12.978	7.080	6.913	5.079	2.103	1.445
Portugal	3.452	4.615	8.273	9.120	9.117	6.628	6.036
Repúb. Dominicana	1	1	13	37	7	-	-
Romênia	478	677	658	623	561	465	92
Rússia	5.346	7.442	5.190	3.943	2.370	1266	422
Salvador	-	1	19	237	20	16	14
Síri/Líban/Pales/Iraq/Aráb	1.810	1.829	2.755	2.949	2465	2456	3.882
Suécia	46	43	-	66	108	10	85
Suíça	436	395	-	357	302	161	155
Suriname	2	4	43	21	4	-	-
Tchecoslováquia	169	248	290	237	189	103	97
Turquia	83	39	43	54	30	26	39
Uruguai	127	151	173	302	546	759	814
Venezuela	7	4	45	90	40	35	55
Outros países A Central	287	9	18	23	12	31	-
Outros países Ásia	10	44	294	248	322	399	185
Outros países Europa	86	12	700	56	119	3	613
Outros países África	22	48	198	211	326	113	241
País ñ declarado	31	439	15.394 (1)	858	313	84	116
Total	66.653	76.592	100.955	80.497	66.185	48.224	49.662

FONTE: IBGE. Censos demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000 **Nota:** (1) Inclusos **15.178** naturalizados que o Censo não forneceu a nacionalidade.



O Quadro 19 sinaliza:

Quanto ao número de estrangeiros, observa-se um expressivo ingresso de imigrantes na década de 1950/60. Em relação a 1940, houve um crescimento percentual de 48,53%.

Na relação 2000 à 1940 houve uma queda de 25,59%. Na década de 1990, somente a imigração da América apresentou um crescimento significativo, de 41,11%; a dos demais continentes, como o europeu, teve crescimento foi negativo (-19,6%).

Quanto à procedência por continente, em 1940, havia uma diversidade de nacionalidades com relativa expressão: poloneses (21,5%); italianos (12,55%); japoneses (12,06%); alemães (11,48%); austríacos (10,29%); russos (8,02); espanhóis (5,56%) e portugueses (5,17%).

Já no censo de 2000, preponderam paraguaios (21,14%); japoneses (16,12%); portugueses (12,17%); árabes (7,82%); argentinos (5,9%); italianos, alemães e espanhóis com percentual abaixo de 4,2%.

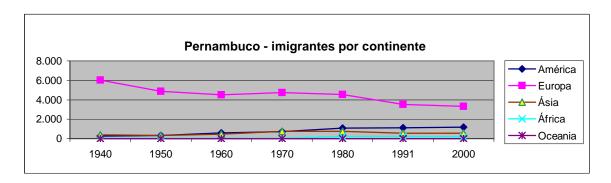
Imigrante por nacionalidade na Unidade Federativa de Pernambuco

QUADRO 20 - POPULAÇÃO DE PERNAMBUCO: TOTAL, NASCIDA NO BRASIL E NO EXTERIOR CENSOS 1940 a 2000

-							
Países de Naturalidade	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
População Total	2.688.240	3.395.766	4.138.289	5.161.866	6.143.503	7.127.855	7.911.937
Pop. Nasc. Brasil	2.681.518	3.390.179	4.131.829	5.155.480	6.136.660	7.122.384	7.906.605
Estrangeiros	6.722	5.587	6.460	6.386	6.843	5.471	5.332
	-						
América	257	327	582	721	1.082	1.110	1.172
Europa	6.014	4.856	4.519	4.751	4.527	3.508	3.332
Ásia	404	338	450	749	749	573	575
África	33	19	39	45	244	218	184
Oceania	-	4	8	6	-	10	8
Sem decl. de país	14	43	862	114	241	18	61
Total	6.722	5.587	6.460	6.386	6.843	5.471	5.332
	-						
Alemanha	622	500	416	510	356	258	401
Angola	-	-	-	-	132	157	26
Argentina	71	69	40	47	132	184	187
Austrália/Nova Zelândia	-	4	8	6	-	10	8
Áustria	76	52	31	45	32	15	25

Bélgica	57	35	4	35	52	34	23
Bolívia	6	9	20	36	72	86	29
Bulgária	1	1	-	2	-	-	-
Canadá	1	6	-	37	42	6	39
Chile	8	5	23	22	140	83	138
China	61	33	60	98	179	352	166
Colômbia	-	1	4	16	-	56	52
Coréia	-	-	-	16	20	-	41
Costa Rica	-	_	4	-	33	10	11
Cuba	5	5	28	20	15	34	31
Dinamarca	17	8	-	4	-	-	_
Egito	5	9	-	-	28	15	6
Equador	-	1	16	10	8	14	10
Espanha	226	187	299	249	237	149	129
E.Unidos/Porto Rico	86	183	352	398	288	284	361
Finlândia		1		4	4	15	
França	168	128	146	158	171	168	180
Grã-Bretanha	263	248	144	109	36	58	143
Grécia	23	15	24	52	36	24	30
Guatemala	-	1	12	3	8	20	-
Guiana Francesa	2	-	-	-	13	-	-
Guiana	3	2	-	-	-	-	-
Haiti	-	1	-	2	-	-	-
Holanda	69	73	137	101	107	99	77
Honduras	-	1	-	9	19	36	22
Hungria	17	28	20	23	32	59	22
Índia	2	-	-	9	7	4	61
Irlanda	5	_	-	1		12	13
Israel		_	-	35	43	6	26
Itália	599	523	592	639	545	484	466
lugoslávia	2	5	12	13	15	4	
Japão	24	12	228	403	322	166	242
Lituânia	9		-				-
México	7	6	-	9	4	29	-
Moçambique			-		24		50
Nicarágua	1		4	1		5	19
Noruega	5	7	16	3	9		
Panamá	-	-	-	8	28	50	15
Paquistão	-	-	-	6	-	9	-
Paraguai	8	1	7	16	50	77	51
Peru	21	27	44	51	104	52	159
Polônia	142	133	43	71	55	18	27
Portugal	3.039	2.308	2.408	2.402	2.572	1.974	1551
Repúb. Dominicana	-	-	-	1	4	-	-
Romênia	259	267	87	130	81	20	42
Rússia	272	250	66	107	95	19	35
Salvador			4	1	26	20	31

Síri/Líban/Pales/Iraq/Aráb	279	150	55	73	88	24	39
Suécia	10	9	-	12	-	-	9
Suíça	69	54	-	67	58	65	139
Suriname	-	-	4	-	-	11	-
Tchecoslováquia	57	22	11	12	21	33	13
Turquia	32	24	28	12	15	-	-
Uruguai	11	7	16	21	34	29	7
Venezuela	4	1	8	8	62	5	
Outros países A Central	23	1	-	5	-	19	10
Outros países Ásia	6	119	79	105	75	46	-
Outros países Europa	7	2	59	2	13	-	7
Outros países África	28	10	39	45	60	46	102
País ñ declarado	14	43	862	106	241	18	61
Total	6.722	5.587	6.460	6.386	6.843	5.471	5332



O fluxo migratório nos últimos 60 anos manteve-se estável em Pernambuco com maior presença de europeus. No censo de 2000, eram 62,4%, seguidos do continente americano, com 21,9%. Os portugueses lideravam em números absolutos (1.551), seguidos pelos italianos (466), alemães (401), norte-americanos (361) e japoneses (242).

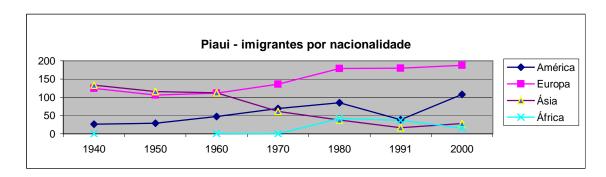
Imigrante por nacionalidade na Unidade Federativa do Piauí

QUADRO 21 - POPULAÇÃO DO PIAUÍ: TOTAL, NASCIDA NO BRASIL E NO EXTERIOR - CENSOS 1940 a 2000

Países de Naturalidade	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
População Total	817.601	1.045.696	1.263.368	1.680.573	2.139.196	2.582.137	2.841.202
Pop. Nasc. Brasil	817.316	1.045.438	1.263.095	1.680.303	2.138.838	2.581.854	2.840.849
Estrangeiros	285	258	273	270	358	283	353
_							
América	26	29	47	69	85	39	108
Europa	125	106	111	136	179	180	188
Ásia	133	116	112	61	38	17	28
África	-		1	-	42	37	16

Oceania	-	-	-	-	-	-	-
Sem decl. de país	1	6	1	4	14	10	13
Total	285	257	272	270	358	283	353
Alemanha	15	5	12	28	19	57	32
Angola	-	-	-	-	42	7	16
Argentina	6	2	4	5	13	-	5
Austrália/Nova Zelândia	-	-	-	-	-	-	-
Áustria	10	2	2	3	-	-	5
Bélgica	1	-	-	-	-	-	-
Bolívia	1	6	-	1	19	-	9
Bulgária	-	-	-	-	-	-	-
Canadá	-	-	1	1	-	-	-
Chile	-	1	-	-	-	-	12
China	1	1	1		-	-	-
Colômbia	1	-	-	2	-	17	-
Coréia	-	-	-	1	-	-	-
Costa Rica	-	-	-	-	-	-	-
Cuba	-	-	-	-	-	-	9
Dinamarca	-	-	-	-	4	-	-
Egito	-	-	-	-	-	-	-
Equador	-	-	-	-	-	-	8
Espanha	11	23	18	32	33	37	43
E.Unidos/Porto Rico	7	16	35	56	45	22	24
Finlândia	-	-	-	-	-	-	-
França	5	5	5	2	9	6	-
Grã-Bretanha	3	4	9	1	-	-	-
Grécia	-	-	5	1	5	10	-
Guatemala	-	-	-	-	-	-	-
Guiana Francesa	1	2	-	-	-	-	-
Guiana	-	-	-	-	-	-	-
Haiti	-	-	-	-	-	-	-
Holanda	1	-	-	1	-	-	-
Honduras	-	-	-	-	-	-	-
Hungria	1	-	-	1	4	-	-
Índia	-	-	-	-	-	-	-
Irlanda	2	-	-	6	15	-	5
Israel	-	-	-	1	3	-	-
Itália	23	23	18	20	40	13	45
lugoslávia	-	-	-	-	-	-	-
Japão	-	-	21	5	10	17	20
Lituânia	-	-	-	-	-	-	-
México	1	-	-	-	4	-	11
Moçambique	-	-	-	-	-	6	-
Nicarágua	-	-	-	-	-	-	-
Noruega	-	-	-	-	-	-	-
Panamá	-	1	-	-	-	-	-

Paquistão	-	_	-	-	_	-	-
Paraguai	-	1	1	2	-	-	10
Peru	2	-	3	1	-	-	10
Polônia	3	2	3	2	-	23	-
Portugal	38	40	37	29	44	34	58
Repúb. Dominicana					-	-	-
Romênia	8	1	1	1	-	-	-
Rússia	2	1	1	2	4	-	-
Salvador		-	1		4	-	-
Síri/Líban/Pales/Iraq/Aráb	129	111	88	53	20	-	8
Suécia		-	-	1	-	-	-
Suíça	2	1	-	6	-	-	-
Suriname	-	-	-	-	-	-	-
Tchecoslováquia	-	-	-	-	-	-	-
Turquia	2	2	-	-	-	-	
Uruguai	2	-	2	-	-	-	10
Venezuela	•	•	-	1	-	-	-
Outros países A Central	5	-	-	-	-	-	-
Outros países Ásia	1	2	2	1	5	-	-
Outros países Europa	-	1			2	-	-
Outros países África	-	1	3			24	-
País ñ declarado	1	6	1	4	14	10	13
Total	285	258	274	270	358	283	353



O número de imigrantes no Piauí aparece com pouca expressividade, não ultrapassando a 400 pessoas. No Censo de 2000 nota-se o crescimento de latinos, embora portugueses, italianos e espanhóis mantenham-se na liderança.

Imigrante por nacionalidade na Unidade Federativa do Rio de Janeiro

QUADRO 22 - POPULAÇÃO DO RIO DE JANEIRO(1): TOTAL, NASCIDA NO BRASIL E NO EXTERIOR - CENSOS 1940 a 2000

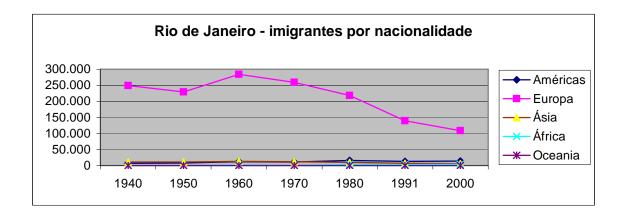
1940 a 2000										
Países de Naturalidade	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000			
População Total	3.611.998	4.674.645	5.612.946	8.998.857	11.291520	12.807.706	14.391.282			
Pop. Nasc. Brasil	3.344.631	4.425.796	5.296.087	8715.115	11.042.185	12.643.885	14.258.261			
Estrangeiros	267.367	248.849	316.859	283.742	249.335	163.806	133.101			
Américas	6.630	7.993	12.424	11.284	15.523	13.219	13.932			
Europa	248.763	229.015	283.727	258.684	218.544	139.827	108.909			
Ásia	11.126	11.005	12.549	11.636	10.399	6.582	5.928			
África	525	640	1.858	1.442	3.726	3.080	4.111			
Oceania	33	55	450	96	82	59	54			
País não declarado	290	141	5.851 (2)	600	1.061	1.039	167			
Total	267.367	248.849	316.859	283.742	249.335	163.806	133.101			
		•								
Alemanha	10.804	10.142	8.897	7.204	6.287	3.198	2.255			
Angola	-	-	-	-	1.462	1.149	2.100			
Argentina	1.749	1.763	3.333	2.405	4.106	3.956	3.636			
Áustria	1.937	2.250	1.678	1.423	1.225	622	455			
Bélgica	561	641	658	480	531	300	242			
Bolívia	94	259	743	1.096	1.512	1.297	1.345			
Bulgária	22	66	122	93	78	23	29			
Canadá	74	150	204	169	246	150	120			
Chile	156	447	483	500	2.035	1.675	1.442			
China	263	443	1.011	788	1.245	1.233	1.462			
Colômbia	47	148	169	253	307	386	773			
Coréia	-	-	-	64	123	50	157			
Costa Rica	-	18	35	50	86	40	42			
Cuba	96	105	172	139	133	143	213			
Dinamarca	189	248	-	223	232	99	65			
Egito	166	300	-	-	1.076	739	509			
Equador	8	28	101	134	196	51	338			
Espanha	14.846	12.887	21.186	18.111	14.787	9.422	7.784			
E.Unidos/Porto Rico	1.544	3.093	3.918	3.208	3.043	1.934	2.475			
Finlândia	101	188	-	138	128	3.131	51			
França	3.119	3.303	3.432	2.864	3.057	2.264	1.945			
Grã-Bretanha	1.872	1.917	1.846	1.526	1.339	1.137	956			
Grécia	205	468	1.271	892	549	449	203			
Guatemala	-	21	38	39	27	17	23			
Guiana Francesa	-	5	56	33	51	18	5			
Guiana Inglesa	-	54	46	43	28	43	37			
Haiti	-	7	38	31	23	7	8			
Holanda	340	487	862	715	579	369	281			
Honduras	-	3	31	32	11	114	-			
Hungria	1.077	1.737	1.613	1.259	981	558	421			
Índia	35	-	-	66	180	61	95			

Irlanda	57	-	-	66	91	40	-
Israel	-	-	-	787	551	368	367
Itália	22.638	21.263	23.540	18.856	15.015	9.914	7.916
lugoslávia	260	525	722	652	527	384	155
Japão	911	1.478	2.819	2.831	3.949	1.809	1.800
Lituânia	499	-	-	-	-	-	60
México	76	111	132	134	142	103	156
Moçambique	-	-	-	-	399	365	389
Nicarágua	29	9	68	59	89	47	102
Noruega	82	148	293	115	147	26	26
Oceania (Austrália)	33	55	450	96	82	59	54
Panamá	8	31	209	82	157	106	67
Paquistão	-	-	-	319	19	37	17
Paraguai	287	432	744	825	825	754	635
Peru	161	184	500	691	777	800	1.116
Polônia	7.027	7.987	6.293	5.462	4.065	2.480	1.326
Portugal	175.425	155.070	202.571	192.183	163.781	105.714	82.788
Repúb. Dominicana	16	18	56	59	20	7	-
Romênia	2.475	3.006	2.499	2.145	1.490	831	514
Rússia	3.399	4.312	3.321	2.453	1626	973	404
Salvador	-	1	34	30	69	15	7
Síri/Líban/Pales/Iraq/Aráb	9.100	7.792	6.717	5.556	3.397	2.235	1.689
Suécia	155	259	-	217	255	153	89
Suíça	955	1.177	-	930	1.000	619	537
Suriname	-	11	52	20	25	18	33
Tchecoslováquia	391	873	684	580	576	190	209
Turquia	769	722	658	589	436	220	134
Uruguai	722	779	850	871	1.241	1.217	1.050
Venezuela	53	78	371	277	235	256	290
Outros países A Central	1.510	238	41	104	136	60	19
Outros países Ásia	47	570	1.344	636	499	5689	207
Outros países Europa	322	61	2.239	97	198	31	198
Outros países África	359	340	1.858	1.442	789	827	1.113
País ñ declarado	296	141	5.851	600	1.061	1.039	167

FONTE: IBGE. Censos demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000

Notas:(1) Foram juntados os dados dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro

(2) Estão inclusos os 5.514 naturalizados do estado do RJ que o IBGE não discriminou por nacionalidade



O **Quadro 22 e o Gráfico** detalham a imigração do Estado do Rio de Janeiro. Juntou-se os dados do Rio de Janeiro e Distrito Federal nos censos de 1940 e 1950. Também foram aglutinados os dados do Rio de Janeiro e Guanabara, nos censos de 1960 e 1970.

Quanto ao número de imigrantes, em 1940, representavam 7,40% do universo da população. Em 2000 a participação reduziu-se para 0,92%.

Tomando-se como referência o censo de 1940, índice 100, os demais censos oscilaram: 93,07% em 1950; subiu para 116,44% em 1960; 106,12% em 1970; 93,25% em 1980; caindo para 61,27% em 1991, e em 2000, para 49,75% em relação ao censo básico de 1940.

Quanto aos continentes de origem, no censo de 1940, 92,8% eram da Europa; 4,16%, da Ásia e 2,47%, da América. No último censo o imigrante europeu ainda predominava com 81,87%, ficando o americano com 10,47% e o asiático com 4,45%.

Quanto aos países de procedência, em 1940, 65,61% eram de Portugal; 8,46%, da Itália; 5,56%, da Espanha e 3,4%, de países árabes. Em 2000, ainda a maior participação era de imigrantes procedentes de Portugal, com 62,23%, seguidos dos da Itália (5,95%) e da Espanha (5,85%).

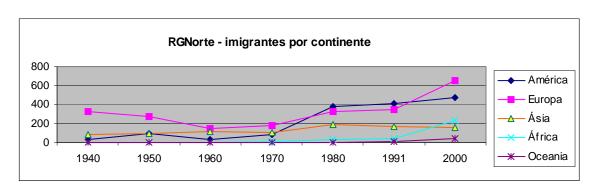
Imigrante por nacionalidade na Unidade Federativa do R. Grande Norte

QUADRO 23 - POPULAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE: TOTAL, NASCIDA NO BRASIL E NO EXTERIOR - CENSOS 1940 a 2000

2000	ı	ı	T		ı	ı	
Países de Naturalidade	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
População Total	768.018	967.921	1.157.258	1.550.184	1.898.835	2.415.567	2.771.538
Pop. Nasc. Brasil	767.567	967.468	1.156.907	1.549.795	1.897.863	2.414.581	2.769.960
Estrangeiros	451	453	351	389	972	986	1.578
	3						
América	32	90	32	88	384	406	471
Europa	329	272	147	179	326	344	650
Ásia	87	90	120	107	188	164	158
África	3	1	-	8	33	42	227
Oceania	-	-	-	-	3	15	38
Sem decl. de país	-	-	52	7	38	15	34
Total	451	453	351	389	972	986	1578
	•				•	•	
Alemanha	34	28	20	15	43	40	91
Angola	-	-	-	-	8	-	158
Argentina	1	34	-	4	40	46	93
Austrália/Nova Zelândia	-	-	-	-	3	15	38
Áustria	8	9	8	7	4	-	-
Bélgica		1	-	7	4	12	4
Bolívia	2	6	-	10	95	23	54
Bulgária	-	-	-	-	-	-	1
Canadá	-	-	-	-	-	-	-
Chile	8	5	8	6	48	43	7
China	1	-	8	2	38	51	48
Colômbia	-	-	-	1	16	34	19
Coréia	-	-	-	2	27	-	20
Costa Rica	-	-	-	-	-	-	
Cuba	-	-	-	-	-	-	14
Dinamarca	-	-	-	-	-	-	
Egito	-	-	-	-	-	-	14
Equador	-	-	-	-	8	-	11
Espanha	13	10	4	16	13	12	56
E.Unidos/Porto Rico	14	38	24	51	106	88	76
Finlândia	-	-	-	-	-	-	-
França	37	7	-	5	40	84	67
Grã-Bretanha	11	21	-	12	14	4	47
Grécia	1	-	-	3	4	-	13
Guatemala	-	-	-	-	-	-	-
Guiana Francesa	-	-	-	-	4	-	-
Guiana		2	-	-	-	-	-
Haiti			-	-	-	-	-
Holanda	2	13	4	9	12	-	26
Honduras	-	-	-	-	-	-	36
Hungria	-	7	8	3	8	12	-

Índia	-	-	-	2	35	12	8
Irlanda	-	-	-	1	-	-	-
Israel	-	-	-	2	4	-	-
Itália	49	84	37	34	48	36	131
lugoslávia	1	1	8	3	4	-	-
Japão	-	-	81	55	50	85	62
Lituânia	-	-	-	-	-	-	-
México	2	1	-	1	4	-	29
Moçambique	-	-	-	ı	2	25	
Nicarágua	-	-	-	ı	24	16	9
Noruega	5	-	-	-	-	-	-
Panamá	-	-	-	1	8	41	-
Paquistão	-	-	-	-	-	-	-
Paraguai	1	1	-	4	12	5	4
Peru	2	2	-	7	7	72	44
Polônia	21	13	8	8	7	6	-
Portugal	100	73	42	52	115	121	184
Repúb. Dominicana	-	-	-	-	-	-	-
Romênia	8	1	-	-	-	-	-
Rússia	35	3	-	2	2	-	-
Salvador	-	-	-	-	4	8	9
Síri/Líban/Pales/Iraq/Aráb	85	82	31	38	30	-	11
Suécia		-	-	-	-	-	-
Suíça	1	-	-	2	-	17	23
Suriname		-	-	-	-	-	9
Tchecoslováquia	3	1	-	-	8	-	-
Turquia	-	1	-	-	4	-	-
Uruguai	1	1		1	4	-	34
Venezuela	-	-	-	1		30	17
Outros países A Central	1	-	-	1	-	-	6
Outros países Ásia	1	7		6	-	16	9
Outros países Europa	-	-	8	-	-	-	8
Outros países África	3	1	-	8	23	17	55
País ñ declarado	-	-	52	7	38	15	34
Total	451	453	351	389	968	986	1578

FONTE: IBGE. Censos Demográficos 1940 a 2000



Os dados mostram que o maior crescimento imigratório do Estado deu-se na década de 1990 (60%), sendo destaque a presença de africanos – crescimento de 440% -, Oceania (153%), Europa (88,95%) e América (16,0%).

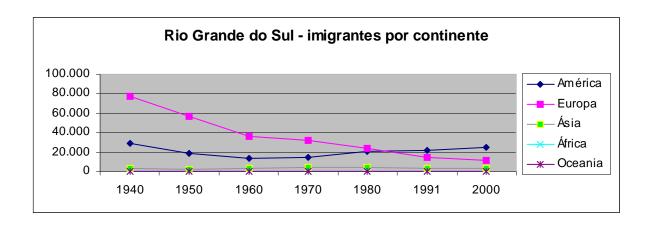
Imigrante por nacionalidade na unidade federativa: Rio Grande Sul

QUADRO 24 – POPULAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL: TOTAL, NASCIDA NO BRASIL E DO EXTERIOR - CENSOS 1940 A 2000

Países de Naturalidade	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
População Total	3.320.689	4.164.821	5.388.659	6.664.849	7.773.849	9.138.798	10.187.798
Pop. Nasc. Brasil	3.210.834	4.086.683	5.322.743	6.613.770	7.723.959	9.098.449	10.148.800
Estrangeiros	109.470	78.138	65.916	51.079	49.890	40.349	38.998
							•
América	29.054	18.593	13.079	13.960	20611	21.879	24.310
Europa	77.553	57.145	35.836	32.396	24.075	14.672	11.160
Ásia	2.704	2.159	2.661	4.310	3.741	3.174	3.135
África	73	51	305	159	379	423	300
Oceania	15	21	112	26	8	22	28
País não declarado	71	169	13.923(1)	231	1.076	179	76
Total	109.470	78.138	65.916	51079	49.890	40.349	38.928
	1			T			Γ
Alemanha	16.313	11.947	7.661	6.972	4.636	2.727	1.988
Angola	-	-	-	-	143	145	120
Argentina	5.268	3.194	2.690	2.647	3.753	4.072	4.477
Áustria	2.108	1.475	821	617	430	308	205
Bélgica	88	218	142	99	112	40	76
Bolívia	13	21	58	130	307	357	372
Bulgária	18	26	51	41	32	28	1
Canadá	10	9	16	34	54	34	15
Chile	72	65	151	162	773	1.103	773
China	14	26	205	201	254	287	429
Colômbia	2	13	19	35	50	38	34
Coréia	-	-	-	16	24	48	122
Costa Rica	-	2	8	7	15	11	18
Cuba	23	13	22	5	9	23	40
Dinamarca	73	46	-	61	23	44	50
Egito	9	12	-	-	86	125	65
Equador	6	4	8	28	68	23	38
Espanha	3.184	2.245	2.393	2.366	1.848	1.351	1.076
E.Unidos/Porto Rico	216	379	315	434	553	507	443
Finlândia	18	18	-	29	4	-	-
França	532	491	572	393	342	375	290
Grã-Bretanha	174	325	152	116	92	96	225
Grécia	83	101	315	282	159	136	117
Guatemala	-	1	4	9	28	20	14

Guiana Francesa	-	-	12	4	15	-	-
Guiana Inglesa	1	2	-	19	-	-	9
Haiti	1	2	16	9	8	7	-
Holanda	288	320	462	301	313	169	145
Honduras	-	5	8	36	24	50	26
Hungria	458	481	373	294	201	46	135
Índia	4	•	-	11	27	-	-
Irlanda	10	•	-	10	-	-	-
Israel	-	-	-	133	263	114	106
Itália	24.549	15.003	7.522	6.221	4.644	3.148	2.330
lugoslávia	155	319	439	272	278	181	115
Japão	206	168	709	1.619	1.301	1.069	1.062
Lituânia	616	-	-	-	-	-	24
México	11	16	28	18	24	8	54
Moçambique	-	-	-	-	19	18	24
Nicarágua	-	-	20	25	69	19	54
Noruega	27	35	7	55	16	40	-
Oceania (Austrália)	15	21	112	26	8	22	28
Panamá	1	-	149	78	90	142	89
Paquistão	-	-	-	3	12	-	46
Paraguai	287	198	211	256	401	394	738
Peru	13	16	46	55	134	289	372
Polônia	11.154	9.345	4.995	4.643	3.256	1.581	922
Portugal	7.153	5.667	4.773	5.189	4.586	2.892	2.580
Repúb. Dominicana	-	10	-	15	25	18	11
Romênia	1.257	1225	674	819	610	362	240
Rússia	8.161	6.930	3.757	3.181	1.915	962	347
Salvador	4	-	-	1	58	10	39
Síri/Líb/Pal/Iraq/Aráb	2.228	1.706	1.402	1.059	778	469	1.046
Suécia	239	227	-	80	44	26	12
Suíça	438	359	-	174	149	116	102
Suriname	-	3	41	4	41	-	-
Tchecoslováquia	217	321	164	173	128	34	39
Turquia	195	167	75	123	96	64	39
Uruguai	22.703	14.612	8.785	9.909	14.043	14.723	16.637
Venezuela	15	14	420	22	31	31	47
Outros países A Central	395	2	52	15	38	-	10
Outros países Ásia	13	108	270	1.145	986	1.123	285
Outros países Europa	237	17	563	8	255	-	130
Outros países África	64	39	305	159	131	135	91
País ñ declarado	131	169	13.923(1)	231	1.078	179	76
Total	109.470	78.138	65.916	51.079	49.890	40.352	38.998

FONTE: IBGE. Censos demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000 **Nota**: Estão inclusos os 13.800 naturalizados que o Censo de 1960 não forneceu a nacionalidade.



Os dados do **Quadro 24** e do Gráfico revelam:

Quanto ao número de estrangeiros, em 1940, representavam 3,29% do universo da população; em 2000, apenas 0,38%.

Tomando como referência o censo de 1940 (índice 100), percebe-se que o ingresso, em relação àquele censo, foi de 28,6%, em 1950; 52,39%, em 1960; 46,66%, em 1970; 45,57%, em 1980; 37,35%, em 1991 e em 2000, 35,56%.

Quanto à procedência por continente, no censo de 1940 preponderava imigrantes europeus, com 70,84% e latinos, com 26,28%. Já no censo de 2000, os latinos passaram a liderar com 60,39%, enquanto os europeus representavam 28,66% do universo. Nota-se um crescimento de asiáticos entre os dois censos citados: de 2,47% para 8,05%.

Na década de 1990, somente os latinos hispânicos tiveram crescimento de 10,12%. os demais, apresentaram crescimento negativo.

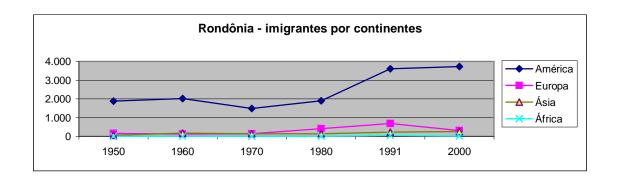
Quanto aos países de origem, em 1940, os italianos eram 22,42%; os uruguaios, 20,73%; os alemães, 14,9% e os poloneses, 10,18%. No censo de 2000, os uruguaios representam 42,73%; os argentinos, 11,5%; os portugueses, 6,62%; os italianos, 5,98% e os alemães, 5,10%.

Imigrante por nacionalidade na Unidade Federativa de Rondônia

QUADRO 25 - POPULAÇÃO DE RONDÔNIA: TOTAL, NASCIDA NO BRASIL E NO EXTERIOR - CENSOS 1940 a 2000

21	JUU	1	г	ı	г		Г
Países de Naturalidade	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
População Total	-	36.935	70.783	111.064	491.025	1.132.692	1.377.792
Pop. Nasc. Brasil	-	34.841	68.471	109.227	488.482	1.128.134	1.373.451
Estrangeiros	-	2.094	2.312	1.837	2.543	4.558	4.341
	*	•					
América	-	1.883	2.009	1.493	1.903	3.602	3721
Europa	-	159	122	143	404	683	312
Ásia	-	48	175	141	133	224	264
África	-	2	4	4	3	49	21
Oceania	-	-	2	-	-	-	-
Sem decl. de país	-	2	-	56	100	-	23
Total	-	2.094	2.312	1.837	2.543	4.558	4.341
		•		•		•	
Alemanha	-	6	3	9	35	63	19
Angola	-	-	-	-	-	-	-
Argentina	-	4	5	6	22	102	77
Austrália/N.Zelândia	-	-	2	-	-	-	-
Áustria	-	-	-	1	3	-	6
Bélgica	-	-	2	1	-	15	-
Bolívia	-	1738	1880	1374	1385	2360	2352
Bulgária	-	-	-	2	-	-	-
Canadá	-	-	4	3	8	11	8
Chile	-	2	4	1	25	-	9
China	-	1	2	-	-	12	-
Colômbia	-	11	15	5	4	11	53
Coréia	-	-	-	1	-	-	11
Costa Rica	-	-	-	-	-	-	-
Cuba	-	-	-	-	-	6	11
Dinamarca	-	-	-	-	-	-	-
Egito	-	-	-	-	-	10	-
Equador	-	-	2	-	4	-	9
Espanha	-	11	10	11	38	64	15
E.Unidos/Porto Rico	-	12	9	32	74	71	43
Finlândia	-	-	-	-	-	-	-
França	-	10	8	6	36	26	18
Grã-Bretanha	-	35	6	9	-	8	-
Grécia	-	18	16	8	4	-	-
Guatemala	-	1	-	-	-	-	-
Guiana Francesa	-	-	2	-	3	-	-
Guiana	-	1	9	5	4	-	-
Haiti	-	-	-	-	-	-	-

Holanda	_	_	_	14	11	13	_
Honduras	_	-	-	-	-	-	-
Hungria	-	1	3	3	3	22	5
Índia	-	-	-		3	-	-
Irlanda	-	-	-	1	6	-	-
Israel	-	-	-	-	-	-	34
Itália	-	11	21	24	70	54	77
lugoslávia	-	-	-	-	-	8	-
Japão	-	-	111	87	91	155	128
Lituânia	-	-	1	-	•	5	•
México	-	-	-	-	3	-	-
Moçambique	-	-	-	-	7	-	-
Nicarágua	-	-	-	-	ı		ı
Noruega	-	-	-	-	ı	9	ı
Panamá	-	-	-	-	1	-	1
Paquistão	-	-		-	-	-	-
Paraguai	-	3	8	19	339	892	829
Peru	-	98	53	36	21	107	261
Polônia	-	1	4	2	9	33	4
Portugal	-	60	44	48	175	333	161
Repúb. Dominicana	-	-	-	1	-	-	-
Romênia	-	1	-	-	3	-	-
Rússia	-	4	3	3	-	8	3
Salvador	-	-	-	-	-	-	-
Síri/Líban/Pales/Iraq/Aráb	-	43	58	52	35	41	71
Suécia	-	-	-	-	-	-	-
Suíça	-	1	-	-	7	11	-
Suriname	-	-	-	1	-	-	-
Tchecoslováquia	-	-	2	1	-	16	4
Turquia	-	2	2	1	-	-	-
Uruguai	-	-	2	4	-	7	15
Venezuela	-	1	1	1	-	21	27
Outros países A Central	-	12	14	5	7	9	27
Outros países Ásia	-	2	2	-	4	16	20
Outros países Europa	-	-	-	-	4	-	-
Outros países África	-	2	4	4	-	39	21
País ñ declarado	-	2	-	56	100	-	23
Total	-	2.094	2.312	1.837	2.543	4.558	4341



Na década de 1990, Rondônia teve uma queda de 4,76% de imigrantes, embora o crescimento de hispano-latinos tenha crescido (2352). Nestes os bolivianos representam 54,18%, os paraguaios, 19,09%, seguidos por peruanos.

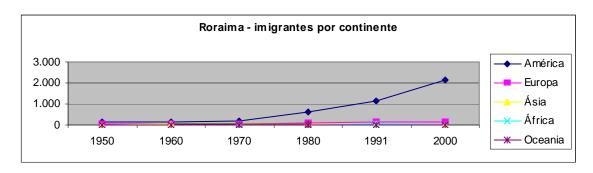
Imigrante por nacionalidade na Unidade Federativa de Roraima

QUADRO 26 - POPULAÇÃO DE RORAIMA: TOTAL, NASCIDA NO BRASIL E NO EXTERIOR - CENSOS DE 1940 A 2000

Países de Naturalidade	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
População Total	ı	18.116	29.489	40.885	79.121	217.583	324.152
Pop. Nasc. Brasil	-	17.904	29.205	40.586	78.355	216.185	321.534
Estrangeiros	-	212	284	299	766	1.398	2.618
América	-	155	161	211	608	1.133	2123
Europa	1	44	62	47	88	154	159
Ásia	-	13	58	31	70	70	20
África	-	-	1	2	-	25	20
Oceania	-	-	1	-	-	16	-
Sem decl. de país	-	-	1	8	-	-	296
Total	-	212	284	299	766	1.398	2.618
		•					
Alemanha	-	2	1	2	-	-	7
Angola	ı	-	-	-	-	25	9
Argentina	-	-	-	-	-	5	11
Austrália/N.Zelândia	-	-	1	-	-	16	-
Áustria	-	-	-	-	-	-	-
Bélgica	-	1	1	-	-	-	-
Bolívia	-	5	4	-	15	-	9
Bulgária	-		3	-	-	-	-
Canadá	-	1	2	-	-	-	7
Chile	-		1		-	10	4
China	-	1	-	1	4	-	-

Colômbia	-	3	_	-	-	7	60
Coréia	-	-	-	-	-	-	-
Costa Rica	-	-	_	_	_	-	-
Cuba	-	1	_	_	_	-	55
Dinamarca	-	-	_	-	-	-	-
Egito	_	-	_	_	-	-	_
Equador	_	_	_	_	-	_	_
Espanha	_	_	1	3	13	-	5
E.Unidos/Porto Rico	-	15	30	16	26	37	18
Finlândia	-	-	-	-	-	-	-
França	-	3	4	1	-	51	-
Grã-Bretanha	_	2	1	1	6	-	13
Grécia	_	_	4	_	-	-	-
Guatemala	-			-	-	-	-
Guiana Francesa	_	6	1	7	4	-	12
Guiana	-	94	68	134	444	854	1312
Haiti	-		-	2	-	-	
Holanda	-	1	-	-	-	-	7
Honduras	-	-	-	-	-	-	-
Hungria	-	-	-	-	-	8	-
Índia	_	-	_	-	-	-	-
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-
Israel	_	-	-	-	-	-	-
Itália	-	21	32	35	54	48	70
lugoslávia	-	-	1	-	-	-	-
Japão	-	-	44	23	36	40	20
Lituânia	-	-	-	-	-	-	8
México	-	-	-	-	3	-	-
Moçambique	-	-	-	-	-	-	-
Nicarágua	-	-	-	-	-	-	-
Noruega	-	-	_	1	-	-	-
Panamá	-	-	_	-	-	-	-
Paquistão	-	-	-	-	-	-	-
Paraguai	-	-	-	-	-	-	41
Peru	-	2	3	4	4	43	117
Polônia	-	-	-	-	-	-	-
Portugal	-	13	10	2	15	34	25
Repúb. Dominicana	-			-	-	5	4
Romênia	-	1	2	-	-	13	-
Rússia	-	-	1	2	-	-	-
Salvador	-	-			-	-	-
Síri/Líban/Pales/Iraq/Aráb	-	11	8	7	24	20	-
Suécia	-	-	-	-	-	-	-
Suíça	-	-	-	-	-	-	24
Suriname	-	2	3	18	59	-	-
Tchecoslováquia	-		1	-	-	-	-
Turquia	-	1	-	-	-	-	-
Uruguai	-	1	1	1		28	-

Venezuela	-	23	47	29	49	127	462
Outros países A Central	-	2	-	-	-	-	11
Outros países Ásia	-	-	-	1	10	10	-
Outros países Europa	-	-	-	-	ı	-	-
Outros países África	-	-	1	1	-	-	11
País ñ declarado	-	-	2	8	-	-	296
Total	-	212	278	299	766	1.381	2.618



A organização territorial de Roraima atraiu um número significativo de imigrantes, com destaque, no último censo, para os procedentes da Guiana (50,11%), Venezuela (21,3%) e Peru (4,4%).

Imigrante por nacionalidade na unidade Federativa de Santa Catarina

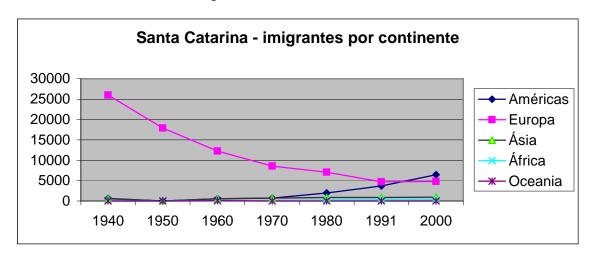
QUADRO 27 - POPULAÇÃO DE SANTA CATARINA: TOTAL, NASCIDA NO BRASIL E NO EXTERIOR. CENSOS 1940 a 2000

Países de Naturalidade	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
População Total	1.178.340	1.560.502	2.146.909	2.930.411	3.687.652	4.538.248	5.357.864
Pop. Nasc. Brasil	1.151.139	1.541.435	2.133.277	2.920.223	3.677.443	4.528.676	5.345.306
Estrangeiros	27.201	19.067	13.632	10.188	10.209	9.572	12.558
Américas	652	598	585	709	1.973	3.680	6.427
Europa	25.962	17.867	12.217	8.551	7.031	4.719	4.765
Ásia	525	437	575	687	847	834	950
África	24	21	55	22	254	339	326
Oceania	8	19	111	10	25	-	25
País não declarado	30	125	89	209	79		65
Total	27.201	19.067	13.632	10.188	10.209	9.572	12.558
Alemanha	11.566	8.054	6.227	4.539	3.302	1.970	1.717
Angola	-	-	-	-	130	206	143

Argentina	355	396	242	270	624	1.342	2.508
Áustria	2.040	1.541	739	602	352	227	196
Bélgica	29	25	23	19	25	85	42
Bolívia	-	6	16	58	199	294	270
Bulgária	3	-	11	2	4	-	-
Canadá	1	1	5	38	_	40	83
Chile	16	13	18	53	278	658	441
China	10	10	36	17	13	57	88
Colômbia	-	1	1	13	19	14	90
Coréia	-	-	-	1	7	32	24
Costa Rica	-	2	_	2	8	36	-
Cuba	1	-	4	4	-	6	15
Dinamarca	15	20	-	11	20	39	22
Egito	4	2	-	-	19	19	-
Equador	-	-	3	9	22	9	18
Espanha	207	208	171	163	239	179	356
E.Unidos/Porto Rico	76	56	103	89	99	268	303
Finlândia	14	3	-	2	-	-	-
França	65	56	64	66	57	29	143
Grã-Bretanha	35	62	35	15	52	66	130
Grécia	73	62	55	54	39	38	88
Guatemala	-	3	1	4	38	-	5
Guiana Francesa	1	1	3	1	45	-	-
Guiana Inglesa	-	1	-	-	-	-	-
Haiti	-	-	-	-	-	-	-
Holanda	57	61	185	89	84	74	63
Honduras	-	1	-	4	8	-	-
Hungria	271	171	113	68	68	46	36
Índia	3	-	-	-	4	32	-
Irlanda	1	-		1	-	-	-
Israel	-	-	-	6	9	24	44
Itália	5.383	2.996	1.711	872	728	559	547
lugoslávia	49	106	72	63	98	70	83
Japão	6	13	135	272	437	387	495
Lituânia	60	-	-	-	-	-	9
México	2	6	1	6	16	44	26
Moçambique	-	-	-	-	20	8	20
Nicarágua	-	-	1	3	18	6	-
Noruega	6	4	4	3	-	-	-
Oceania (Austrália)	8	19	111	10	25	-	25
Panamá	-	1	34	3	23	24	7
Paquistão	-	-	-	5	-	-	-
Paraguai	49	28	46	47	181	385	1.241
Peru	1	1	18	11	31	30	310
Polônia	2.862	2.123	1.071	686	455	262	174
Portugal	406	318	357	341	624	674	831
Repúb. Dominicana	-	-	-	-	4	-	-
Romênia	103	145	138	116	95	66	50

Rússia	2.163	1.547	939	640	398	235	103
Salvador	-	-	1	3	-	15	22
Síri/Líban/Pales/Iraq/Aráb	496	397	376	323	229	162	359
Suécia	27	27	-	14	34	ı	14
Suíça	326	230	-	123	177	79	112
Suriname	-	-	1	6	-	ı	-
Tchecoeslováquia	103	103	62	55	106	21	7
Turquia	7	6	5	4	4	-	-
Uruguai	82	79	61	81	348	509	1.059
Venezuela	1	1	17	2	4	-	29
Outros países A Central	68	1	9	2	8	-	-
Outros países Ásia	4	11	23	59	144	139	8
Outros países Europa	96	5	240	7	74	-	42
Outros países África	20	19	55	22	85	107	95
País ñ declarado	30	125	89	209	79	-	65
Total	27.201	19.067	13.632	10.188	10.209	9.572	12.558

FONTE: IBGE. Censos demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000



O **Quadro 27 e o Gráfico** apresentam a situação dos imigrantes de Santa Catarina.

Quanto ao número de estrangeiros no estado, em 1940, representavam 2,3%, passando, em 2000, para apenas 0,23% do universo da população.

Tomando o censo de 1940, índice 100, percebe-se uma redução significativa na entrada de imigrante, em mais de 50%. Em 2000, apresentava uma queda de 54%.

Quanto à procedência por continente, em 1940 o europeu representava 95,44% e o da América e Ásia, abaixo de 2,4%. No último censo, a

liderança passou para os do continente americano com 51,17% e os do europeu, ficaram com 37,93%.

Tomando a variação da década de 1990 é expressivo o crescimento dos procedentes da América (latinos hispânicos), que foi de 74,64%.

Quanto aos países de origem do imigrante, no censo de 1940, os alemães eram 42,52%; os italianos, 19,78%; os poloneses, 10,52%; os russos, 7,95% e os austríacos, 7,49%. No censo de 2000, lidera a imigração Argentina com 19,96%, seguida da alemã, com 13,67%; da paraguaia, com 9,9% e da uruguaia, com 8,46%.

Imigrante por nacionalidade na unidade federativa de São Paulo

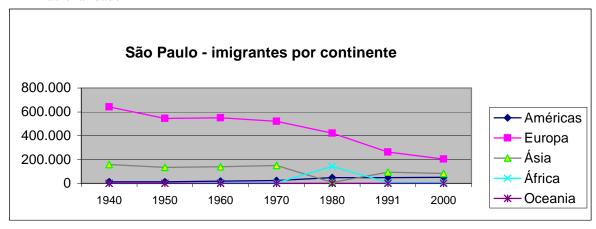
QUADRO 28 - POPULAÇÃO DE SÃO PAULO: TOTAL, NASCIDA NO BRASIL E NO EXTERIOR – CENSOS 1940 a 2000

	DRASIL E NO EXTERIOR - CENSOS 1740 a 2000							
Países Naturalidade	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	
População Total	7.180.316	9.134.423	12.974.699	17.258.693	25.042.074	31.588.925	37.035.474	
Pop. Nasc. Brasil	6.366.214	8.441.102	12.180.918	16.555.157	24.414.318	31.174.662	36.691.530	
Estrangeiros	814.102	693.321	793.781	703.526	627.756	414.263	343.944	
Américas	14.086	13.676	19.954	25.322	48.285	47.549	50.682	
Europa	640.901	544.875	551.375	520.095	422.538	261.842	203.053	
Ásia	158.401	133.583	139.767	150.890	8.879	95.227	82.482	
África	469	577	4.360	4.824	142729	6.843	7.144	
Oceania	64	89	675	305	339	263	172	
País ñ declarado	181	521	47.650 (1)	2.090	4.986	2.539	411	
Total	814.102	693.321	793.781	703.526	627.756	414.263	343.944	
Alemanha	26.260	24.473	21.573	23.082	19.198	10.962	8.084	
Angola	-	-	-	-	2.306	1412	2.142	
Argentina	7.618	7.625	7.597	9.232	13.163	10.742	9.734	
Áustria	8.774	8.189	5.805	5.545	4.166	2.271	1.534	
Bélgica	652	672	820	964	1.019	779	505	
Bolívia	86	186	1516	3269	4.935	6461	10.221	
Bulgária	350	254	442	511	472	285	191	
Canadá	126	150	302	350	460	508	415	
Chile	232	235	626	864	11.644	13.035	10.947	
China	298	430	3.064	6292	8.277	7.603	10.373	
Colômbia	30	43	213	286	485	772	1.170	
Coréia	-	-	-	2172	6.758	7.852	7.693	
Costa Rica	-	15	58	39	53	131	62	
Cuba	69	109	233	228	336	211	402	
Dinamarca	320	405	-	365	299	263	214	
Egito	176	321	-	-	4.000	2.953	2.586	

Equador	28	30	169	81	253	288	408
Espanha	129.745	102.671	105.423	94.477	69.524	38.560	27.387
E.Unidos/Porto Rico	1.796	2.789	4.186	4.881	5.468	4.713	4.486
Finlândia	45	90	-	191	285	92	89
França	2837	3.442	4293	4421	4.840	3.026	3.541
Grã-Bretanha	1859	2.004	2189	1826	1.952	1.566	1.372
Grécia	336	539	3808	3501	2.923	2.021	1.744
Guatemala	-	36	47	37	55	23	31
Guiana Francesa	-	3	38	11	1.145	-	-
Guiana		28	39	40	81	111	50
Haiti	21	6	60	13	45	46	-
Holanda	452	1.191	1.867	2002	1.978	1.352	1.435
Honduras	-	14	46	24	88	33	7
Hungria	11041	7.376	7620	7572	5.676	3.509	1.997
Índia	70	-	-	200	396	281	252
Irlanda	39	-	-	87	83	25	104
Israel	-	-	-	1.371	1.436	1.361	982
Itália	233.973	173.652	136.332	108.633	73.995	43.218	34.394
lugoslávia	8.965	11.254	9.911	8685	7.045	3.932	2.188
Japão	132.062	108.912	111.094	116.566	105.196	63.865	51.444
Lituânia	14.088	-	-	-	-	-	1.716
México	92	100	215	232	437	225	620
Moçambique		-	-	-	500	380	466
Nicarágua	28	10	429	44	135	43	120
Noruega	78	215	145	160	370	86	41
Oceania (Austrália)	64	89	675	305	339	263	172
Panamá	8	21	355	81	169	386	190
Paquistão		-	-	43	51	-	25
Paraguai	675	998	1.625	2426	3252	3.299	4.142
Peru	94	116	355	537	968	1.651	2.926
Polônia	9.807	14.582	9.783	11.408	9.877	5.232	3.018
Portugal	165.239	151.320	205.860	214.021	194.439	131.247	106.437
Repúb. Dominicana	2	7	20	53	58	123	49
Romênia	9.598	11.482	8.246	9709	7.966	4.396	2.417
Rússia	10.042	27.089	21.752	18.265	11.102	6.735	1.196
Salvador	-	9	33	24	68	186	159
Síri/Líban/Pales/Irag/Aráb	24.227	22.225	21.998	21.177	17.372	12.087	10.426
Suécia	297	394	-	573	565	206	406
Suíça	1747	1.944	-	2.229	2.287	1.341	1.139
Suriname	-	12	121	51	24	50	25
Tchecoeslováquia	878	1.566	1.395	1.693	1.352	725	594
Turquia	1.638	1.451	959	1.151	1.043	433	332
Uruguai	912	1.044	1.332	2.057	4.266	3.965	3.913
Venezuela	52	59	217	362	551	439	543
Outros países A Central	2.217	31	122	100	146	108	62
Outros países Ásia	106	565	2.652	1.918	2.200	1.745	955
Outros países Europa	3479	71	4.111	175	1.125	13	1.310
Outros países África	293	256	4.360	4.824	2.073	2.098	1.950

Total	814,102	693.321	793.781	703.526	627.756	414.260	343.944
País ñ declarado	181	521	47.650 (1)	2.090	4.986	2.539	411

Fonte: IBGE. Censos demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000 **Nota**: (1) Estão inclusos os **76.211** naturalizados, que o Censo de 1960 não forneceu a nacionalidade



O Quadro 28 e o Gráfico mostram:

Quanto ao número de estrangeiro e a nacionalidade. O censo de 2000, em relação ao de 1940 sinaliza um decréscimo expressivo no ingresso de imigrantes (-57,76%).

Em 1940, os europeus representavam 78,6%, os asiáticos, 19,4% e os das Américas, 1,7%. No censo de 2000 os europeus participavam com 59,1%, os asiáticos com 23,9% e do continente americano 14,5%.

Quanto à procedência por continente. Comparando os censos das pontas: 1940 e 2000 percebe-se a seguinte variação percentual: os italianos, de 28,6% para 10%; os portugueses, de 20,2% para 30,9%; os japoneses, de 16,2% para 14,8% e os espanhóis, de 15,8% para 7,8%.

Imigrante por nacionalidade na Unidade Federativa de Sergipe

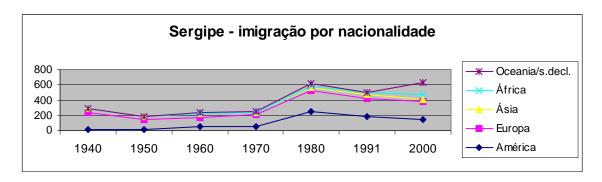
QUADRO 29 - POPULAÇÃO DE SERGIPE: TOTAL, NASCIDA NO BRASIL E NO EXTERIOR - CENSOS 1940 a 2000

Países de Naturalidade	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
População Total	542.326	644.361	760.273	900.679	1.140.379	1.491.876	1.781.714
Pop. Nasc.Brasil	542.036	644.177	760.025	900.429	1.139.768	1.491.374	1.781.082
Estrangeir							
OS	290	184	248	250	611	502	632
América	15	9	51	54	251	184	140

Europa	226	138	119	161	274	240	237
Ásia	46	35	54	25	42	50	34
África	3	2	-	-	11	27	58
Oceania	-	-	_	-	-	-	-
Sem decl. de país	-	_	8	10	33	1	163
Total	290	184	248	250	611	502	632
IOLAI	290	104	240	250	011	302	032
Alaman ha	55	42	19	27	24	12	20
Alemanha		2			4	27	30
Angola	2		-	3	24	9	58
Argentina	-	-	-	-	-	-	45
Austrália/N.Zelândia Áustria	2	_	_	1	-	_	
		3	_	16	-	9	-
Bélgica Belívio		-		10	58	26	10
Bolívia Bulgária		_	-	1	-	- 20	10
Canadá	1		_	1	8	14	
Chile	1		_	4	35	64	10
China	3	1		-	-	13	16
Colômbia	-	-	-	-	-	10	-
Coréia	-	_	_	_	-	9	_
Costa Rica	_	_	_		4		_
Cuba	-	_	_	_	-	_	-
Dinamarca	-	_	_	1	_	_	_
Egito	1	_	_	-	_	-	-
Equador	-	_	_	-	20	-	-
Espanha	13	6	19	13	36	32	33
E.Unidos/Porto Rico	2	6	51	30	50	47	32
Finlândia			-				-
França	11	5	-	15	56	7	-
Grã-Bretanha	6	4	-	2	8	14	-
Grécia	2	-	-	6	-	-	-
Guatemala	-	-	-	-	-	-	-
Guiana Francesa	ı	-	-	-	-	-	-
Guiana	-	-	-	-	-	-	-
Haiti	-		-	-			-
Holanda	-	6	-	1	11	8	22
Honduras	-		-	-	4	-	
Hungria	-	2	-	-		-	4
Índia	-		-	-		-	
Irlanda				-		-	
Israel				1	29		
Itália	31	16	15	15	6	1	55
lugoslávia	1						
Japão	5	2	4	7	8	22	18
Lituânia		-	-	-		-	-
México	1	-	-	-		-	-
Moçambique		-	-	-	4	-	-

Nicarágua	1	_	-	-	4	-	-
Noruega	-	-	-	1	4	-	-
Panamá	-	-	-	1	-	-	-
Paquistão	-	-	-	-	-	-	-
Paraguai	1	2	-	1	8	20	
Peru	1	-	-	4	32	-	18
Polônia	5	1	-	5	12	17	-
Portugal	44	30	42	44	110	131	93
Repúb. Dominicana	-	-	-	4	-	-	-
Romênia	26	7	-	3	3	-	-
Rússia	26	14	20	3	-	-	-
Salvador	-	-	-	1	-	-	-
Síri/Líban/Pales/Iraq/Aráb	36	30	46	14	5	6	-
Suécia	1	1	-	-	-	-	-
Suíça	2	-	-	2	4	-	-
Suriname	-	-	-	1	-	-	10
Tchecoslováquia	1	1	4	4	-	9	-
Turquia	2	-	-	1	-	-	-
Uruguai	1	1	-	2	4	4	15
Venezuela	-	-	-	-	-	-	-
Outros países A Central	5	-	-	1	-	-	-
Outros países Ásia	-	2	4	2	-	-	-
Outros países Europa	-	-	-	1	-	-	-
Outros países África	2	-	-	-	3	-	-
País ñ declarado	-	-	24	10	33	1	163
Total	290	184	248	250	611	502	632

FONTE: IBGE. Censos de 1940 a 2000



Na década de 1990 houve um crescimento de 25,89% de imigrantes, com destaque para os angolanos, portugueses, italianos, espanhóis, norte-americanos e argentinos.

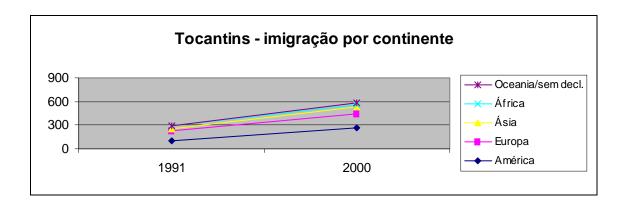
Imigrante por nacionalidade na Unidade Federativa de Tocantins

QUADRO 30 - POPULAÇÃO DE TOCANTINS: TOTAL, NASCIDA NO BRASIL E NO EXTERIOR - CENSOS 1940 a 2000

NO BRASIL E NO EXTERIOR - CENSOS 1940 à 2000										
Países de Naturalidade	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000			
População Total	165.188	204.041	328.486	-	-	919.863	1.155.913			
Pop. Nasc. Brasil	-	-	-	-	-	919.566	1.155.333			
Estrangeiros	-	-	-	-	-	297	580			
América	-	-	-	-	-	101	262			
Europa	-	-	-	-	-	133	179			
Ásia	-	-	-	-	-	20	88			
África	-	-	-	-	-	43	31			
Oceania	-	-	-	-	-	-	-			
Sem decl. de país	-	-	-	-	-	-	20			
Total	-	-	-	-	-	297	580			
							•			
Alemanha	-	-	-	-	-	33	21			
Angola	-	-	-	-	-	33	13			
Argentina	-	-	-	-	-	-	3			
Austrália/N.Zelândia	-	-	-	-	-	-	-			
Áustria	-	-	-	-	-	-	-			
Bélgica	-	-	-	-	-	4	42			
Bolívia	-	-	-	-	-	-	-			
Bulgária	-	-	-	-	-	-	-			
Canadá	-	-	-	-	-	1	16			
Chile	-	-	-	-	-	-	-			
China	-	-	-	-	-	-	12			
Colômbia	-	-	-	-	-	-	4			
Coréia	-	-	-	-	-	-	-			
Costa Rica	-	-	-	-	-	-	-			
Cuba	-	-	-	-	-	-	76			
Dinamarca	-	-	-	-	-	-	-			
Egito	-	-	-	-	-	-	16			
Equador	-	-	-	-	-	19	2			
Espanha	-	-	-	-	-	38	3			
E.Unidos/Porto Rico	-	-	-	-	-	-				
Finlândia	-	-	-	-	-	4	29			
França	-	-	-	-	-	-				
Grã-Bretanha	-	-	-	-	-	-	12			
Grécia	-	-	-	-	-	-	-			
Guatemala	-	-	-	-	-	-	-			
Guiana Francesa	-	-	-	-	-	-	-			
Guiana	-	-	-	-	-	-	-			
Haiti	-	-	-	-	-	16	-			
Holanda	-	-	-	-	-	-	-			
Honduras	-	-	-	-	-	-				
Hungria	-	-	-	-	-	-				

Índia	_	_	_	-	_	-	4
Irlanda	-	-	-	-	-	-	12
Israel	-	-	-	-	-	-	_
Itália	-	-	-	-	-	43	29
lugoslávia	-	-	-	-	-	-	-
Japão	-	-	-	-	-	9	36
Lituânia	-	-	-	-	-	-	-
México	-	-	-	-	-	1	-
Moçambique	-	-	-	-	-	ı	-
Nicarágua	-	-	-	-	-	ı	-
Noruega	-	-	-	-	-	-	-
Panamá	-	-	-	-	-	-	-
Paquistão	-	-	-	-	-	-	-
Paraguai	-	-	-	-	-	-	43
Peru	-	-	-	-	-	19	11
Polônia	-	-	-	-	-	7	17
Portugal	-	-	-	-	-	44	75
Repúb. Dominicana	-	-	-	-	-	-	-
Romênia	-	-	-	-	-	-	-
Rússia	-	-	-	-	-	-	-
Salvador	-	-	-	-	-	-	-
Síri/Líban/Pales/Iraq/Aráb	-	-	-	-	-	11	44
Suécia	-	-	-	-	-	-	-
Suíça	-	-	-	-	-	-	-
Suriname	-	-	-	-	-	6	4
Tchecoslováquia	-	-	-	-	-	-	
Turquia	-	-	-	-	-	-	22
Uruguai	-	-	-	-	-	-	4
Venezuela	-	-	-	-	-	-	-
Outros países A Central	-	-	-	-	-	-	-
Outros países Ásia	-	-	-	-	-	-	-
Outros países Europa	-	-	-	-	-	-	-
Outros países África	-	-	-	-	-	10	10
País ñ declarado	-	-	-	-	-	-	20
Total	-	-	-	-	-	297	580

FONTE: IBGE. Censos de 1940 a 2000



Na década de 1990 houve um crescimento de 95,28% de imigrantes em Tocantins, com destaque para cubanos (13,1%), portugueses (12,93%) e paraguaios (7,4%).

Informes metodológicos usados pelo IBGE:

No levantamento de dados junto ao IBGE encontrou-se as seguintes orientações seguidas nos diversos censos:

- 1. No Censo de 1872 até 1950 foi considerada a população presente.
- 2. No Censo de 1960: da população recenseada, algumas unidades da Federação não tiveram elencados as etnias (nacionalidades) dos imigrantes naturalizados. Colocou-se no item "País sem especificação", conforme observação no Quadro específico.
- 3. Nos Censos de 1970 até 2000 foi considerada a população residente.
- 4. Nos Censos de 1950 e 1980: os dados referentes à unidade da Federação Pernambuco, referentes aos anos 1950, 1960, 1970 e 1980, incluem os do Território Federal de Fernando de Noronha.
- 5. Igualmente os dados referentes aos anos 1991 e 2000, incluem os do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, criado em 06.10.1988.
- 6. Nos Censos de 1970 e 1980: Dados de Amostra.
- 7. Censo de 1991: Dados do Universo.
- 8. Para 2000: Dados da sinopse Preliminar.
- 9. Até 1970: os dados referentes à unidade da federação Rio de Janeiro incluem a do Estado da Guanabara.
- 10. Originalmente o atual estado de Rondônia denominava-se de Território de Guaporé.
- 11. Igualmente o atual estado de Roraima denominava-se de Território de Rio Branco.

6 A IGREJA E A MOBILIDADE HUMANA

"Passando pela **Estação de Milão** vi o salão, os pórticos laterais e a praça vizinha totalmente tomados por centenas de maltrapilhos... Sobre suas faces queimadas pelo sol e sulcadas pelas rugas... transparecia a tristeza dos sentimentos que agitavam seus corações...Eram anciãos curvados pela idade e pelo cansaço; homens na flor da idade; senhoras carregando seus filhinhos; meninos e meninas..."

"Eram migrantes, chegados das diversas províncias da Alta Itália, esperavam com trepidação o trem que os levaria para o Mediterrâneo e, de lá, para a longínqua América, onde esperavam ser menos hostil a fortuna e menos ingrata a seus suores a terra... Partiam, uns chamados por parentes que os haviam precedido no exílio voluntário; outros, sem saber bem para onde, levados por aquele poderoso instinto que faz migrar as aves..."

"Com lágrimas nos olhos, tinham-se despedido do torrão natal, que os unia na lembrança de tão belas recordações! Mas estavam dispostos a abandonar a pátria sem remorso algum, já que ela lhes era conhecida apenas sob duas formas odiosas: o recrutamento e a cobrança rigorosa de taxas e dívidas. Para o pobre, a pátria é a terra que lhe dá o pão! E lá, bem longe, esperavam encontrá-lo de forma menos parcimoniosa e menos cansativa..." (SCALABRINI, João Batista. A Emigração Italiana na América, 1887).

RETROSPECTO HISTÓRICO

Introdução

A Igreja cristã, em suas diferentes expressões, sempre teve consciência de possuir uma missão no mundo. O entendimento dessa missão varia de uma confissão para outra, mas inclui, no mínimo, o objetivo de anunciar o Evangelho (a mensagem cristã) a outros povos e culturas, e implantar a Igreja entre esses povos.

Alguns períodos da história do cristianismo foram especialmente dinâmicos no que diz respeito ao esforço missionário da Igreja⁴⁸. Um desses períodos foi o que teve início com as grandes navegações empreendidas por diversas nações européias no final do século XV e início do século XVI. Tais viagens, que tinham primariamente objetivos comerciais, tiveram como resultado um contato sem precedentes com novos povos e regiões do planeta.

Adicionalmente, esse período coincidiu com a ocorrência de profundas transformações religiosas na vida da Europa, notadamente com o surgimento da Reforma Protestante e com a revitalização do catolicismo romano em reação a ela. Esse catolicismo tomou a dianteira no que diz respeito às missões mundiais.

Hoje, Igreja e Estado são instituições que têm papéis definidos na sociedade. Assim, o Estado considera a crença religiosa como uma escolha da pessoa, como algo pertencente à vida privada. Ele, Estado é laico e respeita as religiões, mas exige que não perturbem a ordem pública. E o Estado, diante do fenômeno migratório, tem o poder de elaborar a lei; a Igreja tem assumido a postura de um trabalho de escuta, de acompanhamento, de proteção e de educação do migrante que se encontra fora da Pátria e precisa de ajuda.

A presença da Igreja na ocupação colonial do Brasil

A presença da Igreja Católica no Brasil Colônia tinha objetivos bem explícitos: de manter a doutrina e valores religiosos dos "colonizadores" e propagar a fé cristã, evangelizando os povos indígenas e escravos africanos. Muitos missionários posicionaram-se contra o mercado de escravos e por isso, foram atacados, presos, expulsos e alguns até assassinados. Basta lembrar Frei Bartolomeu de Las Casas ⁴⁹, Pe. Antonio Vieira, Pe. Alfonso Sandoval e seu discípulo São Pedro de Claver, e os jesuítas das Missões Guaraníticas do Paraguai, Argentina e Brasil. De outra parte, missionários vindo nas frotas armadas com os

⁴⁸ A partir da análise de Elben Lenz César (2000) se pode caracterizar três períodos marcantes da religião no Brasil:

⁻ Do século XVI ao XVIII, período marcado **pela cristianização** do Brasil (com doutrina centrada nos mandamentos e sacramentos) pelos missionários católicos portugueses e espanhóis.

⁻ No século XIX, período que, além da doutrina anterior, começa uma **evangelização** a partir da popularização da Bíblia, com a presença de missionários protestantes (luteranos, metodistas, calvinistas), anglicanos, além de pequeno número de muçulmanos e hebreus.

⁻ No século XX, o povo brasileiro recebeu forte **influência pentecostal,** a partir da implantação das Assembléias de Deus, no início do século, até a Renovação Carismática e a Igreja Universal do Reino de Deus, no final do milênio.

⁴⁹ Autor do livro - **O Paraíso Destruído**. L&PM, Porto Alegre, 1984.

donatários, a partir de 1534, eram, na maioria incultos e se transformaram em mau exemplo para colonos e indígenas. Quando o Pe. Manuel da Nóbrega chegou ao Brasil em 1549, com mais cinco missionários jesuítas, logo escreveu: "Existem clérigos aqui. Mas são a escória do que de lá vem. Não se devia consentir embarcar sacerdotes sem a sua vida muito aprovada, porque estes destroem quanto aqui se edifica...".

Segundo dados do padre Sojka (Malczewski: 2000), entre o século XVIII e XIX, houve uma redução drástica de sacerdotes. Em 1759 o Brasil possuía três milhões de habitantes e 2.700 padres, enquanto que em 1859 havia 14 milhões de habitantes e apenas 570 padres⁵⁰.

As igrejas de confissão protestante e anglicana começaram a ser aceitas no Brasil, a partir do Tratado de Comércio e Navegação assinado em 19 de fevereiro de 1810 entre Portugal e Inglaterra. Segundo o qual o governo de Portugal se obriga a que "os vassalos de Sua Majestade Britânica residentes em seus territórios e domínios (inclusive no Brasil) não serão perturbados, inquietados, perseguidos ou molestados por causa da sua religião, mas antes terão perfeita liberdade de consciência e licença para assistirem e celebrarem o serviço divino em honra do Todo-Poderoso Deus, quer seja dentro de suas casas particulares, quer na suas particulares igrejas e capelas..." ⁵¹. O primeiro templo não católico construído em território brasileiro foi uma Capela Anglicana, sem aparência externa de templo. Foi inaugurada em 26 de maio de 1822, para dar assistência espiritual aos imigrantes ingleses.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, fazendo uma leitura crítica, por ocasião dos 500 Anos de Colonização européia do Brasil, assim se manifestou a respeito da atuação da Igreja e de seus missionários:

Os colonizadores e missionários foram trazidos ao Brasil por motivos diversos. Aqueles vieram buscar riquezas e construir impérios; estes, impelidos pelo amor a Jesus Cristo, abandonaram tudo e aqui chegaram para anunciar o Evangelho da Salvação.....

⁵⁰ No exercício do direito do Padroado, o Imperador proibia o ingresso de candidatos em conventos e seminários. Caso específico dos franciscanos que estavam no Brasil desde o início da ocupação portuguesa, mas ao ser proclamada a República havia apenas um noviço na Província do Rio de Janeiro.

⁵¹ Ver Elben M. Lenz Cesar História da Evangelização do Brasil. Editora Ultimato, Viçosa, 2000 (p 171). Todavia, essas igrejas e capelas têm de ser construídas de tal modo que externamente se assemelham a casas de habitação, não podendo também ter sinos (Capítulo 11 do Tratado).

Na "aventura" coletiva da colonização nem tudo foram luzes. Nela, houve também sombras, pois é difícil impedir que aos mais puros ideais não se venham juntar ambições mesquinhas e até opressões desumanas. Vale lembrar os sofrimentos infringidos aos habitantes nativos da terra e a um grande número de africanos, trazidos à força para o Brasil como escravos, em um dos episódios mais tristes da História da América.

A primeira evangelização no Brasil, como se sabe, foi feita, sobretudo, pelas ordens religiosas. Os primeiros missionários foram os franciscanos, carmelitas e jesuítas, destacando-se, dentre estes últimos, as figuras de Manoel da Nóbrega e de José de Anchieta.

No decorrer do tempo, foram surgindo dioceses, paróquias e seminários para a formação dos presbíteros e foi sendo estruturado um sistema educacional. Não faltaram, porém, problemas à Igreja: a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, em 1759, impôs duro golpe à evangelização dos indígenas e ao sistema educacional da Colônia.

Em 1808 deu-se a abertura dos portos por Dom João VI, que se estabeleceu no Rio de Janeiro. O fato possibilitou, depois, a vinda de imigrantes dos países católicos da Europa (italianos, espanhóis, alemães, poloneses) e de nações de tradição católica oriental (russos, armênios, libaneses), estes sempre acompanhados de sacerdotes.

Aos grupos de imigrantes juntaram-se também membros de comunidades protestantes (luteranos, metodistas, calvinistas) e anglicanas e um expressivo número de muçulmanos e integrantes de comunidades hebraicas.

Com a Independência, os imperadores do novo país julgaram-se com o direito de continuar a exercer os mesmos privilégios que a Santa Sé havia concedido aos reis de Portugal em relação à evangelização das Novas Terras.

A Lei do Padroado, aplicada rigidamente pelos Imperadores Pedro I e Pedro II, provocou redução do clero religioso e dificultou a criação de novas dioceses. Mas contribuiu para o crescimento da religiosidade popular, que floresceu por meio de irmandades (...)

Proclamada a República, em 1889, a Igreja experimentou um reflorescimento. Muitas dioceses foram criadas e passaram a receber grande ajuda de congregações religiosas provenientes da Europa. Além disso, ela ampliou o número de seminários, reestruturou seu sistema educacional e instituiu variadas obras de assistência social.

O catolicismo no Brasil foi formado em ambiente de acentuado pluralismo étnico (...). Aqui se misturaram, durante três séculos, o índio, o europeu e o africano, e, a partir do século XIX, os imigrantes europeus. A esses se somaram o sangue e a cultura dos árabes, como os cristãos maronitas. Nesse sentido, o Brasil oferece um testemunho extremamente positivo. Aqui está em construção, com inspiração cristã, uma comunidade multiétnica, um verdadeiro tapete de raças, como afirmam os sociólogos, unidas pelo vínculo da mesma língua e da mesma fé" (João Paulo II, São Paulo, 3 de julho de 1980).

Não se pode afirmar, com fundamento na própria História, que a presença da Igreja no Brasil, marcada por luzes e sombras, tenha sido, e continue sendo, livre de todo e qualquer tropeço. Ressalte-se, contudo, que, desde o início da evangelização, a conduta dos missionários foi pautada pelas orientações do Papa Paulo III, que, ainda em 1537, emitiu importantes orientações para os missionários em seu trabalho evangelizador junto aos povos autóctones do "Novo Mundo", valendo a pena citar, entre outras, as seguintes:

- 1. Todos os povos da terra pertencem à raça humana;
- 2. Todos são iguais e não podem ser espoliados de seus bens e nem reduzidos à condição de escravos por outros povos;
- 3. Os índios e outros povos devem ser atraídos à fé em Cristo por meio da pregação da Palavra de Jesus e com o testemunho de uma vida exemplar

.(CNBB - Brasil – 500 anos de Fé).

A Igreja Católica e a questão migratória

A pastoralista Seganfredo (2004) destaca que, ao longo da história do Cristianismo, inúmeras Ordens e Congregações Religiosas, e pessoas carismáticas, sensíveis à situação de fragilidade e de abandono na qual se encontravam pessoas ou grupos envolvidos no fenômeno da mobilidade humana (migrantes, viandantes, romeiros, escravos, prófugos, exilados, encarcerados e outros), abriram suas portas e prestaram seus serviços humanitários em prol dos necessitados.

No entanto, foi somente no final do século XIX que a Igreja deixou de ver a questão migratória como um fenômeno filantrópico para encará-la dentro do contexto da **questão social** – esta fruto do modo de produção dominante. A percepção dessa nova lógica, pela Igreja, foi lenta, enquanto a classe trabalhadora operária tinha descoberto muito antes a "consciência de classe" no debate com os socialistas utópicos, científicos e anarquistas. A partir de 1843, bispos alemães passaram a perceber o conflito gerado pelo capital e suas conseqüências para os trabalhadores. Começaram a defender princípios e práticas que foram os elementos básicos do nascimento da Doutrina Social da Igreja, incorporada pela Rerum Novarum de Leão XIII, em 1891, em que o processo migratório faz parte.

A Igreja e a colonização do Brasil e do Rio Grande do Sul⁵² no período imperial e 1ª República

As igrejas católica, protestante e anglicana, do século XIX, tiveram relativa dificuldade de inserirem-se pastoralmente nas levas de imigrantes do período imperial pela escassez de clero, dificuldade de comunicação, em razão do idioma e pela prática do padroado. No caso do Rio Grande do Sul, segundo Rubert (1998), quando começaram a chegar as primeiras levas de imigrantes alemães à São Leopoldo, misturavam-se católicos e protestantes⁵³, geralmente luteranos. Os católicos vieram sem padres de

⁵² No período colonial as Congregações Religiosas européias se fizeram presentes no RS. Os padres jesuítas, como matemáticos chegaram, em 1729, a serviço da Coroa, para mapear a nova povoação. Depois, em 1737, dois frades capuchinhos, italianos chegaram a Rio Grande. Os franciscanos chegaram em 1742 para atender Rio Grande. Os carmelitas (1740) assumiram a capelania dos casais açorianos no Porto dos Casais, Rio Pardo e Triunfo. Um dominicano espanhol atendeu São Borja (1806-1807). Em 1812, outro dominicano irlandês estava no RS.

⁵³ Os imigrantes alemães que vieram para o Brasil, de religião protestante, tiveram acompanhamento de pastores desde o início do processo. Os primeiros imigrantes alemães que vieram para o RS tiveram a assistência espiritual de dois colonos que se tornaram pastores.

sua nacionalidade⁵⁴. Já os evangélicos⁵⁵ (luteranos) foram acompanhados por pastores que se fixaram (1824-29) no Rio de Janeiro, Nova Friburgo, São Leopoldo (RS), Três Forquilhas (RS).

Em 1837 chegou ao Brasil o missionário metodista americano, Daniel Parish Kidder, como correspondente da Sociedade Bíblica Americana, fundada em 1829. Percorreu o país de norte a sul divulgando a Bíblia, na versão portuguesa de João Ferreira de Almeida. Porém, somente em 1867 que o trabalho missionário metodista foi retomado (CÉSAR,op.cit) com a vinda de Junius E. Newman.

Em 1849 chegaram os primeiros jesuítas alemães para atender os colonos imigrantes daquele país. Passaram a atender colonos de São Leopoldo, Santa Cruz, São José do Hortêncio, Dois Irmãos, Montenegro, Estrela, Bom Princípio, São Sebastião do Cai, São Salvador e Lajeado. No ano de 1872 chegavam, em São Leopoldo, as Irmãs franciscanas da Penitência e Caridade Cristã.

Em 1855 desembarcou no Rio de Janeiro o primeiro casal de missionários protestantes (presbiterianos), em caráter permanente. Procediam da Escócia. Ele era médico e trabalhara na ilha de Madeira.

Em 1865 chegaram os primeiros padres do clero diocesano polonês acompanhando os imigrantes daquele país, especialmente no Estado do Paraná (mais de duas dezenas vieram entre 1875 e 1895). A primeira congregação religiosa polonesa que iniciou a sua atividade em território brasileiro, segundo Malczewski, foi a Congregação do Verbo Divino, em 1895, no Espírito Santo e no Paraná.

Em 1871, dá-se início à presença da Igreja Batista no Brasil, em Santa Bárbara do Oeste, São Paulo.

A partir de 1875 houve um considerável aumento de imigrantes saídos de países católicos da Europa⁵⁶, como Itália, Espanha e França. Nos

⁵⁴ Em 1842 chegaram, da Argentina, um grupo de padres jesuítas expulsos pelo ditador Rosas, fixando-se em POA. Em 1848, passaram a atender os índios do Alto Uruguai (cf. RUBERT, p. 292-293).

⁵⁵ Novas Igrejas protestantes se fixaram no Brasil, especialmente a partir da década de 1860, como anglicanos, metodistas.

⁵⁶ **A pedagogia** de muitos sacerdotes ligados à congregações religiosas italianas vindos, no final do século XIX, como missionários para atender os imigrantes, foi marcada por uma forte mentalidade moralista, de modo especial frente aos bailes. "Sempre que se tentava dançar, esbarrava-se com uma pregação ameaçadora. É que a maioria do clero ligado à congregações religiosas italianas sustentava uma linha severa e puritana com referência ao

primeiros fluxos, os emigrantes italianos que se deslocaram para a América do Sul não foram acompanhados por seus sacerdotes, como foram os que emigraram para os Estados Unidos. Sem um serviço racional organizado da igreja local, várias dioceses italianas se sensibilizaram com a situação dos colonos que vieram para o Sul do Brasil. Assim, os colonos de Caxias, Bento e Garibaldi, no primeiro momento, foram atendidos por padres seculares vindos da Diocese de Pádua. Os da 4ª Colônia de Silveira Martins, por padres das dioceses de Beluno e Feltre, da Itália.

A primeira congregação religiosa italiana a inserir-se no trabalho com os migrantes, no Brasil, foram os padres salesianos. Inicialmente, em 1875, foram para a Argentina e Uruguai. Alguns anos mais tarde, em 1883, sacerdotes dessa congregação, oriundos do Uruguai, fixaram-se (Azzi: 1987) no Espírito Santo, Rio de Janeiro, depois em São Paulo, Mato Grosso e Minas. No RS, em 1902, no município de Rio Grande.

A segunda congregação religiosa italiana⁵⁷ a enviar sacerdotes para atender os migrantes italianos e ajudar a solucionar as necessidades cada vez maiores das igrejas locais, foram os Palotinos, que chegaram a Santa Maria em 1886, passando a atender os imigrantes da grande Santa Maria e do Planalto Médio até o Alto Uruguai. Também atenderam, de 1888 a 1893, os imigrantes da Colônia de Caxias do Sul⁵⁸, além das paróquias de Nova Trento (hoje Flores da Cunha) e Linha Zamith (hoje Monte Belo).

Os padres italianos da Congregação Escalabriniana, conhecidos mais como padres Carlistas, segundo Azzi, abriram a primeira missão no Espírito Santo e Paraná (1888-1894), a segunda missão foi em São Paulo

divertimento social, especialmente o baile, que era taxado de 'sepulcro do pudor', 'caverna do diabo', 'fogueira de obscenidades' e até de 'celebração de festa demoníaca" (CESCA, p.156). Um sacerdote chamado Vieter, quando atendia uma capela na região colonial de Caxias do Sul, percebendo que os colonos se reuniram para um baile, saiu do confessionário interrompeu a bailança aos gritos, quebrou a gaita e ameaçou o dono da casa. Ele deixou registrado: "Os padres jesuítas alemães, com os quais pouco tempo depois me encontrei me contaram que entre os imigrantes alemães era costume fazer baile quando chegava o padre a uma capela...

e se eu tivesse feito entre os alemães o que fiz entre os italianos, teria certamente levado uma

sova...." (BONFADA: 1991, p 74).

⁵⁷ BONFADA, op. cit., relata que um agricultor de Vale Vêneto, Paulo Bortoluzzi, escreveu a Vernier na Itália: "Não traga os primeiros padres que encontre, assim às cegas, pois certamente pereceremos...Tremo, como tremia o bispo do Rio de Janeiro, em 1875, ao ver sacerdotes vindos de Turim que só pensavam em dinheiro, descuidando-se de sua missão. Afirmo: a sã religião deve começar pelos fundamentos, e esses fundamentos devem ser os sacerdotes... Precisamos saber qual a mentalidade destes sacerdotes... eles devem partir com a autorização de seus superiores. E, se assim não for, não serão recebidos..." (p.39).

⁵⁸ Foram os padres André Walter. Augusto Finotti e Antonio Caubone. Mais tarde Pe. Henrique Vieter, depois nomeado bispo na África.

e Rio Grande do Sul (1895). Neste estado passaram a dar assistência espiritual e social aos imigrantes dos Núcleos Coloniais da região da Serra do Rio Grande do Sul (1ª, 2ª e 3ª Colônias) e nas suas enxamagens.

Em setembro de 1889, chegou (César, 2000:174) a última das denominações protestantes históricas, a Igreja Episcopal, ligada à Comunhão Anglicana. Os dois missionários pioneiros foram James Watson Morris e Lucien Lee Kinsolving.

Em 1891 (Knob:1976) chegaram a Santa Catarina missionários franciscanos alemães, para atender imigrantes daquele país, nos municípios de Blumenau, Lages e outros. Em 1898, dirigiram-se para Curitiba, Paraná. Em 1918 freis da província alemã chegaram em Lajeado. Em 1926, freis franciscanos da Província holandesa de Minas vieram assumir o Curato do Alto Jacuí, no Rio Grande do Sul.

As Irmãs de São José Chambery chegaram a São Paulo (Itú) em 1880 e em Garibaldi, no RS, em 1888.

Em julho de 1892, chegaram, na 4ª Colônia (Vale Vêneto), as Irmãs do Sagrado Coração de Maria. Em 1895 vieram para São Paulo as Irmãs da Congregação Missionárias de São Carlos-Scalabrinianas, que alguns anos depois chegavam a Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul. A Congregação das Irmãs da Divina Providência chegaram a Santa Catarina (Tubarão e Blumenau) em 1895. Mais tarde dirigiram-se ao RS, em Pelotas. Outra congregação que chegou em 1895, a Missionária do Verbo Divino. Fixaram-se, inicialmente, no Espírito Santo junto aos imigrantes alemães.

Os Capuchinhos franceses chegaram em janeiro de 1896 e começaram a fixar-se em Garibaldi, onde havia um núcleo de imigrantes franceses, mas passaram a atender inúmeras colônias de imigrantes da região.

Também em 1896, chegou um padre secular da Ucrânia. Um ano mais tarde, em junho de 1897, chegou ao Brasil o primeiro Sacerdote da Ordem de São Basílio Magno, atendendo os imigrantes ucranianos da então Colônia Rutena de Prudentópolis.

Em 1897 registra-se a chegada dos Irmãos Maristas franceses. Fixaram-se em Congonhas do Campo, em Minas Gerais. Em agosto de 1900 a Congregação iniciou suas atividades em Bom Princípio, RS, dedicando-se à educação e à catequese.

Em novembro de 1899 chegaram a Caxias do Sul um grupo de Monges Camaldulense.

Em 1903 chegaram os missionários poloneses de São Vicente de Paulo, acompanhando migrantes daquela nacionalidade no Paraná. No ano seguinte, vieram as irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo. Também, em 1904, chegaram a São Paulo as missionárias do Sagrado Coração de Jesus. Em 1906, as Irmãs da Sagrada Família.

Em 1907 chegaram os primeiros educadores da Congregação dos Irmãos Lassalistas.

Em 1911 vieram os missionários suecos Gunnar Vingre e Daniel Berg, que organizaram a primeira Igreja da Assembléia de Deus no Brasil.

A ORGANIZAÇÃO DE UMA ESTRUTURA DE SERVIÇO NA IGREJA CATÓLICA: O PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES⁵⁹

A origem do Pontifício Conselho para a Pastoral dos Migrantes

A partir do Pontificado de Leão XIII, pode-se dizer que a Igreja deu um salto de qualidade na ação efetiva da assistência pastoral ao migrante. Na Encíclica "Rerum Novarum" (1891), o Papa desenvolveu uma concepção sócio-política visando contribuir para a solução da questão social nas comunidades industrializadas, no conflito capital e trabalho.

A Itália era um dos países que, entre outros problemas, por falta de soluções adequadas, via os fluxos migratórios esvaziarem muitas de suas regiões. Foi nesse contexto que o Bispo de Piacenza, Itália, João Batista Scalabrini, testemunha ocular de tristes cenas de partidas de emigrantes, como a da Estação de Milão, sentiu-se estimulado a participar do processo. Em 1887 pediu à Sé Apostólica, a criação de um serviço de assistência aos que partiam para as Américas.

Homem de grande visão, iniciou realizando frequentes visitas à Cúria Romana, informando o Papa sobre a situação dos fiéis italianos, abandonados ao seu próprio destino. Ao mesmo tempo, estabeleceu

⁵⁹ Ponto desenvolvido essencialmente a partir da pesquisa de Mafalda Seganfredo: *Organização da Pastoral Migratória na Igreja*. Vocacionada, trabalhou por duas décadas no Pontífice Conselho para a Pastoral dos Migrantes, em Roma.

contatos com políticos de relevância do Governo italiano, promovendo encontros e incentivando debates sobre a promulgação de Leis que favorecessem tanto os que já haviam emigrado, como os que ainda permaneciam nas regiões italianas empobrecidas e que se debatiam na luta pela sobrevivência.

Leão XIII encarregou o próprio Scalabrini de encontrar uma possível solução, acabando na criação da "Pia Sociedade de São Carlos". Foi o início da atual Congregação dos Padres Scalabrinianos.

Em dezembro de 1888, Leão XIII, na Carta "Quam Aerumnosa" (Sosa: 1999), se dirigiu aos Bispos da América pedindo atenção aos imigrantes italianos necessitados. Em sua carta, o Papa reconhecia que a emigração era um mal; que muitos dos emigrantes que quiseram solucionar seus problemas haviam caído em situações piores que as vividas no país de origem, e que, com freqüência, a miséria material se somava à miséria espiritual.

Em 1899 Leão XIII convocou o 1º Concílio Plenário da América Latina, ocorrido em Roma, onde a questão migratória foi especificamente abordada nos capítulos II e III. Os bispos, no item 771, apresentaram a situação dos imigrantes: "São muitos os que vêm com o ânimo de aumentar sua fortuna, outros têm o propósito de deixar para trás uma situação de pobreza e miséria e, pelo contrário, caem em males piores". No item 772, exortavam a Igreja e as autoridades civis a darem ajuda aos estrangeiros, vítimas de fraudes e de abuso dos poderosos. No item 773, indicavam a maneira prática de ajudar aos estrangeiros: "Que sejam indicados sacerdotes prudentes, que falem a língua dos imigrantes para serem seus conselheiros e guias; que com eles se organizem comitês permanentes de homens e mulheres marcados pela piedade e caridade para ajudar moral e materialmente os estrangeiros".

Com o envio dos primeiros missionários aos Estados Unidos e ao Brasil, Scalabrini foi amadurecendo a idéia de que a ação assistencial devia extender-se não só aos italianos, mas também aos migrantes de outras nacionalidades. Diante do insistente pedido dos missionários que se encontravam nas missões, Scalabrini fundou o Instituto Feminino que atualmente se chama: Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo - scalabrinianas 60.

-

⁶⁰ Cf. SIGNOR, Lice Maria, in João Batisita Scalabrini e a Migração Italiana, um Projeto Sócio-Pastoral, 1987, pp. 138-158.

A viagem de Scalabrini aos Estados Unidos (1901) e ao Brasil em 1904 e a proposta de apoio aos imigrantes

As experiências adquiridas através do contato com os missionários, com autoridades eclesiásticas e civis, principalmente durante as duas viagens realizadas às Américas — em 1901 nos Estados Unidos e em 1904 no Brasil - proporcionaram a Scalabrini uma visão mais ampla e clara sobre o que a Igreja poderia fazer em favor dos migrantes.

Durante a sua última viagem marítima de retorno do Brasil ele elaborou um esboço de um grande projeto de ação pastoral, entregue a Pio X, em 5 de maio de 1905, sob o título de *Pro Emigratis Catholicis*. Um mês após, em 1 de junho, Scalabrini veio a falecer, sem poder ver concretizado seu plano pela Igreja. Alguns elementos desse projeto são destacados pela Irmã Mafalda Seganfredo.

<u>Objetivo do Projeto</u>: Prover a assistência pastoral dos migrantes de todas as nacionalidades, especialmente nas Américas, com a finalidade de manter vivas, nos corações, a fé católica e o sentimento cristão e reconduzir os que os perderam.

Elementos mais significativos contidos no Projeto

- Conservar a fé, a cultura e a língua do emigrante
- Colaborar na solução da situação sócio-econômica do migrante
- Garantir a presença de missionários da mesma língua
- Prestar assistência pastoral aos emigrantes de todas as etnias
- Garantir ao migrante vida digna de cidadão e de filho de Deus
- Organizar o trabalho pastoral
- Abrir Escolas e Dispensários Farmacêuticos
- Preservar os migrantes do proselitismo das seitas religiosas
- Instituir paróquias nacionais ou pessoais
- Promover a formação de associações de migrantes
- Contribuir para a fusão dos povos cristãos (ecumenismo)
- Servir de edificação aos não cristãos

Meios para levar a efeito o Projeto: - Instituir um Organismo Central da Igreja formado por representantes das nações de maior incidência de emigrantes, conhecedores do fenômeno migratório e competentes na tarefa que assumem.

Atribuições do Dicastério (Congregação Pontifícia)

- Estudar o fenômeno migratório em sua complexidade
- Estar sempre atualizado sobre o fluxo dos emigrantes
- Servir-se dos estudos antigos e recentes sobre migração
- Relacionar os Bispos dos países de origem e de acolhida
- Instituir Comitês católicos nas paróquias
- Estimular, através dos Bispos, o zelo apostólico dos párocos
- Sugerir meios práticos de assistência (na saída e chegada)
- Orientar sobretudo os que emigram para longe
- Estar atento para a assistência (ida e volta dos migrantes)
- Visitar os missionários para saber do andamento das missões
- Fazer a coleta anual em todas as Igrejas(formar um Fundo)
- Unir as forças com Organismos e Associações afins⁶¹

Evolução do Projeto e Documentos da Igreja referente aos Migrantes

Embora Scalabrini falecesse um mês após apresentar o plano ao Papa, suas idéias foram sementes que continuaram dando frutos, mesmo com certa lentidão. Nesse sentido, Seganfredo destaca os principais passos na. Organização da Pastoral Migratória na Igreja:

Em 1912, Pio X instituiu o *Secretariado Especial da imigração* sob a dependência da Congregação para os Bispos, com o objetivo de proporcionar a devida assistência aos migrantes.

Em 1914, Bento XV instituiu o *Dia do Migrante*, com o objetivo de organizar a assistência pastoral para os prisioneiros de guerra.

Em 1922, Pio XI aprovou a Obra do Apostolado do Mar, para apoiar moral, espiritual e socialmente os operadores da Marinha Mercante.

Em 1942, Pio XII aprovou o Secretariado Pontifício para as Migrações com duas Secções: uma para os Migrantes e outra para os fugitivos da guerra.

⁶¹ Cf. FRANCESCONI, Mario, in *Projeto de D. Scalabrini: Comissão Pontifícia para a assistência aos emigrantes.* Tradução: Centro de Estudos Migratórios, província Imaculada Conceição, Segundo aniversário de Beatificação de João Batista Scalabrini – Bispo Fundador, 1999, pp. 3-27..

Em 1951, Pio XII aprovou a instituição da Comissão Católica Internacional para os Migrantes (IMCI), com Sede em Genebra, destinada a auxiliar os projetos de assistência aos migrantes.

Em 1952, Pio XII publicou a Constituição *Exsul Familia*, 1º Documento Oficial da Igreja sobre a assistência aos migrantes. Este documento é também denominado "Carta Magna da Pastoral dos Migrantes. O documento é dividido em duas partes: a primeira, uma síntese histórica sobre as obras pastorais mais importantes da igreja no campo da migração, e a segunda é formada por normas que regulamentam a organização da assistência pastoral aos migrantes.

Em 1965, no Documento *Christus Dominus*, *nº* 23, o Concílio Ecumênico Vaticano II recomenda aos Bispos a providência de sacerdotes da mesma língua dos migrantes. E, em caso de necessidade, sejam instituídas paróquias nacionais ou pessoais para atender às necessidades dos migrantes.

Em 1969, Paulo VI aprovou o Documento Migratorum Cura, que rege até hoje a ação Pastoral para os migrantes.

Em 1970, o Documento Apostolicae Caritatis instituiu a *Pontifícia Comissão para a Pastoral das Migrações e do Turismo*, visando reunir sob sua coordenação, todas as Instituições destinadas à assistência pastoral da Mobilidade Humana.

Em 1978, Paulo VI aprovou a Carta *Chiesa e Mobilità Umana*, destinada às Conferências Episcopais do mundo inteiro. O documento classificou os migrantes da Mobilidade Humana em categorias: Migrantes, Prófugos, Estudantes Internacionais, Marítimos, Aeronavegantes, Nômades. Destinatários da Estrada e Turistas.

Em 1982, a Comissão Pontifícia, devido ao aumento dos Refugiados no mundo, criou um setor especial para os Refugiados (que compreende refugiados, prófugos, exilados...).

Em 1987, João Paulo II, através da Constituição Apostólica *Pastor Bonus*, elevou a Comissão Pontifícia à categoria de *Conselho Pontifício da Pastoral para os Migrantes e Itinerantes*⁶².

⁶² CF. PONTIIFICIA COMMISSIONE PER LA PASTORALE DELLE MIGRAZIONI E DEL TURISMO, in *Chiesa e Mobilità Umana*, Città del Vaticano, 1978, pp. 7-123.

Em 2004, João Paulo II, publicou o documento "A Caridade de Cristo para os Migrantes".

ORDENS E CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS

Ao longo da História da Igreja, muitas Ordens e inúmeras Congregações Religiosas masculinas e femininas, sem terem nascido com o Carisma da assistência ao migrante, se dedicaram e se dedicam para socorrer pastoral e socialmente esta parcela da humanidade marginalizada pela sociedade. Assim, hoje, atuam no Mundo das Migrações.

Como Carisma específico a Assistência Pastoral dos Migrantes

Congregação dos Missionários de São Carlos-Scalabrinianos, (fundada 1887)

Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos-Scalabrinianas (1895)

Sociedade dos Santos Anjos (1924)

Sociedade de Cristo (1932)

Sociedade Missionária do Sagrado Coração de Jesus (Cabrinianas -1880)

Instituto Secular das Missionárias Scalabrinianas

Movimento de Irmãos e leigos/as Scalabrinianos/as

Congregações e Institutos que se dedicaram à assistência pastoral ao migrante sem que seja esta a finalidade específica

Sociedade do Apostolado Católico (Palotinos)

Sociedade Salesiana de São João Bosco

Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus

Filhas de Maria Auxiliadora – Salesianas

Congregação Inaciana – Jesuítas

Congregações nascidas da experiência migratória

Pequenas Irmãs da Imaculada Conceição (Santa Paulina Wisenteiner) Irmãs de Santo Antônio de Pádua (Franciscanas Missionárias) Missionários Catequistas

CONFERÊNCIAS EPISCOPAIS E MIGRAÇÃO

Conferência Episcopal Latino-Americana

Na I Conferência dos Bispos da América Latina, realizada no Rio de Janeiro, de 25 de julho a 04 de agosto de 1955, contando com a presença do Cardeal Montini (futuro Paulo VI), então Secretário de Estado do

Vaticano, foi criada a *Conferência Episcopal Latino-Americana* (CELAM), Organismo que coordena a Pastoral da Igreja na América Latina.(Marins:1999). Apesar de o problema das migrações (SOSA: p.17) ter sido apontado como uma prioridade da pastoral da Igreja na Conferência do Rio, ela não aparece concretizado na organização do CELAM.

Já na II Assembléia do CELAM, em Medellin (Colômbia), em 1968, aparece a opção "A Igreja volta-se para o homem, consciente de que, para conhecer a Deus é necessário conhecer o homem". Mas somente em 1975 é que o CELAM promoveu o Encontro de Pastoral Migratória, em Quito, e recomendou que as Conferências Episcopais e o próprio CELAM tenham presente e busquem a forma de concretizar, em compromisso e ações, a questão migratória.

Na III Conferência do CELAM em Puebla (México), em 1979, o tema geral foi "Evangelização no presente e no futuro da América Latina". E na IV Conferência do CELAM, em Santo Domingo, em 1992, o tema central avança: "Nova Evangelização, Promoção Humana, Cultura Cristã e Inculturação".

Conferência Nacional Dos Bispos Do Brasil

Após a criação do CELAM, em 1955, cada Episcopado se comprometeu em dar vida à própria Conferência Nacional. É daqui que teve origem a *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil* (CNBB). Como nos Estatutos da CNBB não existisse um Organismo de articulação entre ela e o Dicastério Pontifício para as Migrações, o diálogo se tornava difícil. Por isso, em 1985 surgiu o SPM.- Serviço Pastoral dos Migrantes.

Serviço Pastoral dos Migrantes

O Serviço Pastoral dos Migrantes é um organismo vinculado à CNBB, com sede em São Paulo. Segue as orientações da mesma, mas conserva autonomia própria. Tem como objetivo "Articular a Pastoral dos Migrantes em nível nacional, à luz de uma evangelização inculturada que os levem a ser protagonistas da história pelas estradas do êxodo, bem como sensibilizar a sociedade para os problemas vividos pelos mesmos". O SPM é dividido em Regiões e Regionais.

CENTROS DE APOIO AO MIGRANTE⁶³

Tradicionalmente, as Instituições que prestam serviços aos migrantes desenvolvem suas atividades em:

Centros de Acolhida e Orientação - o serviço de atendimento é direto aos migrantes, num espaço de acolhimento e de encontro, visando criar uma comunidade. Há preocupação em preservar a própria cultura, língua e fé. Proporcionam serviço e assistência religiosa e pastoral, celebrações e cursos, aconselhamento e interpretação dos novos costumes e cultura. Prestam serviço social e assessoria jurídica, orientação, auxílios e encaminhamentos no que diz respeito à documentação, ao trabalho, à saúde, à educação, à moradia, serviço de intérprete e tradutor, nas instâncias em que isto se faça necessário. Visitam as famílias em suas residências, nos hospitais, nas prisões; organizam grupos.

Centros de Estudos Migratórios - realizam serviços de pesquisa e investigação para a produção teórica sobre as migrações como fator de transformação e de recomposição da paisagem social, cultural e religiosa da sociedade; fazem estudos, reflexão e análise do fenômeno da mobilidade humana; geram informações, elaboram, sistematizam, editam e divulgam textos, revistas, jornais, programas de rádio, bem como subsídios para a pastoral; dão assessoria aos movimentos sociais e pastorais dos migrantes; capacitam e formam agentes de pastoral.

Serviço Pastoral aos Migrantes - atua entre os migrantes, articula e dinamiza os diversos serviços; estimula a organização dos migrantes; apóia e cria ações comuns; proporciona formação e assessoria; discute sobre direitos e políticas públicas; promove a integração com as outras pastorais e setores da Igreja, incentiva a abertura ao ecumenismo e ao diálogo inter-religioso e à parceria com outras entidades, movimentos e organizações da sociedade.

DESAFIOS PARA A PASTORAL MIGRATÓRIA

Introdução

⁶³ Segundo pesquisa de MILESI & BONASSI & SHIMANO – *Migrações Internacionais e a Sociedade civil organizada: entidades confessionais que atuam no Brasil e com brasileiros no exterior.* Brasília, 2002. (Internet) existem inúmeras denominações: Serviços de Pastoral Migratória; Centros de Orientação e Apoio ao Migrante; Centros Culturais; Comissões; Departamentos; Instituições de Migrações...

Nas Diretrizes Gerais de Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil há uma conclamação enfática sobre a questão migratória: "É dever da comunidade cristã acolher o migrante e ajudar sua inserção nela, no trabalho e na sociedade. Regionais, dioceses e paróquias colaborem entre si a fim de que os migrantes encontrem apoio e solidariedade desde o seu lugar de origem até o seu destino" (DGAE nº 123, letra e). A Carta do Papa João Paulo II reforça essa missão: "Os movimentos dos povos assumiram proporções inéditas (...) Por isso convém que, nas dioceses, se providencie ... pastorais concretas para o acolhimento e o cuidado destas pessoas" (Pastoris Gregis, nº 72, 2003).

Caminhos a trilhar pela pastoral migratória

A Pastoral Migratória não está pronta⁶⁴, é preciso trilhar práticas num processo novo. SOSA afirma que é preciso conhecer em profundidade o que cada elemento implica: "Pastoral"; "Tipos de Migrantes"; "Percepção e conceitos de Mobilidade Humana" "Razões da Mobilidade Humana", "Tipo de organização de serviço necessário".

Os documentos da Igreja enfocam a mobilidade como **um fato humano.** Com isso, a Pastoral Migratória passa a ter sua especificidade e se defronta com um grande desafio: "O agente da Pastoral da Mobilidade Humana ajudará o migrante a reconstruir sua própria identidade, para reconhecer-se como pessoa, inserindo-se em sua nova realidade, a partir de sua história" (SOSA:27). Isso exige que o agente celebre com a pessoa migrante que chega à comunidade. De outra parte o migrante, pela sua condição, revela à Igreja, à comunidade e à humanidade a realidade que todas as pessoas são peregrinas.

As pessoas que se envolvem com a Pastoral da Mobilidade Humana nas comunidades precisam desenvolver algumas habilidades:

Scalabrini intuiu, que o "**fenômeno migratório iria constituir-se a essência das sociedades futuras"**, passando de fenômeno para processo contínuo. Para ele as ações em favor dos migrantes não deve ser um papel apenas da Igreja, mas de toda a sociedade e do Estado, destacando:

a) E preciso **perceber o fenômeno migratório como um processo histórico**, colocando a leitura desse processo na pessoa do migrante e não nos interesses econômicos ou nacionais.

b) A visão político-social da migração com a afirmação "**liberdade de emigrar**, e **não de fazer emigrar**", situada na grande "questão social" de uma sociedade que precisa mexer em suas estruturas.

c) A necessidade de um debate com a opinião pública e política com vistas a uma legislação justa.

d) O desafio das **igrejas terem uma rede de serviço**: **acolhida, promoção e inserção** dos migrantes.

e) As reais causas da migração apontadas por ele:

Falta de trabalho (identifica o doloroso dilema: "roubar ou emigrar"); a estrutura fundiária (terra concentrada); o sistema de impostos injustos (pequenos pagam os grandes são isentos); as condições injustas dos operários (remuneração, condições de saúde, habitação, escolarização...).

Exercício da dimensão da acolhida, abrindo os olhos, o coração e a mente para a realidade das pessoas que o cerca: observando, escutando, perguntando, visitando e estudando.

Metodologia participativa com os migrantes, com a Igreja e com a sociedade.

Levantamentos sistemáticos de dados, necessidades e potencialidades junto à órgãos especializados, realizando pesquisas de auscultação junto à migrantes, lideranças religiosas e comunitárias, autoridades governamentais, empresários, professores, pessoas consulares.

Prática de visitação às famílias, comunidades e empresas onde se situam os migrantes. Este meio tem uma importância fundamental. Na prática da visitação deve-se, segundo SOSA (48), considerar alguns momentos ou tempos:

- O Tempo de amizade. Na visitação o cultivo da amizade ocorre através da cordialidade, do olhar, do aperto de mão, do sorriso. O agente, o voluntário deve saber escutar, pois encontrará pessoas angustiadas, revoltadas, feridas com o Estado, com a Polícia Federal, com a Igreja, com os padres, com os pastores, com os bispos, com as irmãs vocacionadas e até com Deus. Há que acolher com paciência o desabafo e saber guardar as confidências, pois o migrante, saindo de seu habitat, rompeu o tecido social que lhe dava identidade e segurança, e na nova realidade esse tecido precisa ser refeito.
- O Tempo da Palavra. Conquistada a família ou o grupo de pessoas migrantes, será oportuno refletir com eles, ponderar, fazer análise de conjuntura e evangelizar.
- O Tempo de Ação Organizativa. Os agentes devem procurar caminhos para uma espécie de pacto, de compromisso e de mútua ajuda organizativa no equacionamento da problemática existente, uma vez que os migrantes são pessoas que buscam a inserção na dimensão sócio-cultural-religiosa e econômica, mas muitas vezes, abandonadas a sua própria sorte, isoladas, desempregadas, conflitadas, desajustadas.... A mística central que motiva, desperta e desafia são os direitos humanos. Para isso um dos caminhos mais eficientes é aproximá-los das pastorais sociais, dos movimentos eclesiais e sociais, com prática de caminhada popular. Além disso, é fundamental conectar-se às Redes dos mais diferentes serviços voltados para a defesa da cidadania.

Nesse trabalho, são oportunas as palavras dos Bispos do Brasil:

Faz parte da missão dos cristãos renovar o milagre de Pentecostes, 'inverter Babel' e estabelecer o diálogo e a recíproca compreensão entre seres humanos de língua, cultura, religião e etnia diferentes" (86). "A pessoa não se desenvolve num 'esplêndido isolamento', mas na comunicação com os outros. Somente no diálogo a pessoa pode realizar-se (DGAE: nº 87).

João Paulo II, em sua Mensagem de 2001 (p. 171), enfatiza que a Pastoral dos migrantes é um ministério **de passagem e integração** na comunidade, para o que a Igreja deve **organizar um serviço** pastoral específico.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALVES, Ir. Clélia Maria. **Mobilidade humana e a doutrina social da Igreja**. Guariba, São Paulo: Gercino Artes Gráficas, 2003.

AMBROZIO, Pe. Claudio. Las migraciones humanas. Buenos Aires (s.e), 1984.

AZZIZ, Riolando. A Igreja e os migrantes. São Paulo: Paulinas, 1987.

BAENINGER. O Brasil no contexto das migrações internacionais da América Latina. Disponível em: http://www.comciencia.Br. Acesso em: 15 de maio de 2004.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Rupturas e permanências: a emigração de brasileiros para os Estados Unidos e as transformações nas relações familiares e de gênero. In: **XXIV Encontro Nacional da ANPOCS**. GT. Família e Sociedade. Petrópolis, 2000.

BASSANEZZI, M.S.C.B. Imigrações internacionais no Brasil – um panorama histórico. In: PATARRA, Neide Lopes (Org). **Emigração e imigração internacional no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FUNAP, 1994.

BICUDO, Hélio. Migrações e Políticas Públicas. In: Rosita Milesi et al. **Migrantes cidadãos.** São Paulo: Loyola, 2001.

BOFF, Clodovis. **Como trabalhar com o povo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

BONASSI, M. Canta, **América sem fronteiras**. São Paulo: Loyola, 2000.

BONFADA, Pe. Genésio. Os Palotinos no RS. Porto Alegre: Palotti, 1991.

BRAIDO, Dom J. F. Las Causas de la emigración en América desde la pespectiva de la Iglesia. Disponível em: http://www.migrate.org.br. Acesso em 2 maio de 2004.

BRITO, Fausto. Os povos em movimento — as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. In: PATARRA, Neide Lopes (Org). **Emigração e imigração internacional no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FUNAP, 1994.

BRUIT, Hector. **A Imigração e a demografia na América Latina**. (Texto de pós-graduação). Ijui, 1974.

BUESCU, Mircea. **Evolução econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: APEC, 1976.

CARTA Aberta dos Povos e Organizações Indígenas (500 anos). Bahia, 2000.

CASAS, Frei Bartolomeu. Las. **O paraíso perdido**. Porto Alegre: L&PM, 1984.

CELAM.**La Migración -** aspectos bíblicos, teológicos y pastorales.N ° 20, Bogotá, 1992.

CESAR, M. Lenz Elben. **História da evangelização do Brasil** – dos jesuítas aos neopentecostais. Viçosa:Ultimato, 2000.

CESCA, Olívio. **Faxinal do Soturno, sua história e sua gente**. Santa Maria: Palotti, 1975.

CNBB & SPM - **Migrantes latino-americanos no Brasil**. (Texto) Brasília, 1995.

CNBB. **Diretrizes gerais de ação evangelizadora 2003/2006**. Doc. 71, Brasília, 2002.

DE BONI & COSTA. **Os italianos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST/UCS, 1979.

DE NARDI, Marcelo. Tratamento do Estrangeiro no Brasil – leitura histórica (texto). Porto Alegre, 2004.

DEMORO, Luís. **Coordenação de leis de imigração e colonização**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 1960.

DIVISÃO DE ESTATÍSTICA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E PESCA. *Censos* **1872**, **1890**, **1900** e **1920**. Rio de Janeiro

FARIA, José Eduardo. **O direito na economia globalizada**. São Paulo: Malheiros, 1999.

FRANCISCONI, Mário. **Projeto de dom Scalabrini:** comissão pontifícia para a assistência aos emigrantes. (s.l.;s.d.)Tradução CEM, 1999, pp 3-27.

FONTES, Carlos. Mundo da imigração, refugiados, escravatura. Fundação "Imigrantes somos todos". Disponível em: http://imigrantes.no.sapo.pt. Acesso em 20.04.2004.

GHELMANN, Marcelo. Breve História dos Judeus no Brasil. Disponível em: http://www.geocities.com. Acesso em 4 de abril de 2004.

GOMES, Charles P. Os Estudos de Imigração: sobre algumas implicações políticas do Método" In: Helion Povoa Neto & Almir Pacelli Ferreira. **Cruzando fronteiras disciplinares:** panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Faperj, 2003.

GONÇALVES, Pe. Alfredo J. APARECIDA, Marilda . **Migrações no Brasil**. São Paulo: Paulinas 1986.

_____. Mobilidade humana na doutrina social da Igreja. São Paulo: Loyola, 2000.

GROSSELLI, Reno M. Vincere o morire nelle floreste brasiliane. Itália, Trento: Litografia Effe e Erre, 1986.

HUBERMAN, Leo. **A História da riqueza do homem.** Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

IBGE. **Censos -** 1940, 1950,1960, 1970, 1980, 1991 e 2000. Rio de Janeiro.

IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil.** Séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1985. v. 3. p.28-33. RJ, 1986.

IMDH. Glossário. BSB. Site: www.migrante.org.br. Acesso em 20 de março de 2004.

JOÃO PAULO II. **O cuidado pastoral do bispo pelos migrantes**.(s.l.;s.d) Pastoris Gregis, nº 72.

. **Migrações – mensagens de João Paulo II**. Águeda:

_____. Migrações – mensagens de João Paulo II. Agueda: Artipol, 2001

KNOB, Pedro Frei et al. **Os franciscanos no RS**. Porto Alegre, Emma, 1976.

LEIVAS, Paulo Dr. O Regime de Direitos Humanos. Porto Alegre, 2004. (Palestra.)

LEVY, Maria Stella. O papel da migração internacional da população brasileira. In: **Revista de Saúde Pública**. São Paulo. V.8, complemento, 1994.

LOVISON, Pe. Tino et al. **Scalabrini uma voz atual**. São Paulo: Loyola, 1989.

MALCZEWSKI, Zdzislaw. Missionários poloneses no Brasil. (Tese). Curitiba: 2000.

MARINUCCI, Roberto. MILESI, Rosita. O fenômeno Migratório no Brasil. Disponível em http://www.adital.org.br. Acesso em 4 de abril de 2004.

MARINS, José et al. **De Medellín a Puebla** - a práxis dos Padres da América Latina. Tradução de José Fernandes. São Paulo: Paulinas, 1999.

MARIN, Umberto. Tudo a todos. In: João Batista Scalabrini Bispo Fundador. São Paulo, Loyola, 1997.

MARTINS, José de Souza. **A Sociedade vista do Abismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MÁRMORA, Lélio. Políticas Migratórias Consensuadas em América Latina. In: **Revista Estúdios Migratórios** Latinoamericanos, nº 50, Buenos Aires: Celma, abril de 2003.

MASIERO, Gilmar. Relações Políticas e Econômicas entre Brasil e Coréia do Sul. Disponível em http://www.asiayargentina.com/usp-04.htm

MEGALE, Nilza. Folclore brasileiro. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

MILESI ET CONTI. **Migrantes e refugiados no Brasil**. BSB, 2002. Texto.

MORENO. Eulália. A Catequese: Os Apóstolos do Novo Mundo. Disponível em http://portal.com.pt. Acesso em 12 de abril de 2004.

ONU. International Migration Report, 2002. Disponível em http://www.un.org. Acesso em 5 de junho de 2004.

PASTORAL DOS MIGRANTES. **Dossiê 2001-2003** – rota da Mobilidade Humana para o Interior Paulista. Guariba, São Paulo, 2003.

PIO XII. Constituzione Apostólica sulla cura spirituale degli emigrati (Exsul Família) (s.e.). Roma, 1952.

POLL. Ana Paula. Imigrantes Americanos no Brasil. Disponível em http://www.comciencia.br. Acesso em 20 de fevereiro de 2004.

PONTIFICIA COMISSIONE PER LA PASTORALE DELLE MIGRAZIONI E DEL TURISMO. Chiesa e mobilità umana. Città Del Vaticano (s.e.), 1978.

ROCHA, Márcio Mendes. Mobilidade Forçada – a economia política dos deslocamentos humanos. Dispível em http://www.nemo.uem.br. Acesso em 12 de abril de 2004.

RIZZARDO, Redovino. Scalabrini e as Missões. Disponível em: http://www.scalabrini.org. Acesso em 25 de maio de 2004.

RUBERT, Pe. Arlindo. **A Igreja do Rio Grande do Sul no período colonial**. Vol I.Porto Alegre: Educrs, 1998.

______. A Igreja do Rio Grande do sul no período imperial. Vol. II. Porto Alegre: Educrs., 1998.

SCALABRINI, João Batista. **A Emigração italiana na América**. Trad. de Rizardo, Redovino. Porto Alegre: EST/CEPAM/UCS, 1979.

SAFADY, Janil. Panorama da Imigração Árabe. Disponível em: http://:www.usp.br>. Acesso em 2 de abril de 2004.

SALES, Teresa. **Brasileiros longe de casa**. São Paulo: Cortez, 1999.

SEGANFREDO, Mafalda Ir. Organização da Pastoral Migratória na Igreja. Caxias do Sul, 2004 (texto).

SEYFERTH, Giralda. Migração japonesa e o fenômeno dekassegui. Disponível em: http://www.comciencia.br. Acesso em 22 de fevereiro de 2004.

	·	Imigração	no	Brasil:	OS	preceitos	da	exclus	ão.
Disponível em:	http://wy	ww.comcie	ncia	<u>.br</u> . Ac	esso	em 22 d	e fev	vereiro	de
2004.									

______. Os alemães no Brasil: uma síntese. Disponível em: http://www.comciencia.br. Acesso em 22 de fevereiro de 2004.

SIGNOR, Lice Maria. João Batista Scalabrini e a Migração Italiana. In: **João Scalabrini um projeto sócio-pastoral**. 1987. (s.l.; s.ed.) pp 138-158.

SILVEIRA, j. et al.. **Pioneiros do Brasil marista** – biografia dos fundadores. São Paulo: Loyola, 1996.

SOSA, Pe. Alcides Salinas. **Pastoral de la movilidad humana**. Ciudad del Este, Paraguay: Grafisol, 1999.

VAINER, Carlos B. Estado e migração no Brasil: da imigração à emigração. In PATARRA, Neide Lopes (Org). **Emigração e imigração internacional no Brasil contemporâneo.** São Paulo: FUNAP, 1994.

SEPMOV. La movilidad humana en América Latina y el Caribe. Bogotá: Esfera Editores Ltda, 2003.

O AUTOR

JURANDIR ZAMBERLAM, natural de Cruz Alta (hoje Pejuçara), Rio Grande do Sul, formado em Filosofia e Direito, com diversos cursos de pós-graduação latu sensu nas áreas econômica e social. Professor universitário desde 1971. Lecionou na UNICRUZ, na UNIJUI, na UPF, na UNISINOS e na UERGS. Foi Coordenador, na Universidade Estadual (UERGS) - Área de Desenvolvimento de Sistemas Agrícolas e Agroindustriais. Na década de 1970, foi professor e Coordenador Pedagógico na Rede Estadual de Ensino. Trabalhou como administrador no sistema cooperativo de eletrificação rural (COPREL) e como coordenador geral da Federação do Sistema de Eletrificação Rural (FECOERGS). De 1986 em diante dedicou-se, além das tarefas docentes e da assessoria aos movimentos pastorais e sociais, à pesquisa, resultando inúmeras publicações nas áreas da cooperação, do desenvolvimento econômico regional e de assentamentos, da micro-história, da agroecologia e nos últimos anos voltou-se para a problemática da sociologia migratória. Desde 2003 trabalha como pesquisador voluntário no CIBAI Migrações, entidade dos Missionários Scalabrinianos, em Porto Alegre (RS), ligada ao fenômeno migratório atual, onde coordena e realiza pesquisas com publicações sobre o tema (vide nota in fine).

LIVROS PUBLICADOS⁶⁵

- CRUZ ALTA VENHA CRESCER COM A GENTE. Gráfica Editora Pallotti, 1986.
- CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DE CRUZ ALTA E MUNICÍPIOS DE INFLUÊNCIA DA APROCRUZ. Edições CORAG, 1988.
- CRUZ ALTA: AS PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO UM ESTUDO SÓCIO-ECONÔMICO PROSPECTIVO. Gráfica Universitária Cruz Alta. 1989.
- ASSENTAMENTOS RESPOSTA ECONÔMICA DA PEQUENA PROPRIEDADE NA REGIÃO DE CRUZ ALTA. Gráfica e Editora Pe. Berthier, 1989.
- A AGRICULTURA E A NOVA ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL Gráfica Universitária Cruz Alta, 1990.

-

⁶⁵ Diversos livros foram feitos em parceria com outros autores.

- COOPERAÇÃO O DESAFIO QUE COMEÇA A SULCAR A TERRA Gráfica Pallotti, 1990
- PEJUÇARA SUAS ORIGENS NA COLÔNIA VISCONDE DE RIO BRANCO. Gráfica e Editora Pallotti, 1991.
- COOPERAÇÃO AGRÍCOLA MELHORIA ECONÔMICA OU NOVO PROJETO DE VIDA? Gráfica e Editora Pe. Berthier, 1992.
- RINCÃO DO IVAÍ UMA HISTÓRIA GERANDO VIDA. Gráfica Editora Pe. Berthier, 1993.
- MERCOSUL CAMINHOS OU DESCAMINHOS DO PEQUENO AGRICULTOR. Gráfica e Editora Pe. Berthier, 1993 e 1995.
- AGRICULTURA ALTERNATIVA UM ENFRENTAMENTO Á AGRICULTURA QUÍMICA. Editora Pe. Berthier, 1994, 1995 e 1999.
- BOA VISTA DO INCRA a saga de um povo construindo história. Gráfica e Editora Pe. Berthier, 1998.
- PEJUÇARA CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA. Gráfica e Editora Pe. Berthier, 1999.
- AGRICULTURA ECOLÓGICA preservação do pequeno agricultor e do meio ambiente. Editora Vozes, 2001.
- BOA VISTA DO CADEADO suas origens missioneiras à município do século 21. Gráfica Editora Palotti, 2002
- NANOTECNOLOGIA o que vem depois dos transgênicos. Edições CORAG, 2004.
- EM DEFESA DE UM MUNDO SUSTENTÁVEL SEM TRANSGÊNICOS. Edições CORAG, 2004.

CAPÍTULOS DE LIVROS QUE ESCREVEU:

- IMPACTO DOS ASSENTAMENTOS NA ECONOMIA DE QUATRO MUNICÍPIOS NA REGIÃO DE CRUZ ALTA .In: Assentamentos A Resposta Econômica da Reforma Agrária. Vozes, 1991.
- TENDÊNCIAS DO FINAL DO SÉCULO XX E A NOVA ORDEM INTERNACIONAL I n: Melhoria da Qualidade do Ensino. Editora UNIJUI, 1993.
- PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS: Questões para o debate. *In REFORMA AGRÁRIA produção, emprego e renda. Vozes, 1994.*
- REFLEXÕES SOBRE ALGUMAS ESTRATÉGIAS PARA A VIABILIZAÇÃO ECONÔMICA DOS ASSENTAMENTOS. In

- Assentamentos Rurais uma visão multidisciplinar. Editora UNESP, 1994.
- PLANEJAMENTO DA PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO PEQUENO AGRICULTOR. In A Cooperação Para as Organizações Populares. CEDOPE/UNISINOS, 1994.
- RESPOSTAS ECONÔMICAS DE ASSENTAMENTOS RURAIS um estudo de caso. *In: Reforma Agrária e a luta do Movimento dos Sem Terra. Vozes, 1997.*

(Nota: **<u>De 2003 até novembro de 2010</u>** realizou e coordenou inúmeras pesquisas sobre o fenômeno migratório, resultando a publicação de 13 livros:

- ➤ O Processo Migratório no Brasil e os desafios da Mobilidade Humana na Globalização. Gráfica Editora Pallotti, 2004
- Percepção do Fenômeno Migratório em cidades das Dioceses do RS Edições Renascença, 2004
- ➤ Pastoral dos Migrantes subsídios, Gráfica Solidus, Edições Renascença, 2005
- ➤ Memória 1°. Congresso Mundial dos Leigos Scalabrinianos em Piacenza, Gráfica Solidus, 2006.
- ➤ Tendências da Migração fronteiriça na Região de Foz do Iguaçu. Edições Renascença, 2006.
- ➤ Memória 1er. Congreso Mundial de los Laicos Scalabrinianos en Piacenza. Edições Renascença, 2006
- ➤ A emigração da Grande Criciúma na ótica de familiares desafios para a Igreja de origem e de destino. Gráfica Solidus, 2007
- Emigrantes Brasileiros no Paraguai presença scalabriniana. Gráfica Solidus, 2007
- ➤ Foz do Iguaçu em contexto de mobilidade Paróquia Bom Jesus do Migrante. Gráfica Solidus, 2007
- Desafios das Migrações para a Igreja do Rio Grande do Sul Forum da Igreja Católica no RS. Gráfica Coapiasul, 2007
- Desafios das migrações buscando caminhos. Impa Artes Gráficas Ltda, 2009
- Estudantes Internacionais no processo globalizador e na internacionalização do Ensino Superior. Impa Artes Gráficas Ltda, 2009
- Cinquenta Anos com os Migrantes Paróquia da Pompéia, Missão Scalabriniana. Impa Artes Gráficas Ltda, 2010).